



LEGUMES E HORTALIÇAS

ALADI/SEC/Estudo 31.3  
2 de setembro de 1985  
Data de publicação: 30 de junho  
de 1989

## CONTEUDO

	<u>Página</u>
APRESENTAÇÃO .....	3
RESUMO .....	5
PERU	
1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-1982 .....	9
2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresa atacadista ...	24
3. Situação jurídico-institucional do setor .....	28
4. Conclusões .....	33
5. Recomendações .....	34
BOLIVIA	
1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-1982 .....	60
2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresa atacadista ...	64
3. Medidas de promoção de exportações .....	65
EQUADOR	
1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-1982 .....	77
2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresa atacadista ...	85
3. Medidas de promoção de exportações .....	87
VENEZUELA	
1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-1982 .....	100
2. Medidas de promoção de exportações .....	102
BIBLIOGRAFIA (Bolívia, Equador e Venezuela) .....	115
ANEXO 1 - TIPO MEDIO DE CAMBIO POR ANO SEGUNDO PAISES (Peru, Bolívia, Equador e Venezuela) .....	116

// 586

Estudo realizado pelo Consultor  
Alejandro Seminario

sp

//

## APRESENTAÇÃO

//

A Secretaria-Geral da ALADI iniciou durante 1984 um estudo de caráter regional sobre o sub-setor legumes e hortaliças, que abrange em uma primeira fase os seguintes produtos em seu estado natural: feijão, batatas, cebolas, alhos, tomates, aspargos, lentilhas, grão-de-bico, ervilhas, espinafres e cenouras.

Esse estudo permite conhecer as principais variáveis de mercado, os mecanismos e a estrutura de comercialização, bem como a situação jurídico-institucional do setor, dando também -no caso de alguns países- informações referentes às possibilidades existentes de propiciar ações de promoção no campo do processamento industrial.

A partir deste conhecimento, a Secretaria-Geral espera poder propiciar a seleção de produtos sobre os quais seja possível aprofundar a análise e identificar e promover a aplicação dos diferentes mecanismos do Tratado de Montevideu 1980, especialmente naqueles produtos destinados à produção industrial.

A seleção de produtos específicos permitirá identificar o potencial de cooperação regional no âmbito da complementação na produção e na comercialização de produtos frescos, refrigerados, congelados e processados, especialmente levando em conta que existe uma oferta latino-americana que pode competir em forma eficiente em nível mundial, existindo também possibilidades de melhorar os atuais fluxos de comércio intra-regionais através da adoção de diversas medidas tarifárias e não-tarifárias.

Adicionalmente, é necessário explorar e criar novas vinculações comerciais, através de jornadas e rodadas de negociações, tanto no interior da ALADI como em diversos países latino-americanos não membros, que abre um âmbito de expansão do comércio.

Levando em conta o manifestado, a Secretaria-Geral realizou uma série de estudos em nível dos países-membros com a colaboração de consultores contratados localmente, que visitaram as organizações e entidades dos setores público e privado, vinculadas ao sub-setor legumes e hortaliças.

Cabe assinalar que para a elaboração dos estudos houve que fazer frente a limitações causadas pelo nível de informações disponíveis e pelo grau de desenvolvimento do sub-setor nos países-membros, o que levou a organizar os estudos, em alguns casos, por grupos de países e, em outros, em forma individual.

O presente estudo está referido à situação do Peru, Bolívia, Equador e Venezuela, organizado em quatro sub-relatórios, correspondente a cada um desses países. Fazemos notar que os mesmos apresentam um desenvolvimento e caudal de informação desigual, dadas as dificuldades encontradas nos casos da Bolívia, Equador e Venezuela com referência a alguns aspectos importantes que se pretendia que este estudo abrangesse com um bom nível de análise. Para o caso destes três países se contou quase exclusivamente com as informações disponíveis na Junta do Acordo de Cartagena e resenhadas na respectiva bibliografia.

Em termos bastante ajustados, feita a ressalva quanto à extensão e aprofundamento desigual das informações, os relatórios por países apresentam o seguinte desenvolvimento temático:

- Análise das variáveis do mercado

- Produção;
- Zonas produtoras;
- Consumo;
- Importações;
- Exportações;
- Preços;
- Comercialização; e
- Grau de tecnologia.

Logo se encara a descrição da estrutura empresarial do setor em nível atacadista e depois se apresentam as características centrais da política de promoção de exportações especificando os incentivos fiscais, tarifários, cambiais e financeiros existentes, bem como outras modalidades de apoio institucional a essa atividade.

No caso do sub-relatório do Peru acrescenta-se o exame da situação jurídico-institucional do setor legumes e hortaliças, as políticas de produção, comercialização e preços e de orientação e promoção do investimento.

Finalmente deve consignar-se que para o Peru e o Equador se incorporou informações vinculadas com o setor de processamento de legumes e hortaliças. Muito limitada no caso peruano e mais completa no caso do Equador, dado que se dispôs de informações atualizadas e específicas para o setor da indústria da conserva equatoriana.

As informações de estatísticas básicas de importação-exportação, consumo e preços dos produtos, em geral, chegam até o ano de 1982.

-----

//

RESUMOPERU

O objetivo do estudo é fazer uma análise econômica, empresarial e jurídico-institucional do setor legumes e hortaliças no período 1978-1982. Analizaram-se os seguintes produtos: batata, tomates, alhos, cebolas, cenouras, aspargos, espinafres, ervilhas, grão-de-bico, lentilhas e feijão.

Do ponto de vista econômico, a batata tem a maior importância por ser um produto básico na alimentação popular, com uma área colhida em média de 236.000 has. e um volume anual de 1.7000.000 a 2.200.000 tm. Seguem-lhe as cebolas e os feijões.

No comércio exterior de produtos frescos, as importações de ervilhas e lentilhas são as mais importantes, tendo chegado a 6,7 milhões de dólares de valor CIF em conjunto em 1981. Nas exportações os alhos frescos e o feijão são os mais importantes, sobrepassando individualmente em algum ano os dois milhões de dólares de valor FOB.

No comércio exterior e abastecimento interno de produtos processados destaca-se a produção de enlatados e recipientes de produtos do tomate e aspargos.

No caso dos aspargos, as exportações em 1980 alcançaram um valor FOB de US\$ 3.280.000 para o produto processado. A exportação de aspargos frescos constitui uma modalidade mais recente da qual não se dispõem dados.

Com relação à estrutura empresarial do setor, deve destacar-se que a grande maioria da produção provém de pequenos agricultores e minifundiários que vendem suas colheitas a acaparadores, transportadores ou atacadistas-distribuidores. Estes, por sua vez, no caso de Lima, abastecem os atacadistas. Não existe integração vertical entre atacadista e produtor. Os agricultores não têm associações para comercializar seus produtos e os preços são fixados pelo mercado.

Com referência à situação jurídico-institucional do setor legumes e hortaliças, a participação do Estado é reduzida. A política de produção se rege pelo mercado. No entanto, há uma promoção crescente para ativar as exportações não tradicionais, através do reembolso tributário, isenção de impostos, facilidades financeiras e seguros.

Conclui-se que existe um potencial importante para exportar hortaliças devido ao clima benigno e à possibilidade de produzir todo o ano.

Recomenda-se dar prioridade na análise dos países-membros da ALADI às possibilidades do Peru de exportar aspargos esfriados, congelados e enlatados, bem como massa de tomate, alhos e cebolas em estado fresco e feijão.

BOLIVIA

Foram analisados no estudo aspectos vinculados à produção e comercialização dos seguintes produtos: batata, feijão, tomate, cebola, ervilhas e cenoura.

//

sp

/7590

A batata é o produto que contribui com o maior valor bruto de produção, que alcançou 87 por cento do total fornecido por estes produtos em 1982. O valor da batata incrementou no quinquênio 1978-1982 em 22 por cento, enquanto que o do feijão foi em 75 por cento.

Os rendimentos físicos da batata, tomates, cebola e feijões incrementaram-se no período.

A estrutura agrária da produção de hortaliças é dominada pelo minifúndio e por um modo de produção basicamente familiar, carecendo, ainda, de cooperativas ou de qualquer outra forma associativa dos produtores.

O consumo aparente de hortaliças per capita diminuiu entre 1978 e 1980 para situar-se em 43,8 quilogramas anuais.

As importações e exportações de hortaliças da Bolívia apresentam-se como ocasionais e significativamente pequenas. Destacam-se entre elas as importações de tomate, batata para consumo, cebolas e lentilhas e exportações de tomate à Argentina.

A comercialização da produção realiza-se com base em atacadistas que dispõem de volumes reduzidos e que se encontram dispersos nos maiores centros de consumo. Existem mercados municipais atacadistas muito precários em suas instalações e também se comercializa nos caminhões e nas calçadas.

O sistema caracteriza-se por uma longa corrente de intermediários da zona de produção à venda varejista. Em matéria de incentivos à exportação asinalam-se os reembolsos tributários com taxas de 18 por cento para produtos agropecuários e taxas adicionais para produtos com valor agregado, elaborados e semi-elaborados. Não existem gravames à exportação e devolvem-se gravames às matérias-primas e insumos utilizados na elaboração de manufaturas com destino à exportação.

O Conselho Técnico de Fomento das Exportações, com participação pública e privada, tem a finalidade de coordenar e assessorar a respeito do fomento das exportações.

#### EQUADOR

A batata é o principal produto segundo seu valor bruto de produção, tendo crescido 21 por cento no período 1978-1982 como resultado do aumento da área colhida e, em menor medida, dos rendimentos obtidos. Por ordem de importância seguem o feijão e o tomate. O feijão mostra um crescimento muito significativo, devido à expansão da área cultivada, que supera amplamente a área destinada à batata. A superfície destinada a cultivar ervilhas secas é a terceira em importância depois do feijão e da batata.

Os rendimentos físicos obtidos não apresentam uma evolução de crescimento, exceto o tomate.

A estrutura agrária característica é de minifúndio e de ausência de organização de produtores.

O consumo de hortaliças, calculado em 1974, era de 49,8 quilogramas de batata, 14,3 quilogramas de tomate e 23,6 quilogramas de cebolas per capita e por ano.

//

//

A indústria da conserva equatoriana é de pouco desenvolvimento, formada por pequenas empresas com problemas de abastecimento em volume e preço e com baixo nível de aplicação de tecnologia no processamento da produção. O principal produto de transformação é o extrato de tomate.

O comércio exterior do Equador, referente a legumes e hortaliças mostra importações muito reduzidas dentro das quais a lentilha é o principal produto. Não figuram exportações de produtos frescos. Com relação a produtos processados verificam-se no período 1979-1981 pequenas exportações de molho de tomate e conserva de legumes. As importações correspondem basicamente a extrato de tomate com destino à indústria do peixe e à produção de salsa ketchup. Estas últimas foram proibidas ultimamente.

A comercialização de hortaliças e legumes no Equador caracteriza-se por uma longa cadeia de intermediação entre o produtor e o consumidor, qualidade irregular dos produtos, falta de informação de preços.

Em matéria de promoção de exportações, os artigos de exportação não tradicionais se encontram isentos do imposto às transações, que alcança 5 por cento, bem como do pagamento de qualquer outro imposto às vendas.

A importação de matérias-primas, bens intermediários e de capital com destino à elaboração de manufaturas de exportação tem isenção de impostos.

O FOPEX (Fundo de Promoção de Exportações) financia a exportação não tradicional com vários tipos de operações de curto prazo, de créditos, descontos de documentos e concessão de apoio financeiro para estudos de mercado e promoção. Os prazos não podem exceder o ano desde sua outorga e o montante alcança até 80 por cento do valor das exportações.

O Banco Central de Reserva concede adiantamentos e apoio financeiro à atividade produtiva de exportação. Existem incentivos cambiais para a compra de divisas geradas pelas exportações em 50 por cento à cotação oficial e 50 por cento restante à cotação do mercado livre.

#### VENEZUELA

A batata, o tomate e a cebola são os principais produtos do ponto de vista do valor bruto de produção. Enquanto que a batata mostra incrementos de área e rendimento no período 1978-1982, a cebola apresenta um aumento significativo da área e o tomate, uma queda da produção produzida pela diminuição da área de colheita. Caiu também a produção de feijão por um declínio da área colhida; não obstante, a área de feijão duplicou a da batata e superou amplamente a do tomate.

O consumo aparente de hortaliças, excluindo a batata, localiza-se entre 23,6 e 26,5 quilogramas per capita.

As importações da Venezuela no período 1978-1982 compreendem todas as hortaliças consideradas neste estudo, destacando-se o feijão proveniente do Chile, Estados Unidos e Argentina, que alcançaram em 1981 57 milhões de dólares. Em ordem de importância lhe seguem a batata para semente, lentilhas e ervilhas.

A Venezuela é um importador firme de hortaliças e legumes, pois suas exportações são muito inferiores às importações, reduzindo-se a pequenos volumes de tomate e cenoura.

sp

//

1/592

Com referência à promoção de exportações se destaca o reembolso tributário que flutua entre 11 e 30 por cento sobre o valor FOB líquido de exportação. Os produtos agrícolas gozam de 30 por cento de reembolso. Não existem gravames à exportação e existe isenção total ou parcial para a importação de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital destinados a manufatura de exportação.

O FINEXPO (Fundo de Financiamento das Exportações) é a base de um sistema de financiamento sobre produtos com um mínimo de 30 por cento de valor agregado, definido como de exportação não tradicional. Praticamente a cobertura de financiamento abrange todas as atividades da exportação e é de diverso prazo. Existe um seguro de crédito à exportação que cobre 80 por cento para riscos comerciais, 90 por cento para riscos políticos e extraordinários. Como incentivos cambiais existem taxas diferenciais para as operações.

---

//



//

PERU1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-19821.1 Análise das variáveis do mercado1.1.1 Promoção1.1.1.1 Estrutura da produção

Dos onze cultivos analisados, o da batata é o mais importante com 71 por cento ou mais do total do valor bruto da produção no período 1978-1982 (quadro 1 a). Logo segue a cebola e o feijão com 5 a 9 por cento anual cada um. O resto de cultivos em 4 por cento ou menos. Deve destacar-se que praticamente não há modificações a esta estrutura no período considerado.

1.1.1.2 Taxa anual de crescimento do valor bruto da produção

A taxa anual total de crescimento do valor bruto da produção em termos reais está dominada pela batata (quadro 1 b) por ser o cultivo que alcança 71 por cento ou mais do valor bruto de produção. As variações neste cultivo explicam-se tanto pelas variações nas hectares colhidas como pelas variações nos rendimentos e preços. No ano 1981 alcançaram-se as maiores áreas e rendimentos, mas os preços impediram alcançar o maior valor bruto de 1979. No ano de 1982 houve o menor valor bruto do período, mas com rendimentos somente inferiores a 1981.

Nos outros cultivos também observam-se grandes variações na taxa anual de crescimento do valor bruto da produção (quadro 1 b). Em geral, apreciam-se incrementos em alhos, cenouras, espinafres e ervilhas e diminuições em cebolas, aspargos e grãos-de-bico. Observam-se taxas variáveis em tomates, lentilhas e feijão. Cada cultivo tem sua própria problemática e não pôde encontrar conclusões significativas que possam tornar-se extensivas a todos os cultivos ou específicos a um grupo deles.

1.1.1.3 Média anual da superfície colhida

No período colheram-se mais de 322.000 has por ano nos onze cultivos em estudo, sendo a batata o cultivo com as maiores superfícies colhidas que chega a 65 por cento ou mais do total da área colhida (quadro 2). Seguem-lhe o feijão e as ervilhas com um mínimo de 16 e 7 por cento, respectivamente.

1.1.1.4 Volumes físicos de produção e sua distribuição regional1) Batatas

Os volumes de produção no período encontram-se entre 1.695.100 a 2.186.300 tm e concentram-se nos departamentos

sp

//

de Puno, Junín e Huánuco (quadro 3); 96 por cento da área semeada localiza-se na serra, e na costa destacam os departamentos de Lima e Ica.

Na Serra predominam as áreas de seca e o período de maiores sementeiras se produz nos meses de outubro a dezembro, coincidindo com as maiores precipitações pluviométricas. Em áreas sob rega as sementeiras na serra são feitas entre julho a setembro (campanha pequena) e na região da costa entre abril a julho, caracterizando-se esta região por rendimentos médios muito superiores aos obtidos na serra.

Os períodos de sementeira que ocasionam a marcada sazonalidade da produção de batatas geram épocas de escassez em que os preços sobem desmesuradamente, enquanto que com a saturação do mercado na época de abundância se produzem preços baixos que desanimam os produtores para futuras campanhas agrícolas. Esta situação apresenta-se tradicionalmente todos os anos com maior ou menor intensidade, criando desequilíbrios entre a oferta disponível e as necessidades de abastecimento regional e/ou intra-regional. Assim se pode observar que a escassez da batata na serra apresenta-se de outubro a fevereiro e a abundância, em maio e junho; por outro lado, na costa a escassez apresenta-se em janeiro-fevereiro e em julho-agosto: logo, a abundância em outubro-novembro, devendo-se destacar que os maiores déficits ou sobreprodução são por concentração de colheitas e sazonalidade difícil de regular nos mercados regionais mas não no de Lima.

## 2) Tomates

No período 1978-1982 produziram-se de 62,400 a 78,700 tm de tomates, concentrando-se no departamento de Lima mais de 41 por cento da produção (quadro 4). Sua sementeira é relativamente uniforme ao longo de todo o ano devido principalmente ao clima benigno da costa, bem como à grande diversidade de variedades adaptáveis a qualquer época (especialmente nos vales da costa). Cultivam-se simultaneamente variedades "de mesa" e para indústria.

## 3) Alhos

No período 1978-1982 a produção de alhos chegou a 11,800 até 17,300 tm, concentrando-se a produção no departamento de Arequipa com 48 a 74 por cento (quadro 5). O alho também pode ser semeado todo o ano: no entanto, as épocas de sementeira mais recomendáveis ocorrem entre abril e maio e a maior produção, em dezembro-abril.

## 4) Cebolas

Os volumes de produção de cebolas estão entre 130,900 e 146,900 tm no período 1978-1982, destacando-se o departa

//

//

mento de Arequipa com 53 a 65 por cento da produção (quadro 6). Nos anos 1980-1982 o departamento de Lima passou para o segundo lugar em reembolso do departamento de Junín. A cebola também pode ser semeada durante todo o ano, devendo-se destacar que em Arequipa, por suas condições climáticas e agrológicas especiais, obtém-se ótimos rendimentos em qualquer época do ano. A época de semeadura mais recomendável é a partir de agosto, especialmente na costa central. A época de maior produção é em dezembro-abril.

#### 5) Cenouras

O volume total de cenouras no período 1978-1982 foi de 24,500 a 52,500 tm, concentrando-se nos departamentos de Junín e Lima 58 a 68 por cento da produção (quadro 7). Produz-se todo o ano e há zonas competitivas como Arequipa, que incrementou com êxito a produção de cenouras.

#### 6) Aspargos

A produção de aspargos alcançou 5.500 a 7.500 tm no período 1978-1982, concentrando-se no departamento de La Libertad mais de 83 por cento da produção (quadro 8).

#### 7) Espinafre

A produção de espinafre foi de 1.400 a 4.100 tm no período 1978-1982. Praticamente os únicos departamentos produtores foram Junín e Lima (quadro 9).

#### 8) Ervilhas

A produção de ervilhas incrementou-se de 17,600 tm em 1978 para 34,000 tm em 1982, destacando-se nos últimos anos os departamentos de Cajamarca, Ancash e Huancavélica (quadro 10). A época de semeadura na serra é de janeiro-fevereiro e a de colheita, de abril-junho. No estudo, quando se diz "ervilhas" nos referimos às "ervilhas secas" a não ser que se especifique outra coisa.

#### 9) Grão-de-bico

Os volumes de produção de grão-de-bico reduziram-se de 2,200 tm em 1978 para 900 tm em 1982, concentrando-se a produção nos departamentos de La Libertad e Ica (quadro 11). Deve destacar-se a redução notável da produção de grão-de-bico no departamento de Lambayeque nos últimos anos. O grão-de-bico é semeado em abril-junho e é colhido em outubro-dezembro.

#### 10) Lentilhas

A produção de lentilhas incrementou-se de 1,300 tm em 1978 para 5,800 tm em 1982. A produção se concentra em Cajamarca e La Libertad, e nos dois últimos anos também em Huan

//

cavelica (quadro 12). A sementeira é feita em janeiro-fevereiro e a colheita, em abril-julho.

#### 11) Feijão

A produção de feijão foi incrementada de 47.100 tm em 1978 para 59.400 tm em 1982. A produção ocorre em praticamente todo o país, com certa concentração nos departamentos de Amazonas, Cajamarca, Arequipa e San Martín (quadro 13); 80 por cento da colheita de feijão se faz em julho-outubro.

#### 1.1.2 Processamento agroindustrial

Destacam-se por sua importância o processamento e a produção de enlatados e recipientes de produtos do tomate e aspargos.

##### 1.1.2.1 Tomate

O tomate, que -como se disse- é produzido comercialmente ao longo de toda a costa peruana, onde encontra excelentes condições materiais para seu desenvolvimento, apresenta a particularidade da colheita contínua, ou seja, pode ser plantado em qualquer momento do ano e, portanto, ser colhido durante todo o ano. Isto possibilita que as indústrias de conserva possam operar todo o tempo no Peru.

Devido a isso, fábricas de conserva de tamanho médio podem produzir importantes volumes anuais de tomate processado, já que se abastecem de matéria-prima sem limitações sazonais.

Além disso, e como consequência do mesmo fenômeno, o produto que se oferece à exportação provém de parcelas de matéria-prima industrializada em muito pouco tempo. A prática corrente é que se cultivam variedades específicas para a indústria, geralmente por contratos entre as fábricas e os agricultores. A indústria peruana do tomate oferece os seguintes produtos:

1. Massa de tomate: principalmente o tipo chamado duplo com (28º B). O produto contém exclusivamente o produto fresco selecionado e sal. A apresentação do produto é em latas de um galão, embora a pedido do cliente também pode ser apresentado em recipientes de 20 a 8 onças.
2. Tomates sem casca: obtidos com base em frutos selecionados sem casca, acondicionados com suco de tomate e sal.
3. Suco de tomate: obtido pelo processo convencional, com adição de sal e apresentado em latas de 8 onças.
4. Ketchup: elaborado com base em pasta de tomate, sal, vinagre, açúcar e especiarias. Apresentado em garrafas de 360 gramas.

//

Estas são as formas mais frequentes de apresentação; não obstante, os industriais podem modificar esta apresentação em função de demandas específicas dos clientes.

Principais exportadores:

AGROCONSER S.A. - Lima

Produto: massa de tomate para uso industrial

Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

AGROEX DEL PERU S.A. - Lima

Produto: massa de tomate

Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

CADENA ENVASADORA SAN FERNANDO S.A. - Lima

Produto: massa de tomate (e aspargos em conserva)

Exportações 1981: mais de US\$ 600.000

NUTREINA S.A. - Lima

Produto: massa de tomate (e aspargos)

Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

CAVY EX S.R.L. - Lima

Produto: frutas e hortaliças (tomate)

Exportações 1981: entre US\$ 300.000 e US\$ 600.000

1.1.2.2 Aspargos

Igual que a produção de tomate, a produção de aspargos apresenta-se ao longo de todo o ano, possibilitando, ademais, aos agricultores a programação antecipada de suas colheitas para qualquer momento. A produção peruana de aspargos concentra-se na costa norte do país, embora haja condições para sua exploração comercial em uma extensão aproximada de 1.500 hectares da área costeira.

Levando em conta que a produção que abastece as indústrias apresenta-se repartida em forma homogênea em todo o ano, o produto oferecido à exportação tem muito pouco tempo de elaboração.

As exportações de aspargos enlatados realizadas pelo Peru alcançaram um valor de US\$ 2.165.000 em 1979 e US\$ 3.280.000 em 1980, sendo a Dinamarca o principal país comprador, seguido em importância pela Itália e Venezuela. As exportações de aspargos frescos são uma modalidade mais recente.

A produção peruana de aspargo corresponde ao tipo branco com leve coloração nas pontas de algumas peças. No caso do produto enlatado, oferta-se exclusivamente aspargos sem casca; caso o cliente requeira se prepara o produto sem descascar.

Os produtos do aspargo que mais se exportam são:

1. Spears Fancy diâmetro 12-6 mm
2. Spears Extra diâmetro 9-12 mm
3. Spears Medium diâmetro 6-9 mm
4. Cuts e Tips diâmetro variável cumprido: 2-2,5 cm
5. Center Cuts diâmetro variável cumprido: 2,5-5 cm

Os tipos de recipientes mais frequentemente empregados são os seguintes:

1. Picnic (211 x 400)  
Peso líquido: 298 gr  
P. drenado inteiro: 198 gr
2. Tall 1 lb (301 x 408)  
Peso líquido: 425 gr  
P. drenado inteiro: 256 gr  
P. drenado pedaços: 255 gr
3. No. 2 (307 x 409)  
P. líquido: 555 gr  
P. drenado inteiro: 345 gr  
P. drenado pedaços: 320 gr
4. No. 10 (603 x 700)  
Peso líquido: 2.870 gr  
P. drenado inteiro: -  
P. drenado pedaços: 1.815 gr

As principais indústrias exportadoras de aspargos enlatados do Peru estratificadas por volumes de exportação em 1981 são:

AGROINDUSTRIAS DEL SANTA S.A. - Lima  
Produto: aspargos em conserva  
Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

CADENA ENVASADORA SAN FERNANDO S.A. - Lima  
Produto: aspargos (e massa de tomate)  
Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

CIA. INDUSTRIAL TRUJILLO S.A. - Trujillo  
Produto: aspargos em conserva  
Exportações 1981: entre US\$ 301.000 y US\$ 600.000

ENVASADORA LIMA S.A. - Lima  
Produto: Aspargos em conserva (e sucos de fruta)  
Exportações 1981: entre US\$ 100.000 e US\$ 300.000

INDUSTRIAL VIRU S.A. - Lima  
Produto: aspargos em conserva  
Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

UTREINA S.A. - Lima  
Produto: aspargos (e massa de tomate)  
Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

AGROEXPORT PERU S.A. - Lima  
Produto: aspargos frescos (e frutas frescas)  
Exportações 1981: menos de US\$ 100.000

//

1.1.3 Levantamento das principais zonas produtoras1.1.3.1 Departamento de Junín1) Área plantada

O departamento de Junín é o maior produtor hortícola no país, participando com mais de 30 por cento de produção e localiza-se perto de Lima, principal centro de consumo do país. No período 1978-1982 se cultivaram entre 30.800 e 42.400 has. dos onze cultivos em estudo, predominando a batata, com mais de 80 por cento da área cultivada (quadro 14). No entanto, em nível nacional Junín se especializa em cenouras, espinafres e ervilhas verdes. No caso do espinafre, o vale de Tarma tem uma participação determinante e permanente no abastecimento de Lima.

A produção hortícola se localiza principalmente no vale de Tarma, localizado para o noroeste do departamento. Está conformado por pequenos vales adjacentes dos rios Palcamayo, Río Seco e Tapo e com distâncias máximas entre eles de 30 quilômetros, configurando uma zona onde a produção encontra-se geograficamente concentrada. Outro vale importante é o do Mantaro, localizado para o sul do departamento e estende-se ao longo do rio do mesmo nome, cobrindo uma distância de aproximadamente 70 quilômetros entre as províncias de Jauja e Pucará, com uma produção mais dispersa.

No vale de Tarma cultivam-se duas variedades de cenouras: crioula (80 por cento) e Chantenay Red Cored (30 por cento); uma variedade de espinafres: Viroflay 99 M.R., e duas variedades de ervilhas verdes: americana "Alderman" (70 por cento) e crioula (30 por cento).

2) Rendimento médio dos cultivos

Os rendimentos promédios dos cultivos em todo o departamento de Junín observam-se no quadro 14. No entanto, no vale de Tarma obtiveram-se os seguintes rendimentos em quilogramas por hectares nos anos 1978, 1979 e 1980, respectivamente:

- cebolas:	16,000	16,000	14,500
- cenouras:	16,500	16,000	16,300
- espinafres:	16,800	17,400	18,600

3) Superfície média das explorações

No estudo "Comércio de hortaliças de Tarma para o Mercado de Lima", preparado pela Junta do Acordo de Cartagena (JUNAC) em 1983, estima-se que em 1981 o número de produtores orientados à produção de hortaliças na província de Tarma foi de 15,717, que representam 61 por cento do total. Grande parte destes combina a produção de hortaliças com a de batata.

sp

//

// 600

A superfície média disponível por produtor em nível da província de Tarma foi de 1,52 hectares, o qual mostra a reduzida área disponível para o cultivo, considerando-se, pois, que prevalecem pequenos produtores na zona. A estrutura agrária da zona é minifundiária, mas com o atributo que se apresenta uma utilização intensiva da área disponível por produtor aproveitando que o cultivo de hortaliças se realiza em ciclos curtos que possibilitam rotar cultivos e obter várias colheitas durante o ano.

#### 1.1.3.2 Departamento de Lima

##### 1) Área plantada

Em Lima foram colhidas entre 16.100 e 18.500 hectares dos onze produtos em estudo no período 1978-1982, ocupando as batatas mais de 49 por cento da área e seguindo o feijão, tomate e cebolas (quadro 15). Praticamente não se cultivaram aspargos, grão-de-bico e lentilhas. Em nível nacional, Lima tem uma especialização em tomate, onde participa com 90 por cento da produção. Os principais vales produtores no departamento são so de Huaral, Cafete e as áreas vizinhas da Grande Lima.

##### 2) Rendimento médio dos cultivos

O rendimento médio em todo o departamento está demonstrado no quadro 15.

##### 3) Superfície média das explorações

No estudo sobre hortaliças, preparado com a cooperação técnica japonesa em 1982, menciona-se que os produtores independentes em Lima geralmente se dedicam em grande maioria à produção de hortaliças, cujo número e quantidade de hectares não foi possível determinar. Entretanto, no levantamento feito com sete produtores independentes constatou-se que seis deles tinham, em média, menos de 6 hectares. Por outro lado, no levantamento feito com 80 produtores que integram cooperativas agrárias de produção (CAP) constatou-se que de 60 para 74 por cento tinha entre uma e nove hectares.

#### 1.1.3.3 Departamento de Arequipa

##### 1) Área plantada

Em nível nacional, o departamento de Arequipa especializa-se em alhos e cebolas, onde participa com 60 por cento da produção. As áreas colhidas constam no quadro 16.

##### 2) Rendimentos médios dos cultivos

Os rendimentos médios em todo o departamento constam no quadro 16.

//



//

### 3) Superfície média das explorações

Não se encontraram estatísticas específicas sobre o tamanho das explorações hortícolas; no entanto, consideram-se muito pequenas e com características de minifúndio.

#### 1.1.4 Consumo

##### 1.1.4.1 Demanda interna atual e projeções

Para o cálculo do consumo anual per cápita dos onze produtos em estudo se tomou como base a demanda interna aparente (DIA), que assumimos é a produção nacional de cada produto, mais as importações e menos as exportações. No caso da batata se restou também 30 por cento correspondente a mermas (10 por cento) e se mentes (20 por cento). A demanda interna aparente se dividiu entre o número de habitantes do país para encontrar o consumo anual per cápita. Os resultados destes cálculos estão demonstrados para os onze produtos nos quadros 17 a 27.

Para o cálculo das projeções da demanda interna aparente para os anos 1985 e 1995 multiplicou-se a média do consumo anual per cápita do período 1978-1982 pela projeção da população nacional. Esta projeção foi tirada do "Estudo do Mercado de Frio em Lima-Callao" preparado pela Junta do Acordo de Cartagena em 1983, que se efetuou com base em taxas de crescimento quinqüenais. Para o caso do quinquênio 1981-1985, a taxa utilizada foi de 2,4 por cento, valor obtido com base nos resultados ajustados do censo e uma projeção do mesmo realizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para 1982. Para os quinquênios 1986-1990 e 1990-1995 as taxas empregadas foram de 2,3 e 2,2 por cento e foram calculadas com base na última projeção da população nacional, efetuada pelo INCE em novembro de 1978 e ajustadas posteriormente com base na taxa obtida para o período 1981-1982. As projeções da demanda interna aparente (DIA) para os onze produtos estão apresentadas nos quadros 17 a 27.

##### 1.1.4.2 Características dos principais centros de consumo do doméstico e industrial e projeções

Lima Metropolitana é o principal centro de consumo doméstico de legumes e hortaliças no país. Praticamente todas as hortaliças se consomem em estado fresco e não há estatísticas disponíveis sobre as pequenas percentagens que se orientam para a indústria. O mesmo ocorre com os legumes em estudo que se consomem em estado seco.

Toda a informação sobre a oferta disponível, consumo e projeções para Lima Metropolitana se tomou do "Estudo do Mercado de Frio em Lima-Callao", preparado pela Junta do Acordo de Cartagena em 1983.

sp

//

A oferta disponível de cinco produtos principais se mostra no quadro 28, que se baseia nos ingressos de hortaliças registrados no Mercado Atacadista no. 1 de Lima. Estimou-se em 10 por cento adicional que corresponde aos ingressos diretos a outros mercados de produtores que existem em Lima. Deduziu-se 15 por cento do total ingressado, que corresponde ao volume reexpedido a províncias. Não se descontou o volume exportado de cebolas e alhos devido a que este se expede diretamente da zona de produção e é embarcado em Lima sem passar pelo mercado atacadista.

O consumo anual por habitante e sua projeção a 1985 e 1995 se apresenta também no quadro 28, o que resulta de dividir a oferta disponível entre a população de Lima. Devemos destacar que os dados do levantamento censal de julho de 1981 indicam uma população de 4.601.000 habitantes para a área de Lima, e se consideramos o mesmo tipo de registro para o ano 1972 temos que o crescimento intercensal foi de 3,75 por cento anual, taxa significativamente menor que a obtida para o período intercensal 1971-1972, que foi de 5,5 por cento anual. Para os quinquênios 1986-1990 e 1991-1995, as taxas utilizadas foram de 3,15 e 2,72 por cento, respectivamente, e foram obtidas com base em ajuste das taxas empregadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Urban Population Growth in Peru-Urban Population Series. Report no. 3). Para o período 1981-1985 assumiu-se uma taxa de crescimento igual à obtida no período intercensal 1972-1981, por considerar-se que em dito período não se prevê a emergência de importantes mudanças nas estruturas políticas e econômicas que possam influir no normal desenvolvimento da migração.

#### 1.1.5 Importações

As ervilhas e as lentilhas são os dois produtos mais importantes com um valor de importação em conjunto que não supera os US\$ 6,7 milhões anuais no período. Estados Unidos da América do Norte foi o principal abastecedor (quadro 29). Devemos manifestar que em 1978 e 1979 havia restrições para importar estes produtos.

#### 1.1.6 Exportações

Os alhos e o feijão foram os dois produtos de exportação mais importantes durante o período, havendo em um ano superado cada um deles os dois milhões de dólares do valor de exportações. No caso do alho houve um notável incremento em 1982. Os principais países de destino foram os países-membros do Grupo Andino e os Estados Unidos da América do Norte (quadro 30).

#### 1.1.7 Estrutura dos preços internos

Apresentam-se duas estatísticas de preços. A primeira, que aparece no quadro 43, tem como fonte a Junta do Acordo de Cartagena (JUNAC) e seu objetivo é poder comparar os preços do Peru com os da Bolívia, Equador e Venezuela, que se apresentam a continuação dos respectivos estudos desses países e cuja fonte também é a JUNAC.

//

//

A segunda estatística de preços se mostra nos quadros 31 a 38. Neste caso as fontes são nacionais para os preços em nível de sítio, atacadista e varejista e são expressados em dois correntes. Nos mesmos quadros as importações CIF e as exportações FOB são da JUNAC e são as mesmas do quadro 43. Os preços no sítio provêm de dividir o valor bruto de produção entre o volume de produção. Encontrou-se que quanto à batata o preço no sítio é superior ao atacadista nos anos 1978 e 1979, e quanto a cenoura em 1978. Preferiu-se deixar esta inconsistência estatística antes que manipular as cifras. Não obstante, considera-se que os preços em nível de atacadista e varejista têm uma maior validade por derivar de levantamentos da Direção de Informação de Preços e Mercado Agropecuário da Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização do Ministério da Agricultura. Em alguns casos específicos tomou-se a informação dos preços atacadistas e varejistas da Junta Reguladora de Preços.

Com a liberação do comércio não existem preços oficiais para os onze produtos em estudo, definindo-se os preços através do mercado.

No caso do aspargo, praticamente não existem preços atacadistas e varejistas porque não se consume em estado fresco. Do 90 a 99 por cento da produção orienta-se à indústria. Por outro lado, no caso do espinafre não ocorrem estes preços por não ser um produto prioritário no sistema de informação. Algo similar ocorre com as ervilhas, grão-de-bico e lentilhas, considerados produtos de movimento de armazém e são incluídos no sistema de informação.

Finalmente, os preços de importação e exportação provêm de dividir os valores CIF e FOB entre os volumes de importação, respectivamente. Estes valores e volumes estão demonstrados nos quadros 29 e 30.

#### 1.1.8 Insumos físicos para atividades hortigranjeiras

Não há informação específica em nível nacional sobre produção, demanda, comércio exterior e preços dos insumos físicos para a produção de legumes e hortaliças; não obstante, a continuação se mostra informação para os vales de Tarma (Junín) e Huaral (Lima), os mais representativos destas produções em nível nacional. A informação provêm dos estudos de "Comércio de Hortaliças de Tarma para o Mercado de Lima" (JUNAC, 1983) e do "Diagnóstico de Comercialização de Hortaliças no Departamento de Lima e Recomendações" (Convênio de Cooperação Técnica Internacional Peru-Japão, 1983).

No vale de Tarma praticamente a totalidade dos pequenos produtores recenseados manifestam ter dificuldades para utilizar fertilizantes e produtos fitossanitários, devido principalmente a seus altos preços e, em algum caso, inclusive à escassez.

No quadro 39 apresenta-se a evolução dos preços de venda de fertilizantes em Tarma durante 1982. Observa-se que no lapso de apenas oito meses o preço de venda incrementou-se em quase 100 por cen

to para cada um dos fertilizantes. Indubitavelmente que o preço de venda dos produtos hortícolas não tem o mesmo comportamento e se apresentam frequentemente períodos de sobreprodução com preços menores aos custos de produção. A partir de julho de 1983 foram liberadas as importações e distribuição interna de fertilizantes que estava a cargo da empresa pública ENCI. No quadro 40 se apreciam os preços dos fertilizantes em nível nacional, tanto dos importados como dos nacionais.

Na zona de Tarma a área mecanizável é reduzida devido ao acidentado do terreno, à existência de uma estrutura minifundiária e ao baixo nível técnico e econômico dos produtos. O número de tratores existente atualmente (1983) é de 23 unidades, das quais 12 pertencem a empresas cooperativas dedicadas à produção de batatas e os outros, a grandes produtores. A maior parte deles tem uma antiguidade de mais de oito anos.

Com relação aos implementos agrícolas, através de entrevistas realizadas com produtores e lugares de venda especializados se estima que seu uso é restringido e que as vendas diminuíram nos últimos anos.

Em outubro de 1983 o Governo decidiu apoiar a mecanização do agro através da isenção de impostos para a importação de maquinarias agrícolas e equipamento de risco.

Quanto ao tipo e volume de fertilizantes utilizados pelos produtores do vale de Huaral, considera-se que a generalidade deles utiliza fertilizantes de origem química e muito poucos de origem orgânica. Este último tipo de adubo é utilizado geralmente para melhorar a estrutura de seus solos e em volumes altos, chegando em alguns casos até 40 tm por hectare. Dos adubos de origem química se pode dizer que seu uso é de maior frequência devido a sua maior disponibilidade e a sua maior concentração dos elementos nutritivos (leis altas). Estes adubos são geralmente aplicados ao volume médio de 0,5 tm por hectare. Deve destacar-se que os volumes utilizados são muito variáveis, estando de acordo com o cultivo e idade da planta. Finalmente, deve indicar-se que dentro dos adubos utilizados figuram a uréia e o nitrato de amônio (abonos químicos), bem como o guano das ilhas e das aves de curral (adubos orgânicos).

## 1.2 Política comercial

No Plano Operacional do Setor Agrário 1982-1983 atribui-se à Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização do Ministério da Agricultura a política de: "prosseguir com a liberação da comercialização interna e externa de produtos e subprodutos agrários, correspondendo ao Estado uma participação reguladora, bem como estabelecendo rígidos mecanismos que impeçam práticas oligopólicas".

No período compreendido entre os anos 1977-1979 proibiram-se as importações de legumes secos com o fim de apoiar e promover a agricultura nacional, não sendo alcançado este objetivo, entre outros motivos, por causa da seca que afetou o país nos últimos anos. A restrição total das

//

//

importações e a redução da produção nacional ocasionou uma escassez severa de vagens com a conseguinte elevação de seus preços e diminuição do consumo destes alimentos.

A partir do ano 1980, de acordo com a política econômica do Governo, liberam-se novamente as importações, tendo-se chegado em 1981 a mais de 1.000 tm de legumes secos, especialmente de ervilhas e em segundo lugar lentilhas e certas quantias de grão-de-bico e feijão, que em conjunto representam 12 por cento da produção anual de legumes secos.

Com relação à política de exportações, nos últimos anos as exportações de legumes secos tiveram uma tendência ascendente apesar da queda da produção nacional e da anulação do reembolso tributário (CERTEX) de 18 por cento destinado a estimular as exportações. Isto se explica pelas variações dos preços do mercado internacional em razão da colheita pelos países produtores de legumes secos, especialmente pelos Estados Unidos da América do Norte.

Por outro lado, a comercialização de hortaliças é livre, não participando o Estado diretamente no comércio destes produtos. Fatores como o fato de existir período de sobreprodução e escassez, bem como pela complexidade do produto, entre outros, determinam a grande dificuldade para o Estado de projetar ações tendentes a racionalizar a distribuição de hortaliças.

No quadro 41 mostra-se um estudo tarifário e para-tarifário de novembro de 1984 preparado gentilmente pela Junta do Acordo de Cartagena para os fins específicos do presente estudo na coluna sobre gravames do programa de liberação para a Colômbia (Co), Peru (Pe) e Venezuela (Ve), observa-se que a Venezuela ainda mantém tarifas apesar de que estas deveriam estar a zero em 31 de dezembro de 1983 por ser produtos que se encontram na lista A (desgravação automática). Por outro lado, as medidas para-tarifárias aparecem na coluna de restrições GRAN, entre as quais somente se mencionam aquelas importantes que efetivamente supõem uma decisão do executivo: 1. Licença prévia. 2. Proibição de importação. 3. Importação reservada ao Executivo Nacional e 4. Cláusula de salvaguarda agropecuária.

Na coluna gravames a terceiros países aparecem os níveis das tarifas aplicadas ad valorem (sem considerar as sobretaxas e outros gravames internos) para os cinco países-membros do Grupo Andino. Por outro lado, as medidas para-tarifárias são mostradas na coluna restrições a terceiros países.

### 1.3 Grau de tecnologia

#### 1.3.1 Grau de tecnologia alcançado para os produtos no país

Em geral pode-se dizer que o grau de tecnologia é variável, notando-se um menor grau nas pequenas propriedades. Assim, por exemplo, na zona de Tarma, que apresenta excelentes condições ecológicas para o cultivo comercial de hortaliças, coexistem com os minifundiários explorações que vão de 5 a 20 hectares e que dedicam suas áreas ao cultivo intensivo de hortaliças de alta tecnificação.

//

O grau de tecnologia na batata é variável, encontrando-se as melhores zonas produtivas nos vales do Cañete e Barranca no departamento de Lima.

No tomate o grau de tecnologia é médio e alto, obtendo-se rendimentos de 100 tm por hectare em Ica com irrigação por gotejamento. No vale de Chancay, ao norte do departamento de Lima, encontra-se a empresa agroindustrial AGROEX, que cultiva com alta tecnologia e ademais compra a produtores da costa central aos quais fornece sementes e assistência técnica. Aproximadamente 90 por cento da produção desta empresa se exporta aos Estados Unidos da América.

Nos alhos também alcança-se uma tecnologia média e alta com rendimentos médios de 7 a 10 tm por hectare.

Na cebola o grau de tecnologia é variável, com rendimentos médios de 15 a 20 tm/ha; no entanto, no departamento de Arequipa superam-se amplamente estes rendimentos com uma média superior às 30 tm/ha.

Em cenouras, aspargos e espinafres, o grau de tecnologia é médio. No caso do aspargo há excelentes condições para a exportação e atualmente já se exporta mais de 90 por cento da produção. A principal empresa exportadora é a Industrial Virú que se encontra no departamento da Libertad.

O grau de tecnologia em ervilhas é baixo e não competitivo e orienta-se ao mercado interno. Algo similar ocorre com as lentilhas e o feijão. Nestes últimos exportam-se algumas variedades como feijão de "palo", "zarandaja" e feijão de "Castilla".

No grão-de-bico o grau de tecnologia é médio e tem perspectivas.

#### 1.3.2 Papel das universidades, entidades e/ou instituições nacionais dedicadas ao desenvolvimento tecnológico

No estudo sobre hortaliças, preparado com a cooperação técnica japonesa em 1982, menciona-se que, "de acordo com as visitas aos centros de produção, às organizações de produtores nas cooperativas agrárias de produção, às cooperativas agrárias de serviços, etc., às repartições do Ministério da Agricultura e de acordo com os resultados das pesquisas a nível de produtores, resultou que a assistência recebida do Ministério da Agricultura e de outras entidades especializadas como as universidades é nula".

O mesmo relatório menciona que o Ministério da Agricultura tem estabelecidas instituições que deveriam fornecer assistência técnica aos agricultores, como é o caso do INIPA, igualmente, agências do Ministério da Agricultura, as quais não o fazem pelas limitações orçamentárias, bens e carência de pessoal técnico especializado. Não obstante, também menciona que no levantamento efetuado entre os produtores de hortaliças no departamento de Lima, 45 por cento deles conduzem seus cultivos valendo-se somente de sua experiência pessoal, 29 por cento o fazem tendo como guia a leitura de folhetos, revistas e/ou comunicação entre os próprios agricultores. Estes procedimentos são empregados mormente pelos agricultores associados em co

//

//

operativas agrárias de serviços (CAS) ou que trabalham em forma independente. Adicionalmente, encontrou-se que dentro das cooperativas agrárias de produção (CAP) a assistência técnica é fornecida em 11 por cento pelos próprios produtores e 8 por cento por engenheiros agrônomos. Finalmente, 7 por cento dos agricultores recebem assistência técnica dos vendedores de adubos.

No estudo sobre as hortaliças, preparado com a cooperação técnica japonesa e referido à região de Huaral, a principal abastecedora de Lima Metropolitana, menciona-se que o nível de instrução e capacitação dos produtores para as técnicas de cultivo, sistemas de organização e comercialização é muito limitado. Menciona-se também que uma das razões da tendência para a diminuição no nível da produção no departamento de Lima no período 1969-1979 foi o uso inadequado de insumos, sementes, pouco conhecimento de técnicas de cultivo, etc. Assinala-se também que apesar de que existem normas de qualidade para uma grande parte de hortaliças, não se efetua nenhum controle de qualidade.

O Instituto Nacional de Investigação e Promoção Agropecuária (INIPA) é responsável pelas atividades de investigação, experimentação, extensão e fomento agropecuário para contribuir para o incremento da produção e produtividade agropecuária com ênfase naqueles produtos de maior significação para a alimentação da população.

Por outro lado, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agroindustrial (INDDA) tem a função de conduzir a investigação tecnológica e sócio-econômica no campo da agroindústria, bem como de prestar serviços de análise e de assistência neste campo.

Com relação à batata, o projeto Pós-colheita Governo Peruano-FAO tem como objetivo executar dez armazéns para a batata em nível de produtores marginais com o propósito de incrementar os níveis de ingresso dos camponeses.

Quanto à iniciativa privada, a Associação Peruana de Produtores de Hortaliças (APHO) tem entre seus objetivos propiciar as atividades destinadas ao fomento da produção, promover a comercialização direta de seus associados, propiciar o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre seus membros, bem como com entidades afins nacionais e internacionais e desenvolver todas as atividades destinadas à capacitação de seus membros e, portanto, o melhoramento da produção e comercialização direta de seus produtos.

Devemos também destacar a recente criação do Comitê de Exportadores de Frutas e Hortaliças que tem como objetivo ir organizando em forma progressiva e dinâmica uma verdadeira integração comercial em nível nacional entre os diversos interessados que integram o Comitê. O principal trabalho estará constituído pela difusão a empresas exportadoras e agroindustriais da oferta que se gere em nível de zonas de produção, bem como a difusão em nível de produtores da demanda proveniente diretamente do exterior ou através de exportadores.

//

// 608

## 2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresas atacadistas

### 2.1 As empresas atacadistas e sua intervenção na comercialização

Em Lima Metropolitana conta-se com dois mercados para a comercialização de produtos agrícolas em nível atacadista. O Mercado Atacadista no. 1, dedicado à venda de hortaliças, tubérculos e limão, e o Mercado Atacadista no. 2, dedicado à venda de frutas. Existe ademais o Mercado de Produtores Jorge Chávez que se dedica à comercialização de hortaliças. Há outros lugares de venda a varejo, como o da Associação de Produtores de Hortaliças (APHO) e de outras associações deste tipo. Todas elas, com equipamento e serviços deficientes para a comercialização de hortaliças. Em nível rural não existe infra-estrutura de comercialização de hortaliças.

A comercialização atacadista de hortaliças e de limão em Lima Metropolitana no Mercado Atacadista no. 1 alcançou um volume de 38.000 tm anuais em 1979. A estrutura dos 734 postos ou empresas atacadistas que existiam nesse mercado em 1979 segundo os volumes comercializados se mostra no quadro 42.

No "Diagnóstico de Comercialização de Hortaliças no Departamento de Lima e Recomendações" preparado sob o Convênio de Cooperação Técnica Internacional Peru-Japão em 1983, menciona-se que os atacadistas do Mercado Atacadista no. 1 têm um grau variável de instrução, predominando os que têm primária completa e, em menor proporção, secundária. A grande maioria tem mais de dez anos de experiência no negócio, o que indicaria que tem costumes comerciais definidos que poderiam ser difíceis de mudar. Por outro lado, a grande maioria tem ajudantes no mercado, razão pela qual podem mobilizar-se livremente para realizar suas transações comerciais. Os atacadistas que têm ajudantes são os que com maior facilidade podem acudir ao lugar de produção, enquanto que os que não os têm recebem o produto em consignação. Alguns atacadistas têm ajudantes que trabalham como agentes de compra ou como armazenadores de produtos nas proximidades do mercado.

No mesmo diagnóstico assinala-se que existem acordos informais entre atacadistas mediante os quais eles se prestam os produtos no interior do mercado para ser posteriormente devolvidos. Embora seja verdade que a maioria dos comerciantes não tem este tipo de relações, existe uma apreciável percentagem de atacadistas que sim realiza estes acordos. Funcionam na maioria de comerciantes de alho, cebola, couve couve-flor; a percentagem é mais baixa no caso de tubérculos, tomate, abóbora e limão: não se celebram acordos entre eles em grãos secos e mandioca. Os atacadistas que celebram estes acordos manifestaram no levantamento que o fazem principalmente para manter abastecido o posto e para não perder a clientela. Isto indica que existem atacadistas que não têm um abastecimento seguro e que por conseguinte devem recorrer a seus companheiros.

Os clientes que compram produtos no Mercado Atacadista no. 1 são os varejistas, ambulantes, locais de auto-serviço, outros atacadistas e consumidores (instituições, restaurantes e particulares). Os comerciantes do Mercado Atacadista no. 1 apresentam um comportamento diferente em relação a seus clientes. Assim, por exemplo, em tubérculos, alho e cebola, a maior

//



//

percentagem de atacadistas não têm clientes fixos, enquanto que em tomate e grãos secos a maioria de comerciantes sim os têm. Não existe um comportamento similar entre atacadistas de diferentes produtos; isto se deve possivelmente a que cada produto tem sua forma estabelecida de comercialização.

Os Atacadistas do Mercado Atacadista no. 1 realizam suas vendas preferentemente a crédito, o que indica uma relação de confiança entre o comerciante atacadista e os compradores. De acordo com o documento "Atualização do Estudo de Factibilidade do Grande Mercado Atacadista de Lima", preparado para a Empresa de Mercados Atacadista S.A. (EMMSA), os atacadistas que em maior proporção oferecem crédito são os de tomate (88 por cento), enquanto que em alho e cebolas as percentagens de atacadista que oferecem crédito e vendem à vista estão praticamente equilibradas. As vendas de grãos secos são preferentemente à vista.

#### 2.1.1 Batatas

A batata de consumo continua sendo comercializada sob o sistema tradicional com a participação de comerciantes intermediários, atacadista distribuidor e varejistas, sendo limitada a participação do Estado que somente intervém em épocas de emergência através de ENCI. Os comerciantes intermediários, detectados de acordo com o trabalho que desempenham, tomam o nome de resgatador ou armazenador local, armazenador-transportador e atacadista transportista, os quais são dependentes do atacadista distribuidor. Alguns atacadistas distribuidores garantem a compra em sítio do produto na seguinte forma: a) habilitando o produtor com dinheiro; b) comprando a colheita no campo (verde); c) comprando a colheita em restos; e d) comprando a colheita classificada e embalada.

#### 2.1.2 Tomates, alhos e cebolas

As modalidades que se apresentam na comercialização de tomates, alhos e cebolas são muito variadas. O que ocorre principalmente é que o produtor, em forma antecipada, compromete sua colheita ou a vende em chácara no momento que a obtém de comerciantes atacadistas, resgatador e/ou armazenadores locais, para depois estes realizarem a comercialização atacadista-varejista e posteriormente transladar os produtos aos mercados de consumo.

#### 2.1.3 Vagens

No caso de ervilhas, grão-de-bico, lentilhas, feijão e outros legumes secos, os agricultores preparam o produto tomando critérios tradicionais baseados geralmente no aspecto externo do grão, resultando que na generalidade dos casos somente se classifique em grau único. O comerciante atacadista determina a qualidade do produto valendo-se de critérios subjetivos ou empíricos; não obstante, na avaliação do produto também têm grande importância a oferta e a demanda.

Em Lima e algumas cidades principais do país, os atacadistas e as centrais de cooperativas contam com armazéns próprios ou depósitos que cumprem ademais uma função de orientação de fluxos interzo-

sp

//

nais. A Empresa Nacional de Comercialização de Insumos (ENCI) possui armazéns em várias zonas de alimentação, as quais servem como centros para recolher, armazenar e distribuir estes grãos. ENCI dispõe de uma capacidade total de armazenamento de 42.530 tm para legumes secos em geral.

O produtor vende sua colheita à vista ou em pagamento diferido aos armazenadores ou aos transportadores atacadistas, de acordo com a demanda do produto, os quais neste último caso cancelam o importe do valor do produto uma vez que o venderam. Estes, ao mesmo tempo, fornecem aos atacadistas localizados nos centros de consumo, outorgando geralmente um prazo determinado para o pagamento do grão. Do mesmo modo, o atacadista entrega o produto a outros atacadistas ou aos varejistas, concedendo-lhes também um prazo determinado para o pagamento. As vezes os atacadistas permutam produtos entre eles, efetuando deste modo uma forma de troca. O varejista efetua a venda do produto à vista. Em conclusão, o agricultor é em grande medida o financiador principal da comercialização destes produtos. ENCI adquire as vagens pagando à vista, mas sua participação no volume de compra da produção não é significativa.

O comércio de vagens é efetuado quase em sua totalidade pelo setor privado e em uma pequena percentagem pela ENCI, a qual adquire mais de 2.800 tm de vagens em 1981, em maior volume feijão canário. São muito variadas as modalidades que se apresentam na comercialização de vagens e em muitos casos se efetuam com a intervenção de vários intermediários. Na maioria dos casos o agricultor vende seu produto no mesmo centro de produção aos resgatistas, armazenadores locais, transportadores ou aos próprios atacadistas distribuidores. Em alguns casos o intermediário atacadista habilita o agricultor com determinadas quantidades de dinheiro para a execução de trabalhos agrícolas, desde a sementeira até a colheita; depois disto o agricultor praticamente está obrigado a vender ao habilitador a preços que convêm ao comerciante. Cabe assinalar também que existem alguns agricultores que trazem diretamente suas colheitas até os centros povoados, efetuando seus negócios diretamente com os atacadistas, os quais, no caso de Lima, vendem por sua vez o produto a outros comerciantes atacadistas varejistas localizados especialmente no Mercado 3 de Fevereiro ou abastecem comerciantes varejistas localizados nos mercados de abastecimentos, etc., de Lima Metropolitana.

## 2.2 Participação das empresas públicas

### 2.2.1 Comercialização

A Empresa de Mercados Atacadistas S.A. (EMMSA) é um ente estatal que foi concebido levando em consideração a experiência nacional e internacional no comércio atacadista de produtos agrícolas de consumo natural através de mercados atacadistas urbanos e rurais. Criou-se em 1979, iniciando suas atividades com base nos ativos do Sistema Nacional de Mercados (SENAMER). Tem a função de promover, construir, organizar e administrar direta ou indiretamente estes mercados. O objetivo final deste organismo é o estabelecimento de uma rede de mercados atacadistas em nível nacional, de tal maneira

//

//

que funcionem como um sistema para garantir uma prestação comum nos serviços e garantir um fluxo de abastecimento normal e um mecanismo de informação de preços que permita a transparência do mercado. Além da administração dos Mercados Atacadistas nos. 1 e 2 da cidade de Lima, EMMSA, finalizou a Atuação do Estatuto de Factibilidade do Grande Mercado Atacadista de Lima; da mesma maneira foram feitos os estudos técnico-econômicos do mercado atacadista de Arequipa, Tarapoto e outros.

Com a finalidade de impulsar um sistema integrado de comercialização de produtos agrários, o Governo peruano criou o projeto PROCOMPRA e autorizou sua execução em 1982. Com a criação deste sistema integrado de produção propõe-se um ordenamento da produção, distribuição e consumo com a intervenção de produtores e comerciantes sob a supervisão do Estado, estabelecendo-se assim uma alternativa à atual comercialização de produtos agrários. Os objetivos são: a) organizar a oferta de produtos agrários na área rural; b) racionalizar o comércio atacadista; c) racionalizar a distribuição urbana de produtos agrários; d) contribuir a reduzir o desequilíbrio dos ingressos rural-urbano; e e) obter preços eqüitativos para os produtores e consumidores.

Para o cumprimento dos objetivos indicados, o projeto PROCOMPRA deverá promover a organização, construção, equipamento e funcionamento dos centros de comercialização rural (CCR), centros de distribuição urbana (CDU) a mercados povo (MP). Ademais, deverá desenvolver programas especiais de apoio à infra-estrutura física, financiamento, crédito, capacitação, assistência técnica e informação de mercados.

Por outro lado, a Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização do Ministério da Agricultura conta com uma Direção de Informação de Preços e Mercado Agropecuário, que tem por objetivo fornecer e difundir informações à Lima Metropolitana com uma periodicidade semanal e mensal, por exemplo: volumes de ingresso por procedência de 30 produtos agrícolas em estado natural, preços atacadista e varejista de 30 produtos em nível de Lima Metropolitana e de seis cidades, integração ao Sistema Andino de Preços Agropecuários sobre preços atacadistas por variedades de dez produtos, etc. Entre os produtos do presente estudo encontram-se a batata, tomate, alho, cebola, cenoura e feijão (baio e canário).

Adicionalmente, o Ministério da Agricultura tem dentro de suas funções pôr normas e verificar a qualidade dos produtos agropecuários e agroindustriais alimentícios com base no estabelecido pelas Normas de Qualidade, salvaguardando desta forma o produtor e o consumidor. Os alcances deste serviço estão previstos em nível nacional, mas pela disponibilidade limitada de recursos financeiros, equipamentos e pessoal especializado se limita a efetuar estas ações no âmbito de Lima Metropolitana. Por outro lado, existem normas de qualidade em quase todos os produtos agropecuários, incluídas as hortaliças, mas não se efetuou sua verificação por limitações anteriormente mencionadas e por serem estas funções compartilhadas com as municipalidades e o Ministério do Interior.

//

sp

// 612

Na comercialização da batata de consumo, a participação do Estado é em forma limitada; somente intervém em épocas de emergência através da Empresa Pública de Comercialização de Insumos (ENCI). Quando os preços alcançam níveis muito abaixo do normal, a ENCI intervém, comprando pequenas quantidades com o propósito de obter certa regulação.

Na comercialização de vagens o Setor Agricultura desenvolve ações de controle, regulação e promoção. É assim que as regiões agrárias levam o controle mensal de existências em armazéns de comerciantes atacadistas, os quais devem apresentar todos os meses de declaração juramentada do volume de seus produtos.

A Empresa Nacional de Comercialização de Insumos (ENCI) adquire vagens diretamente dos agricultores, especialmente quando há saídas de colheita e os distribui em períodos de escassez regulando a oferta. Os pequenos volumes que adquire esta empresa do Estado não lhe permitem cumprir uma significativa ação de regulação, abastecimento e preços das vagens.

### 2.2.2 Importação e exportação

As empresas públicas não participam da importação e exportação dos onze produtos matéria do presente estudo. Esta atividade se realiza através do setor privado.

## 3. Situação jurídico-institucional do setor

### 3.1 Política de produção, legislação, planos e programas de incentivos.

Os delineamentos da política de desenvolvimento na área de produção e comercialização são muito genéricos. As propostas específicas se referem unicamente aos principais produtos, tais como arroz, milho, batata, açúcar, leite, carne, etc., sem considerar as hortaliças, também muito importantes na cesta familiar.

As políticas creditícias para a produção e comercialização de produtos agropecuários têm quase as mesmas condições de financiamento que qualquer outra atividade econômica, com a desvantagem adicional que não pode conceder a hipoteca sobre a terra.

Não existe uma política específica de incentivos para a produção de hortaliças; tampouco existe um controle de "normas" para os produtos hortícolas em nível de produtor nem em nível de comércio varejista.

No país cria-se uma gama de dispositivos legais para a organização de produtores agropecuários como pessoas jurídicas; assim, existem as cooperativas agrícolas de produção (CAP), as sociedades agrícolas de interesse social (SAIS), as centrais de cooperativas, as cooperativas agrárias de serviços (CAS), fundos, associações e comitês. Todo este tipo de organizações existe no campo, mas nenhuma destas tem solidez organizadora, nem solvência econômica, nem muito menos uma equipe de técnicos que possam atender os requerimentos dos produtores sócios. Muitas destas organizações incluem em seus estatutos os aspectos de comercialização, mas na prática os produtores que pertencem a algumas das organizações citadas afrontam indi

//

vidualmente não apenas as atividades da produção, senão também as da comercialização.

Quanto à batata, o Ministério da Agricultura programa e fixa anualmente as metas de semeadura com o propósito de prever o abastecimento oportuno em nível nacional, orientar fluxos adequados aos centros de consumo e reduzir as variações cíclicas de preços mediante a programação de uma oferta e abastecimento contínuos.

No que diz respeito às vagens, a Direção-Geral de Agricultura e Pecuária do Ministério da Agricultura estabelece as metas anuais de produção nacional de feijão; ademais, outorga os certificados fitossanitários para a importação e exportação de vagens. Por outro lado, o controle quanto a peso, disponibilidade e qualidade das vagens realiza-se através de vários setores do Estado, como são o Ministério do Interior, com a intervenção das prefeituras, Polícia Civil e Polícia de Investigações; dos municípios e diversas repartições do Ministério da Agricultura e do Ministério de Economia, Finanças e Comércio.

### 3.2 Regulação do funcionamento dos mercados internos e políticas de preços

No Plano Operacional do Setor Agrário 1982-1983, destinam-se as seguintes políticas à Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização:

- a) Impulsar um sistema de comercialização que entre em competência com o sistema atual e permita melhorar os preços para o produtor e o consumidor.
- b) Estabelecer oportunamente os preços de refúgio para determinados produtos agropecuários alimentícios não perecíveis, garantindo um preço justo que fomenta a produção.
- c) Fortalecer o sistema de informação de mercados e preços de produtos agropecuários, agroindustriais e industriais alimentícios básicos, a fim de estabelecer e manter canais de informação entre os centros de produção e consumo.
- d) Promover a organização dos produtores com fins empresariais de comercialização de seus produtos nos mercados interno e externo.

Por outro lado, o Instituto de Investigação e Promoção Agropecuária (INIPA) tem entre suas atividades realizar ações de comercialização na área rural, especialmente através do funcionamento de centros de comercialização rural para contribuir ao incremento da produção e produtividade agropecuária com ênfase naqueles produtos de maior significação para a alimentação da população.

Quanto à cooperação técnica internacional, a Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização informa que está executando o projeto Organização de Produtores para a Comercialização de Produtos Alimentícios Governo Peruano-Holanda-Israel, cujo objetivo é organizar a oferta dos produtores em forma conjunta e desta maneira conseguir maior poder de negociação nos

mercados regionais e da costa ante o intermediário tradicional e, por con seguinte, garantir preços estáveis e incentivos ao fomento da produção.

### 3.3 Políticas de orientação e promoção do investimento

No Plano Operacional do Setor Agrário 1982-1983, a Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização destinaram, entre outras, as seguintes funções:

- a) Priorizar e apoiar o estabelecimento das pequena e média agroindústrias, coadjuvando à descentralização do aparato produtivo.
- b) Fomentar a criação e/ou ampliação de empresas de transformação primária, localizadas nas áreas de produção, que contam com a infra-estrutura mínima de serviços complementares e preferentemente em mãos dos produtores.
- c) Propiciar a participação de produtores e comerciantes na ampliação da infra-estrutura física de comercialização, especialmente de centros de armazenamento e armazéns de conservação de alimentos, através de estímulos de caráter tributário, creditício e tecnológico.

Por outro lado, a Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização informa que executou ou participou da elaboração dos seguintes estudos de pré-investimento:

- a) Centros de armazenamento e distribuição: foram feitos 27 estudos de centros de comercialização rural em nível nacional e dois estudos de centros de distribuição urbana. O objetivo é executar um novo sistema integral de comercialização em nível nacional de produtos alimentícios básicos.
- b) Armazéns centrais de distribuição em províncias: localizados em Arequipa, Chiclayo, Pucallpa, Iquitos, Lima, Puno, Trujillo, Tocache, Piura, Tumbes e Cajamarca, com o objetivo de regular o abastecimento de produtos alimentícios e garantir a estabilidade dos preços, melhorando o sistema de distribuição dos produtos agropecuários na área de influência dos armazéns.
- c) Centro de armazenamento de hortaliças em Tarma e depósitos frigoríficos polivalentes em Lima, bem como o projeto de infra-estrutura para a comercialização de grãos e oleoginosas. Estes estudos foram feitos no âmbito do Programa de Integração Regional e Sub-Regional do Setor Agrário da Junta do Acordo de Cartagena.

Não obstante o acima exposto, deve-se salientar que não existe uma política definida sobre o desenvolvimento da infra-estrutura do comércio atacadista e varejista, bem como nenhum incentivo específico para a construção da infra-estrutura de comercialização em nível rural nem em nível urbano.

### 3.4 Medidas de promoção de exportações

No estudo sobre "O Setor Agropecuário e os Instrumentos do Comércio" da JUNAC (novembro de 1983) menciona-se que durante os últimos anos os países-membros experimentaram importantes progressos no desenho e aperfei

//

//

615

çoamento de suas políticas de fomento às exportações não tradicionais. No caso do Peru, o âmbito jurídico está estabelecido pelo Decreto-Lei no. 22.342, de 22 de novembro de 1978, e seu Regulamento mediante Decreto Supremo 001-79, de 11 de janeiro de 1979, bem como pelo Decreto Legislativo no. 26, de 30 de janeiro de 1981, e seu Decreto Regulamentar no. 021-81-EF. A informação atualizada em 31 de julho de 1984 apresenta-se a seguir:

#### 3.4.1 Incentivos fiscais

O principal incentivo fiscal é o Certificado de Reembolso Tributário (CERTEX), que é um documento às ordens do exportador, transferível por endosso, que goza de poder de cancelação para o pagamento de impostos e seu valor de reembolso considera-se ingresso da pessoa em favor a qual se emite. As taxas de reembolso tributário se subdividem em duas partes: a primeira é o Reembolso Tributário Compensatório Básico, que flutua entre 15 e 22 por cento do valor FOB de exportação segundo o grau de valor agregado do produto. Há uma lista de produtos agropecuários com 15 por cento de reembolso que inclui os produtos do presente estudo. A segunda parte é o Reembolso Tributário Compensatório Adicional, que é 10 por cento sobre o valor FOB da exportação por conceito de descentralização. O CERTEX se encontra sujeito a um imposto municipal da ordem de 10 por cento e outro de 2 por cento, com destino ao Fundo de Promoção de Exportações não tradicionais (FOPEX).

Adicionalmente ao reembolso tributário, a exportação de produtos não tradicionais está isenta do imposto aos bens e serviços, de modo total e automático.

#### 3.4.2 Incentivos tarifários

Os produtos não tradicionais estão isentos até 1987 dos gravames à exportação. Por outro lado, as empresas cujas exportações constituem um mínimo de 40 por cento de sua produção anual, estão isentas por cinco anos dos direitos de importação aos bens de capital destinados à fabricação de artigos de exportação.

#### 3.4.3 Incentivos financeiros

O organismo de apoio financeiro e incentivos creditícios é constituído pelo Fundo de Exportações Não Tradicionais (FENT) do Banco Industrial do Peru. O FENT vive da arrecadação feita através do gravame de 1 por cento ad valorem - CIF às importações de bens.

As taxas de juros promocional chegam a 50 por cento e a 53 por cento em sóis para os intermediários e os exportadores, respectivamente. Estas taxas podem ser modificadas pelo Banco Industrial do Peru, quando se trata de empréstimos de menor quantia, e pelo Banco Central de Reserva do Peru nos demais casos. Este mesmo banco determina as taxas de crédito FENT em dólares.

As operações efetuadas pelo FENT são as seguintes:

//

sp

// 616

- a) Créditos aos intermediários financeiros para o financiamento a curto prazo das exportações não tradicionais;
- b) Financiar diretamente as exportações não tradicionais seja a curto, médio ou longo prazos;
- c) Co-financiar;
- d) Outorgar avais, fianças ou outras modalidades de garantia; e
- e) Linhas de crédito ao importador de produtos peruanos no estrangeiro.

Outro incentivo financeiro adicional ao FENT é o Seguro de Crédito à Exportação (SECREX), que é o sistema de proteção à importação contra todos os riscos econômicos, políticos e de caráter extraordinário que se originam nas vendas ao exterior. Sua finalidade é cobrir os riscos mencionados por conta do Estado.

#### 3.4.4 Outras modalidades de apoio institucional

Devemos destacar o Fundo de Promoção de Exportações Não Tradicionais (FOPEX), que assumiu um papel muito ativo como promotor das exportações agrícolas, facilitando inclusive sementes e informação técnica aos agricultores. Isto em parte supre as deficiências do Ministério da Agricultura, que tem carência de recursos e outro tipo de prioridades.

O FOPEX realiza as seguintes atividades:

- a) Estudo de mercado;
- b) Assistência técnica para apresentação dos produtos;
- c) Informação sobre mercados externos;
- d) Publicidade e distribuição de diretórios de importadores-exportadores;
- e) Promoções diretas para a exportação;
- f) Organizações de missões comerciais;
- g) Promoção para a participação em feiras e exposições; e
- h) Orientação técnica e comercial a produtores e exportadores.

#### 3.5 Regulações em matéria de patentes e marcas

As patentes e marcas são outorgadas pelo Instituto Tecnológico Industrial e de Normas Técnicas (ITINTEC, do Ministério de Indústrias) e têm a garantia do Estado.

Toda pessoa ou empresa pode solicitar que lhe sejam outorgadas marcas de fábrica ou de serviço para distinguir no mercado seus produtos ou os serviços que presta, respectivamente. Pode obter também o registro de seus nomes comerciais e dos lemas comerciais que adote. A exclusividade

//



//

do uso dos indicados signos se concede por cinco anos e o direito pode renovar-se indefinidamente por períodos iguais, sempre que a empresa prove o uso dos mesmos.

Igualmente, toda pessoa ou empresa pode solicitar e obter patentes de invenção, tanto de novos produtos como de novos procedimentos.

#### 4. Conclusões

1. Dos onze produtos analisados, a batata é o mais importante por ser um produto básico na alimentação do Peru, com uma considerável importância econômica e social, alcançando 71 por cento ou mais do valor bruto de produção no período 1978-1982, com uma média anual de 236.000 ha. colhidas e um volume anual de produção de 1.827 tm. É seguida pela cebola e pelo feijão.
2. No comércio exterior, no referente a importações, as ervilhas e lentilhas são as mais importantes, tendo chegado a 6,7 milhões de dólares de valor CIF em conjunto em 1981. Os Estados Unidos da América do Norte e o Chile são os principais abastecedores. Com referência às exportações, o alho e o feijão são os mais importantes, superando individualmente em algum ano os 2 milhões de dólares de valor FOB. Os principais países de destino são o Grupo Andino e os Estados Unidos da América do Norte.
3. Os aspargos enfiados, congelados e enlatados têm grande potencial de exportação, bem como a massa de tomate e o alho e a cebola em estado fresco. Deve destacar-se o clima favorável da costa e a possibilidade de semear todo o ano, bem como a aproximação das zonas produtoras aos centros de embarque para a exportação. Um aspecto crítico a considerar é que grande número de vales da costa não dispõe da infra-estrutura requerida para a congelação e conservação refrigerada dos produtos agrícolas.
4. Os departamentos de Junín, Lima e Arequipa são as principais zonas produtoras de legumes e hortaliças. Os produtores são, em sua maioria, pequenos agricultores e minifundiários, que orientam sua produção à cidade de Lima, principal centro de consumo do país. As agroindústrias também encontram-se nestas zonas.
5. Em Lima as empresas atacadistas centralizam-se no Mercado Atacadista no. 1, sendo abastecidas pelos armazenadores atacadistas, distribuidores atacadistas ou pelos atacadistas transportadores, que ao mesmo tempo se abastecem diretamente dos pequenos agricultores, sem a intervenção de associações ou agrupações dos mesmos. Não existe integração vertical atacadista-produtor.
6. A participação e regulação efetivas do setor público nas atividades dos onze produtos em estudo é mínima. Os preços são fixados pelo mercado, com alguma regulação marginal no caso da batata. No entanto, devem destacar-se ultimamente os incentivos fiscais, tarifários e financeiros às exportações não-tradicionais.

//

5. Recomendação

Outorgar prioridade, na análise dos países-membros da ALADI, às possibilidades do Peru de exportar aspargos enfiados, congelados e enlatados, bem como massa de tomate, alhos e cebolas em estado fresco e feijão.

---

//

//

619

Quadro 1.a

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO EM MILHÕES DE SOIS CORRENTES E ESTRUTURA DA PRODUÇÃO

	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Batatas	28398.1	76	57380.3	82	70176.5	74	144040.0	76	157441.0	71
Tomates	1346.8	4	2176.5	3	2505.7	3	4344.8	2	10140.4	5
Alhos	919.6	2	544.5	1	2063.1	2	4886.3	3	8151.2	4
Cebolas	2206.0	6	3294.3	5	7188.2	8	10864.9	6	12179.1	5
Cenouras	268.8	1	496.8	1	1615.1	2	2507.0	1	4799.5	2
Aspargos	294.8	1	473.8	1	643.7	1	887.2	0	1124.3	1
Espinafres	63.1	0	53.2	0	73.9	0	115.8	0	652.7	0
Ervilhas	677.6	2	1068.4	2	2406.9	3	4914.7	3	9043.1	4
Grão-de-bico	173.0	0	227.0	0	485.7	1	291.1	0	312.1	0
Lentilhas	86.3	0	127.6	0	949.2	1	1299.4	1	1927.3	1
Feijão	3077.8	8	4093.6	6	7255.1	8	16547.8	9	17440.4	8
Total	37511.9	100	69938.0	100	95363.1	100	190699.0	100	223211.1	100

Fonte: Repartição Setorial de Estatística (OSE) do Ministério da Agricultura.  
 1978 e 1979: Anuário Estatístico Agrícola da OSE.  
 1980, 1981 e 1982: Resultados preliminares da OSE.

Quadro 1.b

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO EM MILHÕES DE SOIS DE 1980 E  
CRESCIMENTO ANUAL EM PORCENTAGEM

	1978	CRESCIM.	1979	CRESCIM.	1980	CRESCIM.	1981	CRESCIM.	1982
Batata	75326.5	21.3	91369.9	-23.2	70176.5	17.0	82120.9	-33.5	54591.2
Tomates	3572.4	-3.0	3465.8	-27.7	2505.7	-1.1	2477.1	41.9	3516.1
Alhos	2439.3	-64.5	867.0	137.9	2063.1	35.0	2785.8	1.5	2026.4
Cebolas	5851.5	-10.4	5245.7	37.0	7188.2	-13.8	6194.4	-31.8	4223.0
Cenouras	713.0	11.0	791.1	104.2	1615.1	-11.5	1429.3	16.4	1664.2
Aspargos	782.0	-3.5	754.5	-14.7	643.7	-21.4	505.8	-22.9	389.8
Espinafres	167.4	-47.5	87.9	-15.9	73.9	-10.7	66.0	242.8	226.3
Ervilhas	1797.3	-5.3	1701.3	41.5	2406.9	16.4	2802.0	11.9	3135.6
Grão-de-bico	458.9	-21.2	361.5	34.4	485.7	-65.8	166.0	-34.8	108.2
Lentilhas	228.9	-11.2	203.2	367.2	949.2	-22.0	740.8	-9.8	668.3
Feijão	8163.9	-20.2	6518.5	11.3	7255.1	30.0	9434.3	-35.9	6047.3
Total	99501.1	11.9	111366.2	-14.4	95363.1	14.0	108722.3	-28.8	77396.4
Num. índice	156.3		224.5		288.7		422.3		697.6

Fonte: Baseado no Quadro 1.a. Os números índices do período-paridade tipo de câmbio (1980=100) provêm das Estatísticas Financeiras do Fundo Monetário Internacional. Setembro, 1984.

//

// 620

Quadro 2

AREA COLHIDA EM MILHÕES DE HA E ESTRUTURA EM PERCENTAGEM

	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Batatas	247.1	71	242.0	70	214.6	67	248.6	65	228.3	65
Tomates	4.4	1	4.3	1	4.1	1	4.4	1	5.5	2
Alhos	1.7	0	1.8	1	2.1	1	2.0	1	2.8	1
Cebolas	6.9	2	7.2	2	6.6	2	9.4	2	7.1	2
Cenouras	1.7	0	2.1	1	3.4	1	3.2	1	3.4	1
Aspargos	1.0	0	1.4	0	1.0	0	1.5	0	1.5	0
Espinafres	0.4	0	0.3	0	0.2	0	0.3	0	0.5	0
Ervilhas	23.6	7	23.7	7	25.0	8	28.5	7	32.6	9
Grão-de-bico	3.1	1	2.7	1	2.3	1	1.0	0	1.2	0
Lentilhas	2.0	1	2.1	1	6.5	2	6.7	2	7.5	2
Feijão	55.7	16	57.0	17	56.7	18	74.6	20	62.1	18
Total	347.6	100	344.6	100	322.5	100	380.2	100	352.5	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 3

BATATAS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Departamento	Milhares de TM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Puno	244.3	14.4	238.9	14.1	203.2	12.0	330.2	15.1	273.4	14.7
Junin	291.3	17.2	283.9	16.7	273.3	16.1	298.3	13.6	314.7	16.9
Huanuco	162.2	9.6	166.0	9.8	219.9	13.0	282.2	12.9	194.3	10.4
Cuzco	128.9	7.6	133.5	7.9	156.8	9.2	170.5	7.8	165.0	8.9
Ancash	104.8	6.2	135.2	8.0	92.6	5.5	178.2	8.2	160.2	8.6
Huancavelica	97.8	5.8	94.5	5.6	102.0	6.0	163.2	7.5	103.9	5.6
Cajamarca	121.6	7.2	100.8	5.9	90.9	5.4	146.7	6.7	137.7	7.4
La Libertad	90.9	5.4	117.8	6.9	104.4	6.2	108.3	5.0	114.1	6.1
Lima	143.0	8.4	122.5	7.2	139.8	8.2	128.6	5.9	134.3	7.2
Pasco	54.4	3.2	54.5	3.2	90.3	5.3	100.0	4.6	103.6	5.6
Outros	256.1	15.1	247.5	14.6	222.1	13.1	280.1	12.8	160.7	8.6
Total	1695.3	100.0	1695.1	100.0	1695.3	100.0	2186.3	100.0	1861.9	100.0

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

//

Quadro 4

TOMATES. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Departamento	Milhares de TM									
	1978	Z	1979	Z	1980	Z	1981	Z	1982	Z
La Libertad	9.8	14	8.4	13	8.4	13	8.4	12	8.4	11
Ancash	3.2	5	3.8	6	0.8	1	9.4	14	9.4	12
Ica	4.2	6	4.2	7	6.7	11	5.1	8	7.7	10
Lima	35.3	52	33.2	53	34.7	55	27.9	41	37.8	48
Arequipa	3.3	5	6.5	10	6.8	11	6.4	9	5.2	7
Tacna	0.7	1	1.4	2	1.5	2	4.0	6	3.7	5
Outros	11.9	17	4.9	8	4.3	7	6.2	9	6.5	8
Total	68.4	100	62.4	100	63.2	100	67.4	100	78.7	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 5

ALHOS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Departamento	Milhares de HA									
	1978	Z	1979	Z	1980	Z	1981	Z	1982	Z
Arequipa	8.3	70	9.8	74	7.0	57	6.0	48	9.5	55
Lima	1.0	8	0.9	7	1.6	13	2.9	23	2.9	17
Cajamarca	0.3	3	0.3	2	1.5	12	1.1	9	1.7	10
Tacna	0.4	3	0.5	4	0.5	4	0.8	6	1.1	6
Outros	1.8	15	1.7	13	1.6	13	1.7	14	2.1	12
Total	11.8	100	13.2	100	12.2	100	12.5	100	17.3	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 6

CEBOLAS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM									
	1978	Z	1979	Z	1980	Z	1981	Z	1982	Z
Arequipa	78.4	56	78.4	53	85.1	64	81.7	56	84.4	64
Junin	27.4	19	31.6	22	6.7	5	9.8	7	7.3	6
Lima	13.0	9	13.6	9	23.3	17	20.0	14	13.5	10
Ancash	4.3	3	5.2	4	1.4	1	1.9	1	1.9	1
Piura	5.1	4	5.1	3	3.1	2	1.9	1	6.8	5
Outros	12.7	9	13.0	9	14.1	11	30.2	21	17.0	13
Total	140.9	100	146.9	100	133.7	100	145.5	100	130.9	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

//

Quadro 7CENOURAS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	1978		1979		Milhares de TM		1981		1982	
		%		%	1980	%		%		%
Junin	8.3	34	11.3	38	12.9	25	15.1	35	21.5	43
Lima	7.8	32	7.4	25	17.5	33	12.6	29	13.0	26
Arequipa	3.6	15	5.2	18	4.3	8	7.6	18	6.5	13
Ancash	1.1	4	1.8	6	4.8	9	2.1	5	2.1	4
Outros	3.7	15	3.8	13	13.0	25	5.8	13	7.4	15
Total	24.5	100	29.5	100	52.5	100	43.2	100	50.5	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 8ASPARGOS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	1978		1979		Milhares de TM		1981		1982	
		%		%	1980	%		%		%
La Libertad	5.1	93	6.4	90	5.1	93	5.9	83	6.3	84
Ancash	0.2	4	0.6	8	0.2	4	0.8	11	0.8	11
Ica	0.1	2	0.1	1	0.2	4	0.4	6	0.4	5
Outros	0.1	2	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Total	5.5	100	7.1	100	5.5	100	7.1	100	7.5	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 9ESPINAFRE. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM				
	1978	1979	1980	1981	1982
Junin	3.2	2.4	1.3	2.4	2.8
Lima	0.3	0.3	0.1	0.3	1.3
Total	3.5	2.7	1.4	2.7	4.1

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

## Quadro 10

ERVILHAS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Cajamarca	2.7	15.3	2.5	13.0	6.6	33.7	7.8	30.4	10.2	30.0
La Libertad	2.2	12.5	2.1	10.9	2.1	10.7	2.2	8.6	2.2	6.5
Piura	0.9	5.1	1.1	5.7	1.0	5.1	1.7	6.6	1.7	5.0
Ancash	4.3	24.4	4.5	23.4	1.4	7.1	3.5	13.6	3.5	10.3
Huancavelica	1.5	8.5	1.5	7.8	1.9	9.7	4.5	17.5	5.8	17.1
Junin	3.3	18.7	3.6	18.8	2.2	11.2	0.5	1.9	2.9	8.5
Ayacucho	1.0	5.7	1.0	5.2	0.6	3.1	1.1	4.3	1.4	4.1
Outros	1.7	9.7	2.9	15.1	3.8	19.4	4.4	17.1	6.3	18.5
Total	17.6	100.0	19.2	100.0	19.6	100.0	25.7	100.0	34.0	100.0

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

## Quadro 11

GRÃO-DE-BICO. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
La Libertad	0.3	14	0.2	11	0.2	13	0.3	38	0.2	22
Lambayeque	1.2	55	1.2	63	1.2	75	0.1	13	0.1	11
Ica	0.6	27	0.4	21	0.1	6	0.4	50	0.4	44
Outros	0.1	5	0.1	5	0.1	6	0.0	0	0.2	22
Total	2.2	100	1.9	100	1.6	100	0.8	100	0.9	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

## Quadro 12

LENTILHAS. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Cajamarca	0.6	46	0.6	50	3.0	77	2.9	53	3.6	62
La Libertad	0.6	46	0.5	42	0.5	13	0.5	9	0.5	9
Ancash	0.1	8	0.1	8	0.1	3	0.3	5	0.2	3
Huancavelica	0.0	0	0.0	0	0.1	3	0.8	15	1.3	22
Outros	.0	0	.0	0	0.2	5	1.0	18	0.2	3
Total	1.3	100	1.2	100	3.9	100	5.5	100	5.8	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

11624

Quadro 13

## FEIJÃO. VOLUME DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

DEPARTAMENTO	Milhares de TM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Amazonas	2.0	4	2.2	5	3.2	7	12.3	20	12.8	22
Cajamarca	6.0	13	7.1	15	3.9	8	5.3	9	6.4	11
La Libertad	1.0	2	3.0	6	2.8	6	2.6	4	2.6	4
Piura	2.9	6	4.0	8	3.5	7	3.7	6	3.2	5
Ancash	2.8	6	2.3	5	0.9	2	2.8	5	2.5	4
Huanuco	2.7	6	2.6	5	2.4	5	2.2	4	3.6	6
Junin	2.6	6	2.4	5	2.7	6	3.1	5	2.0	3
Lima	5.2	11	4.7	10	4.9	10	3.7	6	3.5	6
Arequipa	8.0	17	7.9	17	8.5	17	10.2	16	9.6	16
San Martin	3.1	7	3.6	8	6.4	13	6.8	11	6.0	10
Outros	10.8	23	7.9	17	9.7	20	9.5	15	7.2	12
Total	47.1	100	47.7	100	48.9	100	62.2	100	59.4	100

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 14

## DEPARTAMENTO DE JUNIN. AREAS COLHIDAS E RENDIMENTOS

CULTIVOS	Areas colhidas em milhares de HA e percentagem									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Batata	34.5	81	33.6	80	25.1	81	28.3	85	28.9	82
Tomates	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Alhos	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Cebolas	1.3	3	1.5	4	0.4	1	0.4	2	0.4	1
Genouras	0.6	1	0.8	2	0.7	2	0.9	3	1.3	4
Aspargos	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Espinafres	0.4	1	0.3	1	0.2	1	0.3	1	0.4	1
Ervilhas	3.2	8	3.3	8	1.8	6	0.4	1	2.3	7
Grão-de-bico	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Lentilhas	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.1	0
Feijão	2.4	6	2.4	6	2.6	8	2.9	9	1.9	5
Total	42.4	100	41.9	100	30.8	100	33.4	100	35.3	100

CULTIVOS	Rendimentos em TM por HA				
	1978	1979	1980	1981	1982
Batata	8.4	8.5	10.9	10.5	10.9
Tomates					
Alhos					
Cebolas	21.4	21.5	16.5	16.6	16.9
Genouras	14.0	15.0	17.8	17.8	16.9
Aspargos					
Espinafres	9.0	8.0	8.0	8.9	7.8
Ervilhas	1.0	1.1	1.2	1.2	1.2
Grão-de-bico					
Lentilhas	0.5	0.5	0.5	1.0	1.1
Feijão	2.4	2.4	2.6	2.9	1.9
Total					

Fonte: Idem ao Quadro 1.4.

//



//

Quadro 15

DEPARTAMENTO DE LIMA. AREAS COLHIDAS E RENDIMENTOS

CULTIVOS	AREAS COLHIDAS EM MILHARES DE HA E PERCENTAGEM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Batata	9.8	53	8.6	51	9.1	50	8.0	50	8.9	49
Tomates	2.4	13	2.2	13	2.1	12	1.8	11	2.9	16
Alhos	0.2	1	0.1	1	0.3	2	0.3	2	0.5	3
Cebolas	1.0	5	1.0	6	1.6	9	1.7	11	1.1	6
Cenouras	0.5	3	0.5	3	0.9	5	1.0	6	0.9	5
Aspargos	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Espinafres	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.1	1
Ervilhas	0.2	1	0.2	1	0.2	1	0.3	2	0.8	4
Grão-de-bico	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Lentilhas	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Feijão	4.4	24	4.3	25	3.9	22	3.0	19	2.8	16
Total	18.5	100	16.9	100	18.1	100	16.1	100	18.0	100

CULTIVOS	RENDIMENTOS EM TM/HA				
	1978	1979	1980	1981	1982
Batata	14.6	14.2	15.4	16.1	15.1
Tomates	14.8	14.9	16.4	15.3	12.9
Alhos	6.6	6.3	6.2	8.3	6.6
Cebolas	13.3	14.0	13.9	11.5	11.6
Cenouras	15.3	14.6	19.3	20.0	14.6
Aspargos	3.2	3.1			
Espinafres	12.3	11.8	15.0	7.1	9.6
Ervilhas	0.8	0.9	3.1	2.8	2.6
Grão-de-bico					0.6
Lentilhas					
Feijão	1.2	1.1	1.2	1.2	1.3

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

.....

//

1/626

Quadro 16

## DEPARTAMENTO DE AREQUIPA. AREAS COLHIDAS E RENDIMENTOS

CULTIVOS	AREAS COLHIDAS EM MILHARES DE HA E PORCENTAGEM									
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	1982	%
Batata	3.0	23	2.5	19	1.0	8	1.6	12	1.6	11
Tomates	0.2	2	0.3	2	0.3	2	0.4	3	0.3	2
Alhos	1.1	8	1.2	9	0.9	7	0.8	6	1.2	8
Cebolas	2.4	18	2.6	19	2.7	22	2.6	19	2.8	19
Cenouras	0.2	2	0.3	2	0.2	2	0.4	3	0.3	2
Aspargos	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Espinafres	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Ervilhas	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.1	1	0.0	0
Grão-de-bico	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Lentilhas	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0
Feijão	6.3	48	6.5	49	7.1	58	7.9	57	8.3	57
Total	13.2	100	13.4	100	12.2	100	13.8	100	14.5	100

## RENDIMENTOS EM TM/HA

CULTIVOS	1978	1979	1980	1981	1982
Batata	11.9	13.2	16.0	17.8	17.2
Tomates	20.0	20.8	20.0	18.0	18.0
Alhos	7.8	7.9	7.5	7.8	7.9
Cebolas	32.6	31.2	32.0	31.1	30.1
Cenouras	22.1	19.9	19.2	19.8	20.0
Feijão	1.3	1.2	1.2	1.3	1.2

Fonte: Idem ao Quadro 1.a.

Quadro 17

## BATATAS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	DIMINUIÇÕES (10%) E SE MENTES(20%)	EXPORT. TM (MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES PESSOAS	CONSUMO ANUAL KG/PES.
1978	1695.3	0.000	508.6	5.481	1181.2	16.486	71.7
1979	1695.1	0.000	508.5	0.960	1185.6	16.896	70.2
1980	1695.3	2.113	509.2	0.000	1188.2	17.317	68.6
1981	2186.3	0.000	655.9	0.005	1530.4	17.748	86.2
1982	1861.9	0.000	558.6	0.000	1303.3	18.174	71.7
MEDIA							73.7
PROJEÇÕES							
1985					1437.7	19.514	
1995					1796.0	24.377	

Fonte: Elaboração própria. A população e suas projeções provêm do Estudo do Mercado do Frio em Lima-Callao. JUNAC. 1983.

//

//

Quadro 18

TOMATES. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	68.4	0.000	0.056	68.3	16.486	4.1
1979	62.4	0.001	0.104	62.3	16.896	3.7
1980	63.2	0.001	0.074	63.1	17.317	3.6
1981	67.4	0.001	0.045	67.4	17.748	3.8
1982	78.7	0.000	0.011	78.7	18.174	4.3
MEDIA						3.9
.....						
<u>PROJEÇÕES</u>						
1985				76.5	19.514	
1995				95.6	24.377	

Fonte: Idem Quadro 17.

Quadro 19

ALHOS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	11.8	0.000	1.682	10.1	16.486	0.61
1979	13.2	0.000	2.478	10.7	16.896	0.63
1980	12.2	0.000	1.195	11.0	17.317	0.64
1981	12.5	0.001	0.548	12.0	17.748	0.67
1982	17.3	0.000	1.147	16.2	18.174	0.89
MEDIA						0.69
.....						
<u>PROJEÇÕES</u>						
1985				13.4	19.514	
1995				16.8	24.377	

Fonte: Item Quadro 17.

//

//628

Quadro 20

CEBOLAS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	140.9		1.061	139.8	16.486	8.48
1979	146.9		1.428	145.5	16.896	8.61
1980	133.7		0.124	133.6	17.317	7.71
1981	145.5	0.001	0.022	145.5	17.748	8.20
1982	130.9		0.091	130.8	18.174	7.20
MEDIA						8.04
.....						
PROJEÇÕES						
1985				156.9	19.514	
1995				196.0	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

Quadro 21

CENOURAS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	24.5		0.024	24.5	16.486	1.48
1979	29.5		0.003	29.5	16.896	1.75
1980	52.5	0.001	0.028	52.5	17.317	3.03
1981	43.2		0.005	43.2	17.748	2.43
1982	50.5		0.001	50.5	18.174	2.78
MEDIA						2.29
.....						
PROJEÇÕES						
1985				44.8	19.514	
1995				55.9	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

//

Quadro 22

ASPARGOS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	5.5	0	0	5.5	16.486	0.33
1979	7.1	0	0	7.1	16.896	0.42
1980	5.5	0	0	5.5	17.317	0.32
1981	7.1	0	0	7.1	17.748	0.40
1982	7.5	0	0	7.5	18.174	0.41
MEDIA						0.38
.....						
<u>PROJEÇÕES</u>						
1985				7.4	19.514	
1995				9.2	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

Quadro 23

ESPINAFRES. DEMANDA INTERNA APARENTE E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM	EXPORT. TM	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	3.5	0	0	3.5	16.486	0.21
1979	2.7	0	0	2.7	16.896	0.16
1980	1.4	0	0	1.4	17.317	0.08
1981	2.7	0	0	2.7	17.748	0.15
1982	4.1	0	0	4.1	18.174	0.23
MEDIA						0.17
.....						
<u>PROJEÇÕES</u>						
1985				3.2	19.514	
1995				4.0	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

//

Quadro 24

ERVILHAS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	17.6	0.000	0.000	17.6	16.486	1.07
1979	19.2	0.000	0.037	19.2	16.896	1.13
1980	19.6	5.899	0.001	25.5	17.317	1.47
1981	25.7	7.454	0.010	33.1	17.748	1.87
1982	34.0	5.326	0.020	39.3	18.174	2.16
MEDIA						1.54
.....						
PROJEÇÕES						
1985				30.1	19.514	
1995				37.6	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

.....

Quadro 25

GRÃO-DE-BICO. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÃO

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PESSOAS	CONSUMO KG/PES.
1978	2.2	0.000	0.102	2.1	16.486	0.13
1979	1.9	0.000	0.120	1.8	16.896	0.11
1980	1.6	0.015	0.023	1.6	17.317	0.09
1981	0.8	0.336	0.070	1.1	17.748	0.06
1982	0.9	0.060	0.060	0.9	18.174	0.05
MEDIA						0.09
.....						
PROJEÇÕES						
1985				1.7	19.514	
1995				2.1	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17

.....

//

Quadro 26

LENTILHAS. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	1.3	0	0	1.3	16.486	0.08
1979	1.2	0	0	1.2	16.896	0.07
1980	3.9	0.679	0	4.6	17.317	0.26
1981	5.5	3.686	0	9.2	17.748	0.52
1982	5.8	4.263	0	10.1	18.174	0.55
MEDIA						0.30
.....						
PROJEÇÕES						
1985				5.8	19.514	
1995				7.2	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

Quadro 27

FELJÃO. DEMANDA INTERNA APARENTE (DIA) E PROJEÇÕES

	PRODUÇÃO NACIONAL TM(MILH.)	IMPORT. TM(MILH.)	EXPORT. TM(MILH.)	DIA TM(MILH.)	POPULAÇÃO MILHÕES DE PES.	CONSUMO KG/PES.
1978	47.1	0.000	1.006	46.1	16.486	2.80
1979	47.7	0.006	1.350	46.4	16.896	2.74
1980	48.9	0.007	2.554	46.4	17.317	2.68
1981	62.2	0.010	2.554	59.7	17.748	3.36
1982	59.4	0.014	2.333	57.1	18.174	3.14
MEDIA						2.94
.....						
PROJEÇÕES						
1985				57.4	19.514	
1995				71.8	24.377	

Fonte: Idem ao Quadro 17.

//

Quadro 28OFERTA DISPONIVEL EM LIMA METROPOLITANA, CONSUMO E PROJEÇÃO

	1978	1979	1980	1981	1985	1995
.....						
OFERTA DISPONIVEL: MILHARES DE TM (1)						
Batata	235.7	220.6	192.9	231.0		
Tomates	54.9	51.4	51.4	50.0		
Alhos	6.9	9.6	7.3	5.9		
Cebolas	93.5	90.7	95.0	95.0		
Genouras	38.4	38.8	31.9	37.8		
.....						
CONSUMO ANUAL: KG/HABITANTE						
Batata	57.2	51.6	43.5	50.2		
Tomates	13.3	12.0	11.6	10.9		
Alhos	1.7	2.2	1.6	1.3		
Cebolas	22.7	21.2	21.4	20.6		
Genouras	9.3	9.0	7.2	8.2		
.....						
POPULAÇÃO DE LIMA E PROJEÇÕES						
Habit. (milhares)	4120	4275	4435	4601	5331	7119
.....						
EVOLUÇÃO PREVISIVEL DO CONSUMO: MILHARES DE TM						
Batata					299.5	470.6
Tomates					58.1	77.6
Alhos					6.9	9.3
Cebolas					109.8	146.7
Genouras					43.7	58.4

Fonte: Estudo do Mercado de Frio em Lima-Callao. JUNAC. Lima. 1983.

(1) Ingressos de hortaliças registrados no Mercado Atacadista no. 1 de Lima.



//

## Quadro 29

## PERU - IMPORTAÇÕES

PRODUTO	ORIGEM	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$
BATATAS	E.U.A.							1	1		
	R. Mundo					2113	345				
	T. Mundo					2113	345				
TOMATES	E.U.A.			1	1	1	1	1	1		
	T. Mundo			1	1	1	1	1	1		
ALHOS	E.U.A.							1	1		
	T. Mundo							1	1		
CEBOLAS	E.U.A.							1	1		
	T. Mundo							1	1		
CENOURAS	E.U.A.					1	2				
	T. Mundo					1	2				
ERVILHAS	Chile					25	11			11	4
	E.U.A.					5693	3075	7427	3893	5173	2969
	R. Mundo					181	67	27	22	142	50
	T. Mundo					5899	3153	7454	3915	5326	3023
GRÃO-DE-BICO	Chile					15	10	335	206	60	34
	E.U.A.							2	1	1	1
	T. Mundo					15	10	336	207	60	34
LENTILHAS	Chile					136	168	57	51	92	67
	E.U.A.					542	522	3628	2687	3530	2273
	R. Mundo					1		1		641	378
	T. Mundo					679	690	3686	2738	4263	2718
FEIJÃO	Colômbia								1	1	
	E.U.A.			6	5	7	5	10	13	10	7
	C.E.E.					1	1			1	1
	Japão									1	1
	R. Mundo									2	1
	T. Mundo			6	5	7	5	10	14	14	10

Fonte: Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. 1982.

Listas estatísticas de comércio exterior. JUNAC. 1984.

//

## Quadro 30

## EXPORTAÇÕES

PRODUTO	DESTINO	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$
BATATAS	GRÃ	2070	275	955	134						
	T. Mundo	5481	622	960	136			5	4		
TOMATES	GRÃ	29	3	22	5	2	1				
	Chile										
	C.E.E.			3	2			1	1	1	1
	T. Mundo	56	12	104	59	74	64	45	59	11	11
ALHOS	GRÃ	1207	1163	1191	794	343	272	362	648	922	1656
	Brasil					264	186			85	213
	E.U.A.			86	87	508	387	172	224	122	173
	C.E.E.					55	48	13	13	17	25
	T. Mundo	1682	1649	2478	1915	1195	921	548	889	1147	2067
CEBOLAS	GRÃ	994	139	1400	797	117	24				
	C.E.E.							1	1	1	1
	T. Mundo	1061	156	1428	812	124	27	22	22	91	11
CENOURAS	Chile					1	1				
	E.U.A.					3	2				
	C.E.E.					2	4	1	1	1	1
	T. Mundo	24	6	3	1	28	30	5	5	1	1
ERVILHAS	E.U.A.							10	7	20	10
	C.E.E.					1	1				
	T. Mundo			37	22	1	1	10	7	20	10
GRÃO-DE-BICO	Venezuela									20	13
	E.U.A.					23	19	70	59	40	26
	T. Mundo	102	99	120	117	23	19	70	59	60	39
FELJÃO	Venezuela	84	49	396	205	479	270	746	455	1407	789
	E.U.A.					1608	1150	1574	1434	706	419
	C.E.E.					127	83	53	35	36	17
	T. Mundo	1006	496	1350	799	2554	1757	2554	2097	2333	1357

Fonte: Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. 1982.

Listas de Comércio Exterior. JUNAC. 1984.

Quadro 31PREÇO DA BATATA

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Sítio	16.75	33.85	41.39	65.88	84.56
Atacadista	14.49	31.01	71.08	76.00	145.00
Varejista	17.86	35.09	SIN INF.	113.00	198.00
	US\$/KG.				
Imp.-CIF			0.16		
Exp.-FOB	0.11	0.14			

.....  
Nota: Em 1978 e 1979 os preços no sítio são maiores que os de atacadista. Não se pôde eliminar esta inconsistência.

Fonte: Direção de Informação de Mercados da Direção Geral de Agroindústria e Comercialização do Ministério da Agricultura, 1984.

Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC, 1982.  
 Listas estatísticas de comércio exterior. JUNAC, 1984.

Quadro 32PREÇO DO TOMATE

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Sítio	19.69	33.29	39.63	64.45	128.84
Atacadista	20.50	37.00	67.33	132.00	182.00
Varejista	27.81	41.60	Sin inf.	217.00	305.00
Oficial	20.50				
	US\$/KG.				
Imp.-CIF		1.00	1.00	1.00	
Exp.-FOB	0.21	0.57	0.86	1.31	1.00

.....  
Fonte: Idem ao Quadro 31.

Quadro 33PREÇOS DO ALHO

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Sítio	77.99	41.36	168.67	392.03	471.65
Atacadista	140.31	65.68	189.08	617.16	690.00
Varejista	Sin inf.	91.96	Sin inf.	896.00	1175.00
	US\$/KG.				
Imp.-CIF				1.00	
Exp.-FOB	0.98	0.77	0.77	1.62	1.80

.....  
Fonte: Idem ao Quadro 31.

// 636

Quadro 34PREÇOS DA CEBOLA

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Sítio	15.65	22.42	53.75	74.66	93.02
Atacadista	18.00	38.09	48.83	119.00	117.00
Varejista	22.83	51.31	Sin inf.	171.00	194.00
	US\$/KG.				
Iap.-CIF				1.00	
Exp.-FOB	0.15	0.57	0.22	1.00	0.12

.....  
 Fonte: Idem ao Quadro 31.

Quadro 35PREÇOS DA CENOURA

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Sítio	10.98	16.83	30.75	58.03	95.06
Atacadista	9.69	19.31	45.75	54.00	141.00
Varejista	13.92	29.29	Sin inf.	91.00	276.00
	US\$/KG.				
Iap.-CIF			2.00		
Exp.-FOB	0.25	0.33	1.07	1.00	1.00

.....  
 Nota: Em 1978 o preço no sítio é maior que o de atacadista. Não se pôde eliminar esta inconsistência.

Fonte: Idem ao Quadro 31.

Quadro 36PREÇOS DO FELJÃO

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG DE FELJÃO CANARIO				
Sítio	65.28	85.83	148.34	266.00	293.53
Atacadista	92.50	120.00	240.00	570.00	589.00
Varejista	105.52	129.76	Sin inf.	Sin inf.	Sin inf.
	US\$ DE FELJÃO				
Iap.-CIF		0.83	0.71	1.40	0.71
Exp.-FOB	0.47	0.59	0.69	0.82	0.58

.....  
 Fonte: Idem ao Quadro 31.

//

//

Quadro 37PREÇOS NO SÍTIO

	1978	1979	1980	1981	1982
	SOIS/KG				
Aspargos	53.60	66.73	117.00	125.00	149.90
Espinafres	18.00	20.40	52.80	42.90	159.20
Ervilhas	38.50	55.60	122.80	191.20	266.00
Grão-de-bico	78.60	119.50	303.60	363.90	346.80
Lentilhas	66.40	106.30	243.40	236.30	332.30

.....  
 Fonte: Idem ao Quadro 31.

Quadro 38PREÇOS DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE  
ERVILHAS E GRÃO-DE-BICO

		1978	1979	1980	1981	1982
		US\$/KG.				
Ervilhas	Imp.-CIF			0.53	0.53	0.57
	Exp.-FOB		0.59	1.00	0.70	0.50
Grão-de-bico	Imp.-CIF			0.67	0.62	0.57
	Exp.-FOB	0.97	0.98	0.82	0.84	0.65

.....  
 Fonte: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC, 1982.

- Listas de comércio exterior. JUNAC, 1984.

//

1/838

Quadro 39EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DE FERTILIZANTES DURANTE 1982

PRODUTO	SOIS/SACOS DE 50 KG				
	4 jan.	26 jan.	13 maio	11 agos.	1 set.
Uréia	5823	7350	9220	11925	11130
Nitrato de amônia	5770	7250	8790	11395	11230
Adubo composto	5717	6650	8480	11130	10705
Superfosfato cálcio triplo	7041	8250	10170	13200	11230
Cloreto de potássio	5453	6350	7200	7380	7360

Fonte: Comércio de Hortaliças de Tarma para o Mercado Atacadista de Lima.  
JUNAC. 1983.

.....

Quadro 40PREÇOS DE FERTILIZANTES

FERTILIZANTE	SOIS/TM					
	1978		1979		1980	
	Importado	Nacional	Importado	Nacional	Importado	Nacional
Uréia	17996	21286	42237	47271	77051	66598
Nitrato de amônia	14435	15202	35302	38508	62070	62405
Sulfato de amônia	10946	11316	29427	29857	49525	50467
Superfosfato cálcio triplo	15712		36330		67419	
Superfosfato cálcio simples		7193		24751		47353
Cloreto de potássio	11382		26754		47353	
Sulfato de potássio	16964		44650		70993	
Sulfato magnésio e potássio	12868		32247		45479	
Fosfato di amonico	23885		55929		88760	
Adubo composto 12-12-12						53434
Guano islas composto		13452		33424		35350
Rocha fosfórica		11211		22893		14782

Fonte: Diagnóstico de Comercialização de Hortaliças no Departamento de Lima e Recomendações. Ministério da Agricultura e Agência Internacional de Cooperação Japonesa. 1983.

.....

//

Quadro 41

ESTUDO TARIFÁRIO E PARA-TARIFÁRIO SOBRE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Informação atualizada a Novembro de 1984)

NABANDINA	NABALALC	DESCRIÇÃO	GRAVAMES PROGRAMA DE LIBERAÇÃO			GRAVAMES TERCEIROS PAISES			RESTRIÇÕES GRAN*			RESTRIÇÕES TERCEIROS PAISES*								
			CO	FE	VE	BO	CO	EQ	FE	VE	BO	CO	EQ	FE	VE					
07.01.01.01	07.01.001	Batatas para a sementeira	0	0	0	10	25	10	1	15	-	-	-	3	-	1	-	1	3	
07.01.01.02	07.01.002	Batatas para consumo	0	0	5	20	25	50	1	20	-	-	2	-	3	-	2	2	1	3
07.01.89.02	07.01.004	Alhos frescos ou refrigerados	0	0	0	20	20	0	20	50	2	-	-	3	2	2	-	-	3	
07.01.89.03	07.01.005	Cebolas frescas ou refrigeradas	0	0	3	20	25	50	20	30	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.04	07.01.003	Tomates frescos ou refrigerados	0	0	4	20	25	50	20	50	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.05	07.01.006	Cenouras frescas ou refrigeradas	0	0	3	20	25	50	20	15	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.99	07.01.099	Aspargos frescos ou refrigerados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.99	07.01.099	Espinafres frescos ou refrigerados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.001	Ervilhas cozidas ou sem cozinhar, congeladas	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.002	Aspargos cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.003	Espinafres cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.05.01.00	07.05.101	Ervilhas para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.111	Grão-de-bico para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.121	Lentilhas para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3

//

Quadro 41 (Cont.)

NABANDINA	NABALAI	DESCRIÇÃO	GRAVAMES			GRAVAMES			RESTRICÇÕES			RESTRICÇÕES						
			PROGRAMA DE LIBERAÇÃO	BO	CO	EQ	FE	VE	BO	CO	EQ	FE	VE	BO	CO	EQ	FE	VE
07.05.89.01	07.05.109	Ervilhas	0	0	0	20	15	50	15	15	2	2	2	2	2	2	2	2
07.05.89.02	07.05.119	Grão-de-bico	0	0	3	20	25	50	30	20	2	2	2	2	2	1	2	2
07.05.89.03	07.05.129	Lentilhas	0	0	0	20	15	50	15	15	2	2	2	2	2	2	2	2

(\*) REGIME LEGAL APLICÁVEL A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DO GRANDE E TERCEIROS PAÍSES

CODIGO	DESCRIÇÃO
1	Licença prévia
2	Proibida Importação
3	Importação reservada ao Executivo nacional
4	Cláusula de Salvaguarda Agropecuária

Fonte: Junta do Acordo de Cartagena. Lima, Peru. 1984.

//

//



//

Quadro 42ESTRUTURA DOS ATACADISTAS NO MERCADO ATACADISTA  
No. 1 DE LIMA EM 1979

Categoria			Número de	%
TM anuais			locais de venda	
Até		100	22	3.0
101	a	200	55	7.5
201	a	500	158	21.5
501	a	1000	245	33.4
1001	a	2000	179	24.4
Mais	de	2000	75	10.2
TOTAL			734	100.0

Fonte: Diagnóstico de Comercialização de Hortaliças no Departamento de Lima e Recomendações. Ministério da Agricultura e Agência Internacional de Cooperação Técnica Japonesa, 1983.

.....

//

Quadro 43

## PERU - PREÇOS

			US\$/TM		
	1978	1979	1980	1981	1982
BATAATAS					
Sítio					
Atacadista Lima (branca)	107.1	150.7	215.0		
Consumidor Lima (branca)	101.6	166.1	246.6		
Importações CIF	119.0	178.0	309.0		
Exportações FOB			160.0		
	110.0	140.0			
TOMATES					
Sítio					
Atacadista Lima (redondo)	136.6	152.8			
Consumidor Lima (redondo)	131.1	239.2	232.1		
Importações CIF	210.0	293.0	385.0		
Exportações FOB		1000.0	1000.0	1000.0	
	210.0	570.0	860.0	1310.0	1000.0
ALHOS					
Sítio					
Atacadista Lima	498.9	183.9			
Consumidor Lima (roxo)	509.2	282.4	654.6		
Importações CIF	1373.0	755.0	1175.0		
Exportações FOB				1000.0	
	980.0	770.0	770.0	1620.0	1800.0
CEBOLAS					
Sítio					
Atacadista Lima (de cabeça vermelha)	100.2	99.8			
Consumidor Lima (de cabeça vermelha)	93.3	225.7	168.9		
Importações CIF	161.0	264.0	228.0		
Exportações FOB				1000.0	
	150.0	570.0	220.0	1000.0	120.0
ERVILHAS VERDES					
Sítio					
Atacadista Lima	152.8	146.7			
Consumidor Lima ("criolla")	194.4	375.7	474.1		
	344.0	429.0	701.0		
ERVILHAS SECAS					
Sítio					
Atacadista Lima	246.5	262.2			
Consumidor Lima (partida)	361.1				
Importações CIF	934.0	1204.0	1181.0		
Exportações FOB		590.0	530.0	530.0	570.0
			1000.0	700.0	500.0
GRÃO-DE-BICO					
Sítio					
Atacadista Lima	495.9	531.9			
Consumidor Lima			1118.4		
Importações CIF	1009.0	1128.0	1299.0		
Exportações FOB			670.0	620.0	570.0
	970.0	980.0	820.0	840.0	650.0
LENTILHAS					
Sítio					
Consumidor Lima	434.7	462.5			
Importações CIF	1070.0	1265.0	1472.0		
			1016.2	742.8	637.6
FEIJÕES					
Sítio					
Atacadista Lima (baio)	416.8	391.4			
Consumidor Lima (baio)	575.7	534.4	729.6		
Importações CIF	687.0	563.0	766.0		
Exportações FOB		830.0	710.0	1400.0	710.0
	490.0	590.0	690.0	820.0	580.0

Nota: Os preços no sítio, atac. e cons. converteram-se a US\$ correntes utilizando os tipos de câmbio do Anexo 1. As imp. e exp. são em US\$ correntes.

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. Lima. 1982.

- Listas Estatísticas de Comércio Exterior. JUNAC. Lima. 1984.

//

PERUBIBLIOGRAFIA

1. Programa de Abastecimento de Legumes Secos, Batatas e Hortaliças, 1982. Repartição de Programação. Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização. Ministério da Agricultura. Lima. 1982.
2. Diagnóstico de Comercialização de Hortaliças no Departamento de Lima e Recomendações. Relatório preliminar. Direção-Geral de Agroindústria e Comercialização do Ministério da Agricultura/Agência Internacional de Cooperação Japonesa. Lima. 1983.
3. Comércio de Hortaliças em Tarma para o Mercado de Lima. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1983.
4. Estudo do Mercado do Frio em Lima - Callao. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1983.
5. As perspectivas do comércio de produtos agropecuários no Grupo Andino e os Convênios de Abastecimento. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1983.
6. O setor agropecuário e os instrumentos de comércio. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1983.
7. Plano Nacional de Desenvolvimento para 1984 e 1985. Plano Operacional Setorial. Repartição Setorial de Planejamento Agrário. Ministério da Agricultura. Lima. 1984.
8. Grande mercado atacadista de Lima. Atualização do estudo de factibilidade. Documento final. Empresa de mercados atacadistas S.A./Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação. Lima.
9. Resumo semanal de 27 de novembro a 3 de dezembro de 1984. Direção de Informação de Preços e Mercado Agropecuário: Ministério da Agricultura. Lima. 1984.
10. Quadro resumo dos principais incentivos às exportações não-tradicionais. Informação atualizada em 31 de julho de 1984. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1984.
11. Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1982.
12. Estatística Agropecuária Andina 1983. Junta do Acordo de Cartagena. Lima. 1984.
13. Lista Estatísticas de Comércio Exterior. Junta do Acordo de Cartagena. 1984.

vf

//

11044

BOLIVIAIntrodução

O presente estudo foi preparado com base na informação disponível na Junta do Acordo de Cartagena e mencionada na bibliografia correspondente.

1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-19821.1 Análise das variáveis do mercado1.1.1 Produção

No Quadro 1 observa-se que o valor bruto de produção da batata supera largamente o dos outros cultivos, que experimentou um incremento de 22 por cento no período 1978-1982. No caso do feijão, o incremento foi de 71 por cento. Os tomates desceram entre 1978 e 1981, com uma recuperação em 1982; algo similar à cebola, que teve um incremento em 1981 para descer novamente em 1982. Esta queda nos dois cultivos explica-se fundamentalmente pela redução na área colhida, já que todos os cultivos experimentaram incrementos nos rendimentos segundo demonstra o Quadro 1.

1.1.2 Levantamento das zonas produtoras principais: Vinto, departamento de Cochabamba

A zona de Vinto, na província de Quillacollo, é a mais importante do país na produção de hortaliças. Por outro lado, a produção hortícola nas províncias de Quillacollo e Capinota resulta a mais importante quando comparada com a das demais províncias do departamento de Cochabamba. Não ocorre outro tanto com a produção de batatas.

O vale de Cochabamba, em geral, e Vinto, em particular, encontram-se vinculados com o resto do país em forma satisfatória mediante um sistema regular de trânsito permanente compreendido pela rede troncal e complementar de rodovias, que lhe permite transportar seus produtos a várias cidades da Bolívia tais como La Paz, Oruro, Santa Cruz, Cochabamba e outras. Vinto se encontra a 16 km da cidade de Cochabamba sobre a rodovia troncal Cochabamba-Oruro.

1.1.2.1 Área plantada

A superfície colhida de batatas, cebolas, cenouras e ervilhas verdes nas províncias de Quillacollo e Capinota é mostrada no Quadro 2.

1.1.2.2 Rendimento médio dos cultivos

Os rendimentos se situam em média nos seguintes níveis:

//

	TM/HA
Batatas	5,0 a 6,0
Cebolas	10,0 a 12,0
Cenouras	8,0 a 10,0
Ervilhas verdes	1.5 a 3.6

Os rendimentos são médios e potencialmente poderiam duplicar-se se se dominassem melhor os fatores de produção (água, fertilizantes, controle de pragas e doenças) e se praticassem adequadas e melhores técnicas de cultivo.

#### 1.1.2.3 Superfície média das explorações

A zona se caracteriza por um sistema familiar minifundiário e as explorações têm entre 0,25 e 2,5 ha., tendo em média um hectare. O modo de produção é também de tipo familiar. Os agricultores são proprietários de sua exploração e não existe nenhum tipo de cooperativa ou empresas agrícolas. Segundo dados do pré-censo agropecuário do ano 1979, existem 9.729 unidades agropecuárias na província de Quillacollo.

#### 1.1.3 Consumo

##### 1.1.3.1 Demanda interna atual e projeções

O consumo aparente de hortaliças em nível nacional se pode determinar tomando como base a produção nacional, já que não são significativas as importações.

O consumo aparente per capita de hortaliças em nível nacional para os anos 1978, 1979 e 1980 foi de 54,6, 44,8 e 43,8 kg., respectivamente (Quadro 3), supondo que entre 25 e 30 por cento da produção nacional não chega ao consumidor como consequência das diminuições em todos os elos da corrente de comercialização (campo, atacadista e varejista).

Quanto às batatas, estima-se que da produção há que deduzir 10 por cento por diminuições e perdas e 25 por cento por sementes; a diferença pode ser considerada como a oferta. A maior demanda de batatas concentra-se no altiplano, onde constitui um alimento básico para a população andina, consumindo-se em todas suas formas: frescas, desidratadas ("chuño" e "tunta"), farinha e outras. Ao comparar os dados da oferta global com os dados da população nacional, dão cifras de consumo per capita que variam entre 120 e 150 kg por habitante por ano; estes dados são sumamente altos e não podem ser considerados como confiáveis.

##### 1.1.3.2 Características dos principais centros de consumo doméstico e industrial e projeções

###### a) La Paz

vf

//

O consumo per capita do conjunto de hortaliças e tubérculos diminuiu em forma drástica a partir de 1977, principalmente no caso do milho e das batatas. Isto se explica pelas modificações na forma de tomada de dados estatísticos, bem como pela seca que houve estes últimos anos em La Paz e no altiplano. É assim que o consumo per capita de hortaliças em La Paz os anos 1978, 1979 e 1980 foi de 88,7, 75,8 e 69,4 kg., respectivamente, enquanto que o consumo per capita de batatas para os mesmos anos foi de 67,8, 48,6 e 47 kg., respectivamente (Quadro 3).

A projeção do consumo de hortaliças per capita em La Paz para os anos 1985 e 1995 é de 69,4 kg., enquanto que a de batatas é de 47,0 kg. (Quadro 3). A projeção foi realizada com base no crescimento populacional calculado pelo Instituto Nacional de Estatística e em função dos consumos per capita mencionados no parágrafo anterior, supondo que tais consumos permanecerão constantes durante o período 1980-1995. Esta suposição se baseia no fato de que os consumos per capita durante 1977-1980 foram decrescendo em forma contínua (10 por cento anual acumulativo), explicado principalmente pela deterioração da economia na Bolívia, manifestada em um constante aumento dos preços e no decrescimento do PBI previsto para 1982-1985.

b) Oruro

Oruro se abastece em grande medida da produção dos vales cochabambinos, já que 70 por cento do abastecimento provém destas áreas. Em geral, todas as variedades produzidas em Cochabamba são comercializadas em Oruro. A batata provém do norte de Potosí (20 por cento); 10 por cento dos requerimentos agrícolas de Oruro em batatas, cebolas e legumes é produzido pelo próprio departamento nas épocas de chuva, ou seja, entre janeiro e março.

c) Cochabamba

Cochabamba é totalmente auto-suficiente, por ser o centro de uma zona produtiva importante, exceto no caso do tomate, que provém de Santa Cruz. No entanto, a zona de Vinto apenas fornece 10 por cento do consumo da cidade, exceto no caso da alface, devido à importância de sua produção a escala departamental.

d) Centros mineiros

Os centros mineiros ao sudoeste de Oruro constituem um mercado importante de mais de 100.000 habitantes, que se abastecem em 70 por cento de hortaliças de Cochabamba.

//

#### 1.1.4 Importações

As importações são reduzidas e mostram-se no Quadro 4.

#### 1.1.5 Exportações

No Quadro 5 se observa que as exportações são muito pequenas e praticamente precisas.

#### 1.1.6 Preços

Os preços em nível de sítio, atacadista (La Paz) e consumidor (La Paz), bem como o preço CIF das importações e o FOB das exportações aparecem no Quadro 6.

O Quadro 7 mostra os preços mensais do período julho 1981-junho 1982 em níveis de sítio, atacadista e varejista, a partir de dados provenientes do Departamento de Mercado Agropecuário da Direção Departamental do Ministério da Agricultura e Assuntos Campesinos (MACA) de Cochabamba. A grande inflação que suporta a Bolívia falseia as flutuações dos preços. Observa-se que os preços agrícolas não continuam na mesma proporção o aumento geral do custo de vida. No entanto, algumas distorções estão claramente vinculadas com a inflação. A análise destes preços permite constatar as seguintes grandes tendências:

##### a) Batatas

Os preços têm uma clara tendência para o aumento entre o início e o final da temporada (em 1979 quase se duplicou o preço). Corrigindo esta tendência se comprovariam baixas de setembro a março-abril, o qual corresponde às produções de batatas cultivadas na primavera e de batatas semeadas no período de maior precipitação pluvial. Com referência à qualidade, pode-se notar uma diferença de 27 por cento em média entre a última qualidade de batata em nível do sítio. Esta diferença é de 24 por cento em nível atacadista e de 25 por cento em nível varejista.

##### b) Cebola cabeça

Observa-se uma tendência para o aumento dos preços entre o início da temporada e o final. Não obstante, parece que a competência de outras regiões do país se faz sentir cada vez mais por este produto. As variações de preços estão muito marcadas, da ordem de 300 a 400 por cento em 1982, o qual indica que o cultivo é bastante nacional ou pelo menos que a oferta está concentrada nos meses de outubro a abril com um máximo em janeiro.

##### c) Cebola verde

As amplitudes de preços são menos marcadas que para a cebola cabeça. A oferta diminui também durante os meses frios. Seu máximo situa-se em janeiro.

vf

//

// 048

d) Genouras

A tendência dos preços entre o começo e o final da temporada apresenta certa estabilidade. Não obstante, observar-se-ia uma variação muito pequena e um aumento durante os meses frios (junho a agosto). Com referência à qualidade, os agricultores destacam uma diferença da ordem de 30 por cento entre a primeira e a segunda qualidades.

1.2 Política comercial

No Quadro 8 mostra-se um estudo tarifário e para-tarifário a novembro de 1984 preparado gentilmente pela Junta do Acordo de Cartagena para os fins específicos do presente estudo. Na coluna sobre gravames do Programa de Liberação para a Colômbia (Co), Peru (Pe) e Venezuela (Ve), observa-se que a Venezuela ainda mantém cifras apesar de que estes deveriam estar a zero em 31 de dezembro de 1983 por ser produtos que se encontram na Lista A (desgravação automática). Por outro lado, as medidas para-tarifárias correspondentes aparecem na coluna de Restrições GRAN, entre as quais somente se mencionam aquelas importantes que efetivamente supõem uma decisão do Executivo Nacional: 1. Licença prévia, 2. Proibição de importação, 3. Importação reservada ao Executivo Nacional e 4. Cláusula de salvaguarda agropecuária.

Na coluna Gravames a terceiros países aparecem os níveis das tarifas aplicadas ad valorem (sem considerar as sobretaxas e outros gravames internos) para os cinco países-membros do Grupo Andino. Por outro lado, as correspondentes medidas para-tarifárias se mostram na coluna Restrições a terceiros países.

2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresa atacadista2.1 Características do comércio em La Paz

A característica principal do consumo atacadista na cidade de La Paz é feita em forma muito dispersa em toda a dimensão da cidade. As hortaliças e os tubérculos são despachados nos mercados municipais atacadistas, bem como nos caminhões e calçadas.

Os mercados municipais atacadistas possuem instalações elementares para o recebimento e armazenamento temporário dos produtos. As instalações são de tipo rudimentar e insuficiente na maioria dos casos. Nestes mercados os produtos são vendidos aos semi-atacadistas, varejistas e diretamente ao consumidor nos dias de feira (sábados e domingos).

As vendas em caminhões são um caso particular de comercialização, em que o transportador é geralmente o proprietário do produto, quem com a cooperação de seus familiares efetua a venda direta por atacado e/ou a varejo nas ruas adjacentes aos mercados municipais.

Estima-se que o volume manejado em 1980 em nível atacadista nos mercados municipais foi de 107,300 TM. Em nível dos caminhões, estima-se que o volume foi de 58,190 TM de hortaliças e 69,960 TM de tubérculos.

//



//

Cada atacadista vende quantidades muito reduzidas, estimadas em 320 kg diários, tendo como referência o volume dos produtos comercializados. Estes dados incluem atacadistas e semi-atacadistas. As quantidades que se comercializam e o número de vendedores que trabalham neste campo mostram-se no Quadro 9.

A maioria das hortaliças provém dos vales "pacenhos", onde os atacadistas adquirem o produto diretamente dos agricultores para transportá-lo à La Paz, onde, uma vez acumuladas, as mercadorias são distribuídas aos vendedores varejistas sob o sistema de "distribuição", consistente na venda a fregueses geralmente conhecidos com o nome de "caseiros". Em Cochabamba o sistema de abastecimento de produtos com destino a La Paz é quase o mesmo, anotando que em ambos os casos o proprietário-produtor (campesino) não chega aos centros de consumo localizados nas cidades. Como se pode observar, existe uma cadeia de intermediários que dominam o sistema de mercado, enquanto que são muito poucos os casos em que o produtor em pessoa vende seus produtos na cidade.

A comercialização por atacado dos tubérculos e hortaliças responde a costumes tradicionais. As hortaliças são vendidas geralmente em sacos. A venda de tubérculos em todas suas variedades se realiza por unidade de peso, tendo como base a arroba (11,5 kg), o quintal (46 kg) e a carga.

## 2.2 Características do comércio em Cochabamba

Existem cinco mercados atacadistas cobertos chamados "mercado de batatas" onde trabalham aproximadamente 300 vendedores. Os preços e pesos são controlados por um empregado municipal, pois os preços são fixados pela Alcaldía Municipal.

As feiras são mercados onde as vendas são indistintamente por atacado ou a varejo; realizam-se cada quarta-feira ou sábado e são pelo menos 2.500 vendedores os que comercializam nelas. A vantagem deste sistema é que o comprador "escolhe" a qualidade dos produtos em função de preços relativamente mais baixos que nos mercados municipais.

## 3. Medidas de promoção de exportações

No estudo sobre "O setor agropecuário e os instrumentos do comércio" da Junta do Acordo de Cartagena (novembro de 1983) menciona-se que durante os últimos anos os países-membros experimentaram importantes progressos no desenho e aperfeiçoamento de suas políticas de fomento às exportações não tradicionais. No caso da Bolívia, o âmbito jurídico está estabelecido pelo D.L. 18.829, de 3 de fevereiro de 1982, e pelo D.L. 19.048, de 13 de julho de 1982.

### 3.1 Incentivos fiscais

#### 3.1.1 Reembolso tributário

O Certificado de Reembolso Tributário (CRT) é um documento de curso legal, endossável e isento de todo tipo de impostos, que serve para o pagamento de impostos e direitos aduaneiros. As taxas de reembolso tributário ascendem a 18 por cento para produtos agropecuários e florestais. Quando se trata de manufatu

vf

//

ras, a taxa de reembolso depende do Insumo Nacional Direto Incorporado (INDI) ao produto, flutuando ela entre 6 por cento e 18 por cento com relação à percentagem INDI. Adicionalmente a essa percentagem, paga-se 4 por cento para produtos semi-elaborados e 7 por cento para produtos elaborados segundo o grau de manufatura que lhe corresponde pela classificação CUODE. Ademais, o CRT contempla compensações impositivas especiais nos seguintes casos:

- 2 por cento adicional para produtos novos de exportação;
- 3 por cento adicional para produtos novos gerados a partir de novos investimentos;
- 2 por cento adicional pelo incremento de exportações em relação à gestão anterior (2 por cento aplica-se sobre o instrumento); e
- 5 por cento para produtos elaborados em zonas deprimidas do país.

### 3.1.2 Impostos indiretos

Isenção geral do pagamento do imposto sobre vendas, sejam de caráter nacional, departamental, municipal ou universitário.

## 3.2 Incentivos tarifários

### 3.2.1 Gravames à exportação

As exportações estão isentas.

### 3.2.2 Gravames à importação de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital usados na elaboração de manufaturas destinadas à exportação

Devolução dos gravames às matérias-primas e insumos utilizados na elaboração de mercadorias exportadas, a produtos que sem sofrer transformação se incorporam às mercadorias exportadas e aos recipientes para mercadorias exportadas.

Por meio da Lei de Investimentos no. 1.252, de 1981, se isenta do pagamento de direitos tarifários a importação de bens de capital destinados à fabricação de artigos de exportação.

### 3.2.3 Zonas francas

Por lei de 12 de outubro de 1983 se criou uma zona franca, comercial e industrial, cuja jurisdição compreende exclusivamente a área urbana da cidade de Cobija (Pando).

## 3.3 Incentivos financeiros

O Banco Central da Bolívia administra em fideicomisso o Fundo Especial de Crédito para o desenvolvimento econômico e o fundo adicional da devolução das contribuições para a reserva da estabilização do preço do estanho. Ademais, se encarrega do manejo das linhas de crédito concedidas pelo BID.

//

#### 3.4 Outras modalidades de apoio institucional

O Conselho Técnico de Fomento às Exportações, conformado por representantes dos membros da área econômica do Banco Central da Bolívia e das Câmaras de Indústrias e de Exportadores, se encarrega de:

- Programar e coordenar as políticas de fomento às exportações não tradicionais;
  - Assessorar o Governo Central em todos os assuntos relacionados com a política de fomento às exportações;
  - Sugerir ao Governo as modificações que considere necessárias na compensação impositiva de determinados produtos;
  - Interpretar o conteúdo e alcances da aplicação do regime de incentivos fiscais às exportações.
-

## Quadro 1

BOLÍVIA - VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO, PRODUÇÃO, SUPERFÍCIE  
COLHIDA E RENDIMENTOS DE HORTALIÇAS

	1978	CRESCIM. %	1979	CRESCIM. %	1980	CRESCIM. %	1981	CRESCIM. %	1982
.....									
Valor bruto de produção em milhares de dólares (1)									
Batatas	81988.0	-1.1	81066.0	7.8	87351.0	10.2	96257.0	3.8	99944.0
Tomates	9407.0	-31.7	6424.0	-5.3	6086.0	-26.8	4455.0	42.4	6344.0
Cebolas	8246.0	-9.3	7482.0	-4.5	7145.0	16.7	8336.0	-5.7	7864.0
Feijão	683.0	-2.6	665.0	5.4	701.0	61.5	1132.0	3.2	1168.0
.....									
Produção em milhares de TM									
Batatas	738.3	-1.1	730.0	7.8	786.6	10.2	866.8	3.8	900.0
Tomates	47.3	-31.7	32.3	-5.3	30.6	-26.8	22.4	42.4	31.9
Alhos	3.9	-30.8	2.7	3.7	2.8				
Cebolas	36.7	-9.3	33.3	-4.5	31.8	16.7	37.1	-5.7	35.0
Cenouras	17.2	-11.6	15.2	45.4	22.1				
Ervilhas verdes	23.5	-11.5	20.8	-4.8	19.8				
Grão-de-bico	0.2	50.0	0.3	-33.3	0.2				
Feijão	3.8	-2.6	3.7	5.4	3.9	61.5	6.3	3.2	6.5
.....									
Superfície colhida em milhares de HA									
Batatas	157.1	3.9	163.2	3.2	168.5	5.2	177.2	-10.1	159.3
Tomates	4.6	-21.7	3.6	-8.3	3.3	-27.3	2.4	4.2	2.5
Alhos	0.6	-33.3	0.4	25.0	0.5				
Cebolas	5.1	-2.0	5.0	-4.0	4.8	-2.1	4.7	-6.4	4.4
Ervilhas verdes	9.2	4.3	9.6	-10.4	8.6				
Grão-de-bico	0.5	0.0	0.5	-20.0	0.4				
Feijão	4.3	-14.0	3.7	2.7	3.8	60.5	6.1	-3.3	5.9
.....									
Rendimentos em TM/HA									
Batatas	4.7	-4.3	4.5	4.4	4.7	4.3	4.9	14.3	5.6
Tomates	10.4	-12.5	9.1	1.1	9.2	2.2	9.4	36.2	12.8
Alhos	6.5	3.8	6.8	-17.0	5.6				
Cebolas	7.2	-8.3	6.6	0.0	6.6	19.7	7.9	1.3	8.0
Ervilhas verdes	2.6	-15.2	2.2	6.3	2.3				
Grão-de-bico	0.4	50.0	0.6	-16.7	0.5				
Feijão	0.9	11.1	1.0	0.0	1.0	0.0	1.0	10.0	1.1
.....									

(1) Tipo de câmbio de paridade de 1973.

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC. 1983.  
- Bolívia. Depósito Frigorífico em La Paz. JUNAC. 1983.

//

Quadro 2BOLIVIA - PROVINCIAS DE QUILLACOLLO E CAPINOTAÁreas colhidas

	PROVINCIA QUILLACOLLO	HECTARES PROVINCIA CAPINOTA	TOTAL
Batatas			1750
Cebolas	179	285	464
Cenouras	353	453	810
Ervilha verde	6		

.....  
Fonte: Bolívia. Centro de Armazenamento de Hortaliças na Zona de Vinto.  
 JUNAC. 1983.

Quadro 3BOLIVIA - CONSUMO DE HORTALIÇAS E PROJEÇÕES

	1978	1979	1980	1985	1995
Nível nacional: consumo aparente de hortaliças. Kg/habitante	54.6	44.8	43.4		
La Paz: consumo aparente de hor- taliças. Kg/habitante	88.7	75.8	69.4	67.4	69.4
Consumo total (1000 TM)	61.1	54.2	51.6	62.9	92.9
La Paz: consumo aparente de bata- tas. Kg/habitante	67.8	48.6	47.0	47.0	47.0
Consumo total (1000 TM)	46.6	34.8	35.0	42.6	62.9
População de La Paz (milhares de habitantes)	687.4	715.1	743.9	906.0	1338.0

.....  
Fontes: - Bolívia. Centro de Armazenamento de Hortaliças na Zona de Vinto.  
 JUNAC. 1983.

- Bolívia. Depósito Frigorífico em La Paz. JUNAC. 1983.

//

//654

Quadro 4  
BOLÍVIA - IMPORTAÇÕES

PRODUTO	ORIGEM	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$
.....											
BATATAS	Peru							1	1		
(sementes)	Argentina					5	1				
	E.U.A.							2	1		
	C.E.E.							1	1		
	T. Mundo					5	1	3	1		
.....											
BATATAS	Peru							23	1		
(consumo)	T. GRAN	872	110	701	103			23	1		
	Argentina							170	14		
	Chile							7	1		
	T. Mundo	951	133	701	104	55	12	200	15		
.....											
TOMATES	Peru					164	29	52	5		
	T. GRAN	73	11	66	12	164	29	52	5		
	T. Mundo	75	11	66	12	164	29	52	5		
.....											
ALHOS	Peru					14	4	6	1		
	T. GRAN	3	1	1	0	14	4	6	1		
	T. Mundo	3	1	1	1	14	4	6	1		
.....											
CEBOLAS	Peru					5	1	664	35		
	T. GRAN	150	22	28	4	5	1	664	35		
	Brasil							2	1		
	T. Mundo	150	22	28	4	5	1	667	35		
.....											
CENOURAS	Peru					178	8	2	1		
	T. GRAN					178	8	2	1		
	T. Mundo					178	8	2	1		
.....											
ERVILHAS	T. Mundo					1	1	1	1		
.....											
GRÃO-DE-	T. Mundo					58	10	6	1		
-BICO											
.....											
LENTILHAS	Peru					2	1				
	T. GRAN					2	1				
	Argentina					95	12	42	8	1	1
	Chile					13	4	27	14		
	E.U.A.							55	39	28	21
	T. Mundo					109	16	125	61	28	21
.....											
FELJÃO	Argentina							1	1		
	E.U.A.							1	1		
	T. Mundo	7	1					1	1		
.....											

Fonte: Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. 1982.  
Listas estadísticas de comércio exterior. JUNAC. 1984.

//

//

Quadro 5BOLIVIA - EXPORTAÇÕES

PRODUTO	DESTINO	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$	TM	MILH.US\$
.....											
TOMATES	Argentina					128	40	12	10		
	T. Mundo					- 128	40	12	10		
.....											
ALHOS	Brasil					4	1			1	1
	T. Mundo	6	1	3	1	4	1			1	1
.....											
CEBOLAS	T. Mundo	15	3								
.....											
CENOURAS	Argentina							1	1		
	T. Mundo							1	1		
.....											
FEIJÃO	Argentina					16	5				
	Brasil					26	9				
	T. Mundo			20	8	42	14				
.....											

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. 1982.  
 - Listas de Comércio Exterior. JUNAC. 1984.

vf

//

Quadro 6  
BOLIVIA - PREÇOS

	1978	1979	US\$/TM 1980	1981	1982
BATAATAS					
Sítio	193.4	224.4	235.2		
Atacadista La Paz (branca primeira)	251.5	302.1	360.3		
Consumidor La Paz (branca primeira)	305.0	381.0	468.0		
Importações CIF	139.9	148.4	218.2	75.0	
TOMATES					
Sítio	295.9	211.0	298.4		
Atacadista La Paz	322.0	304.5	487.8		
Consumidor La Paz	440.0	401.0	595.0		
Importações CIF	146.7	181.8	176.8	96.2	
Exportações FOB			312.5	833.0	
ALHOS					
Sítio	315.2	343.3	306.0		
Atacadista La Paz	946.0	563.9	751.0		
Consumidor La Paz	1507.0	667.0	1018.0		
Importações CIF	333.0	1000.0	285.7		
Exportações FOB	166.7	333.3	250.0		1000.0
CEBOLAS					
Sítio	182.6	208.9	163.5		
Atacadista La Paz (em réstia)	192.0	223.6	233.1		
Consumidor La Paz (em réstia)	224.0	275.0	282.0		
Importações CIF	146.7	142.9	200.0	52.5	
Exportações FOB	200.0				
ERVILHAS (SECAS)					
Sítio		197.5	272.1		
Atacadista La Paz	416.5	442.8	503.1		
Consumidor La Paz	541.0	532.0	531.0		
Importações CIF			1000.0	1000.0	
GRÃO-DE-BICO					
Sítio	679.7	696.3	612.0		
Atacadista La Paz	916.0	1495.6	1162.4		
Consumidor La Paz	1086.0	1290.0	1540.0		
Importações CIF			172.4	166.7	
Sítio LENTILHAS (IMPORTADAS)					
Atacadista La Paz	960.0	1091.6	1211.3		
Consumidor La Paz	1106.0	1242.0	1461.0		
Importações CIF			146.8	488.0	
FEIJÃO					
Sítio	143.1	235.4	388.6		
Atacadista La Paz	791.0	706.6	686.2		
Consumidor La Paz	828.0	820.0	748.0		
Importações CIF	142.9			1000.0	
Exportações FOB		400.0	333.3		

Notas: - Os preços em nível de sítio, atacadista e consumidor converteram-se a dólares correntes a partir das moedas nacionais de cada país, utilizando os tipos de câmbio que aparecem no Anexo 1

- As imp. CIF e as exp. FOB são em dólares correntes e provêm dos Quadros 4 e 5.

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980.

- Listas Estatísticas de Comércio Exterior. JUNAC. 1984.



//

Quadro 7

BOLÍVIA - PREÇOS EM COCHABAMBA, JULHO 1981 - JUNHO 1982

(Pesos)

PRODUTO	NIVEL	Unidade	Média	Jul.	Ag.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.
Batata Ia.	Sítio	kg.	6.1	4.7	4.2	4.1	4.4	5.0	7.5	7.5	7.4	8.2	13.8	10.1	10.4
	Atacadista	kg.	7.7	5.5	4.9	5.0	5.8	6.5	8.0	8.4	8.7	9.5	14.6	11.6	12.1
	Varegista	kg.	9.0	6.8	7.2	6.6	7.5	7.5	8.0	8.4	8.7	9.5	14.6	11.6	12.1
Batata 2a.	Sítio	kg.	4.8	3.4	3.0	3.3	3.6	3.8	4.3	4.1	4.8	5.8	8.6	7.7	sin inf.
	Atacadista	kg.	6.2	4.5	4.0	4.3	4.5	5.4	6.2	6.0	6.0	6.7	11.2	7.7	8.2
	Varegista	kg.	7.2	5.4	4.9	4.8	6.2	5.9	6.5	6.8	6.7	7.6	12.1	9.4	9.7
Cebola cabeça	Sítio	kg.	6.7	10.7	13.4	3.7	sin inf.	8.0	4.6	3.5	3.0	sin inf.	sin inf.	sin inf.	sin inf.
	Atacadista	kg.	9.4	16.0	14.3	11.3	10.1	8.9	5.1	4.3	5.4	8.4	9.5	6.7	12.3
	Varegista	kg.	11.8	18.3	18.9	14.0	12.2	10.7	7.1	6.1	6.9	10.0	12.0	9.7	15.1
Cebola verde	Sítio	Arroba	110.0	142.0	123.0	118.0	101.0	45.0	60.0	40.0	65.0	63.0	304.0	145.0	
	Atacadista	Quepi	264.0	398.0	311.0	272.0	249.0	231.0	195.0	162.0	223.0	253.0	285.0	304.0	37.4
	Varegista	c/u	1.7	2.1	2.3	1.9	1.4	1.4	1.2	0.9	1.2	1.5	2.2	2.0	2.2
Cenouras	Sítio	kg.	4.8	4.9	4.3	sin inf.	3.4	3.4	sin inf.	5.1	3.3	5.2	8.4	4.9	sin inf.
	Atacadista	kg.	6.2	5.2	4.8	4.5	4.9	5.0	5.6	5.1	6.5	6.7	9.7	7.3	8.5
	Varegista	kg.	7.9	7.7	7.3	6.1	5.8	5.9	6.6	6.5	8.5	8.2	10.7	10.5	11.4

Fonte: Bolívia. Centro de Acópio de Hortalças na Zona de Vinto. JUNAC. 1983.

vf

//

Quadro 8  
ESTUDO TARIFÁRIO E PARA-TARIFÁRIO SOBRE LEGUMES E HORTALIÇAS  
 (Informação atualizadas até novembro de 1984)

NABANDINA	NABALALC	DESCRIÇÃO	GRAVAMES PROGRAMA DE LIBERAÇÃO				GRAVAMES TERCEIROS PAISES				RESTRICÃO GRAN*				RESTRICÕES TERCEIROS PAISES*						
			CO	PE	VE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE
07.01.01.C1	07.01.001	Batatas para a sementeira	0	0	0	0	10	25	10	1	15	-	-	-	-	3	-	1	-	1	3
07.01.01.02	07.01.002	Batatas para consumo	0	0	5	0	20	25	50	1	20	-	-	2	-	3	-	2	2	1	3
07.01.89.C2	07.01.004	Alhos frescos ou refrigerados	0	0	0	0	20	20	0	20	50	2	-	-	-	3	2	2	-	-	3
07.01.89.03	07.01.005	Cebolas frescas ou refrigeradas	0	0	3	0	20	25	50	20	30	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.04	07.01.003	Tomates frescos ou refrigerados	0	0	4	0	20	25	50	20	50	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.05	07.01.006	Cenouras frescas ou refrigeradas	0	0	3	0	20	25	50	20	15	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.99	07.01.099	Aspargos frescos ou refrigerados	0	0	3	0	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.01.89.99	07.01.099	Espinafres frescos ou refrigerados	0	0	3	0	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.001	Ervilhas cozidas ou sem cozinhar, congeladas	0	0	6	0	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.002	Aspargos cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	0	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.02.00.00	07.02.003	Espinafres cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	0	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3
07.05.01.00	07.05.101	Ervilhas para a sementeira	0	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.111	Grão-de-bico para a sementeira	0	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.121	Lentilhas para a sementeira	0	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	-	-	3

//

Quadro 8 (Cont.)

NABANDINA	NABALALC	DESCRIÇÃO	GRAVAMES PROGRAMA DE LIBERAÇÃO			GRAVAMES TERCEIROS PAISES			RESTRICÇÃO GRAN*			RESTRICÇÕES TERCEIROS PAISES							
			CO	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE				
07.05.89.01	07.05.109	Ervilhas	0	0	1	20	15	50	15	15	2	2	-	-	2	-	2	-	-
07.05.89.02	07.05.119	Grão-de-bico	0	0	3	20	25	50	30	20	2	2	-	-	2	1	2	-	-
07.05.89.03	07.05.129	Lentilhas	0	0	0	20	15	50	15	15	2	-	-	-	2	-	-	-	-

(\*) REGIME LEGAL APLICAVEL A IMPORTAÇÃO DE MERCADORIAS DO GRAN E TERCEIROS PAISES

CODIGO	DESCRIÇÃO
1	Licença prévia
2	Proibida importação
3	Importação reservada ao Executivo Nacional
4	Cláusula de Salvaguarda Agropecuária

Fonte: Junta do Acordo de Cartagena. Lima, Peru. 1984.

Quadro 9BOLÍVIA - NÚMERO E IMPORTÂNCIA DOS AGENTES  
DE COMERCIALIZAÇÃO ATACADISTA

Produtos	No. de vendedores atacadistas e semi-atacadistas	Volume em milhares de TM	Volume de venda por vendedor TM anuais	Volume de venda por vendedor kg/dia
Tubérculos	205	19.7	96	320
Frutas/hortaliças	911	87.6	96	320
Totais	1116	107.3	96	320

Fonte: Bolívia. Centro de Armazenamento de Hortaliças na Zona de Vinto. JUNAC.  
1983.

//

EQUADORINTRODUÇÃO

O presente estudo foi preparado com base nas informações disponíveis na Junta do Acordo de Cartagena e que se menciona na bibliografia correspondente.

1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-19821.1 Análise das variáveis do mercado1.1.1 Produção

A batata tem o maior valor bruto de produção e supera amplamente o tomate, cebola e feijão (Quadro no. 1). No período 1978-82 este valor teve um incremento de 21 por cento, que se explicaria ao mesmo tempo por um incremento de 18 por cento na área colhida e 3 por cento em rendimentos. A área de maior produção está localizada no Callejón Interandino.

No caso do feijão, o incremento de 52 por cento no valor bruto de produção do período se explicaria, por sua vez, por um incremento de 30 por cento na área colhida e 20 por cento nos rendimentos. Devemos destacar que as áreas colhidas de feijão são muito superiores às de qualquer outro cultivo, inclusive às da batata.

Quanto à cebola, 71 por cento de incremento no valor bruto de produção se explicaria praticamente em sua totalidade por um aumento de 68 por cento na superfície colhida, já que os rendimentos permanecem constantes.

Adicionalmente às batatas, tomates, cebolas e feijão, devemos destacar a importância das ervilhas secas, cuja área colhida somente é superada pelas batatas e pelo feijão, sendo muito superior à do resto de cultivos.

1.1.2 Processamento agroindustrial

A indústria "conservera equatoriana" foi objeto de um estudo preparado para a JUNAC pela Empresa Consultora SOMEA no âmbito do Convênio de Cooperação Técnica entre a Comunidade Econômica Européia e a Junta. Dado que é a informação disponível mais completa e atualizada, considerou-se oportuno incluir no presente trabalho as informações mais relevantes e as conclusões a que chegaram seus autores.

Um primeiro aspecto que ressalta da realidade equatoriana analisada é a escassa integração entre o setor da produção agrícola e o de processamento agroindustrial. Quanto ao primeiro, cons

vf

//

tata-se a quase ausência de organização da produção, oferta pulverizada, desconhecimento do mercado e a presença de uma longa cadeia de intermediários que conduz ao incremento dos custos da matéria-prima industrial.

No processo industrial, o nível tecnológico aplicado é baixo, em termos gerais. Não existe uma política de investigação e desenvolvimento tecnológico de certa extensão; pelo contrário, a mesma se limita a poucas empresas. Os custos de produção da indústria "conservera ecuatoriana" são altos e, portanto, suas possibilidades de expansão pela via da exportação aparecem como dificultosas caso não se produzam certas mudanças fundamentais.

No que diz respeito ao futuro, distinguem-se três áreas críticas para o desenvolvimento da atividade: aquisição de matéria-prima, tecnologia e mercado e a comercialização.

Quanto à matéria-prima, aconselha-se promover formas associativas de produção capazes de adotar moderna tecnologia agrícola e uma maior integração agricultor-industrial que assegure a produção das variedades mais aptas para o processamento e os volumes indispensáveis para uma produção permanente e eficiente da indústria.

Em relação ao mercado, sustenta-se a necessidade de procurar um melhor e maior conhecimento do mesmo que permita orientar os institutos de geração de tecnologia agrícola e alimentícia e os mecanismos de transferência aos agricultores.

Em matéria tecnológica, a indústria apresenta deficiências nos processos que afetam a qualidade do produto e a eficiência do processo industrial. Isto se destaca particularmente na produção do tomate, marmeladas e sucos de fruta.

#### 1.1.2.1 Situação das matérias-primas agroindustriais

A superfície destinada ao cultivo de hortaliças foi de 15.000 hectares em 1983 e se produziram 160.000 toneladas no ano. As características mais importantes desta produção foram, em primeiro lugar, o grande número de produtos cultivados, mas em quantidades insuficientes para justificar instalações industriais de grandes dimensões. Em segundo lugar, a obtenção de baixos rendimentos por hectare, muito inferiores aos ótimos e, em consequência, a geração de altos custos unitários de produção. A isto deve acrescentar-se que a falta de organização dos produtores para fazer suas colheitas e realizar tratamentos pós-colheita no produto conduz a enormes perdas e a uma valorização arbitrária do mesmo por parte dos compradores.

O sistema de comercialização reconhece seis passagens antes de chegar ao varejista, afetando também a indústria de transformação.

As dificuldades da programação industrial derivam do sazoamento da produção, variedades inespecíficas para a indústria, preços altos e instáveis.

//

### 1.1.2.2 A indústria da conserva

#### 1) Importância e estrutura

A importância da indústria da conserva na economia equatoriana pode medir-se por sua participação no PBI fornecido pela indústria manufatureira e quanto ao setor de alimentos; incluindo frutas e hortaliças a indústria de transformação da conserva participa em 0,9 por cento do PBI da indústria manufatureira e 3 por cento da indústria da alimentação.

Em matéria de geração de emprego também é pouco significativa, ocupando em média umas 700 pessoas, 0,7 por cento da força de trabalho do setor manufatureiro.

A indústria "conservera equatoriana" compreende 65 empresas de escalas pequena, média e grande. Elas se concentram preferentemente nas províncias de Guayas, Pichincha, Azuay e Manabí. Esta localização responde à disponibilidade de matéria-prima e infraestrutura. Como síntese pode afirmar-se que 60 por cento das empresas se localizam na serra e 40 por cento, na costa.

A produção estimada da indústria em 1981 se localiza em 6.000 toneladas (inclui frutas e produtos de carne). O consumo interno flutua para o mesmo ano entre 5.000 e 7.000 toneladas, das quais o extrato de tomate corresponde a 60 por cento e 40 por cento restante, a conservas de frutas, vegetais e carnes.

As importações destes produtos foram estimadas em 3.000 toneladas para 1981 (Quadro no. 6), incluindo a entrada ilegal de mercadoria ao país.

As exportações haviam crescido em forma muito importante desde 1979 a 1981 (Quadro no. 7), alcançando nestes anos 3.200 toneladas (37 por cento, aumento no tocante a 1979). Em 1983 as exportações destes produtos quase desaparecem, entre outras razões, devido ao fechamento de fronteiras dos países do Pacto Andino.

O estudo da consultora SOMEA a que se vem fazendo referência realizou um levantamento industrial sobre uma amostra representativa que compreendeu 12 empresas localizadas em Quito, Ambato, Cuenca e Guayaquil. No final do relatório (Quadro no. 8) apresenta-se a informação descritiva das empresas de conserva recenseadas, da qual se conclui a baixa utilização das capacidades instaladas, mistura de produção excessivamente diversificada e baixos níveis de capital social com a conseguinte dificuldade de acesso a créditos convenientes. Trata-se de um setor agroindustrial, composto principalmente por pequenas empresas.

vf

//

## 2) Abastecimento

Já foram assinalados os grandes problemas da indústria da conserva para um abastecimento adequado e eficiente, tanto em volumes, variedades e preços. A ausência de uma integração efetiva entre a produção e a transformação parece ser um dos "gargalos" principais no desenvolvimento da indústria "conservera equatoriana".

No caso do tomate, produto que o Equador importa sob forma de extrato destinado à indústria pesqueira e à produção de ketchup, os rendimentos encontram-se muito abaixo dos ótimos alcançáveis.

O Governo equatoriano proibiu parcialmente a importação de extrato de tomate, recentemente. Somente a indústria do peixe pode importar concentrado e isto gerou formas de colaboração entre agricultores e industriais no pré-financiamento da produção do tomate, assistência técnica, etc.

Na atualidade existem operando um Consórcio, COPROCON, do qual participam empresários privados, o GENDES, Centro de Desenvolvimento Industrial do Equador, e a Corporação Financeira Nacional, que procura aproveitar as oportunidades que se abrem no mercado internacional no setor de hortaliças frescas. No momento COPROCON se dedica às hortaliças mais rentáveis como brócolis, alcachofra, repolhinho de Bruxelas e aspargos, mas tem o propósito de estender suas ações a outros produtos.

## 3) Tecnologia industrial

Dos produtos incluídos no presente estudo, a consultora SOMEA analisa unicamente o relacionado com a produção de extrato de tomate, considerado como o principal produto do setor de transformação industrial no mercado equatoriano atual.

As deficiências tecnológicas principais verificadas foram a operação manual de descarga em fitas transportadoras, lavado insuficiente nas fitas, ausência de processos de crivação e descarte de produtos deteriorados. Todas as indústrias possuem equipamento de vazio para a concentração do suco de tomate; no entanto muito poucos realizam o aquecimento do produto na saída das trituradoras para a inativação enzimática e uma boa viscosidade e consistência do produto.

O sistema de elaboração não é contínuo, existindo muitas vezes tempos mortos ou de detenções entre as operações realizadas. Entende-se que em termos gerais é conveniente a adoção de uma política mais restritiva e precisa em relação ao uso de conservadores, corantes, aditivos e um controle de qualidade mais ajustado e eficaz sobre os produtos lançados ao mercado.

//



//

665

#### 4) Acondicionamento

O problema dos recipientes é de vital importância para a indústria da conserva. A incidência do recipiente no custo do produto industrial terminado é superior a 30% no Equador.

As fábricas nacionais destinam à indústria da conserva um máximo de 5 a 10 por cento de sua produção total, com as consequentes dificuldades de programação e de distribuição do produto.

A importação de recipientes no passado permitiu à indústria da conserva um abatimento de custos da ordem de 20 a 50 por cento e a disponibilidade de produtos de melhor qualidade. O fechamento das importações incrementou sensivelmente os custos da indústria e diminuiu, simultaneamente, a qualidade dos recipientes.

#### 1.1.3 Levantamento das zonas produtoras principais: zona hortícola de San Joaquín de Cuenca, província do Azuay

O Ministério da Agricultura e Pecuária selecionou a zona hortícola de San Joaquín de Cuenca na província do Azuay para a realização do estudo de um centro de armazenamento e do sistema de mercado correspondente, segundo aparece no relatório final preparado para a Junta do Acordo de Cartagena e a Comissão das Comunidades Econômicas Européias: "Centro de Armazenamento de Frutas e Hortaliças em Cuenca, Província do Azuay" (1983).

A área de San Joaquín localiza-se nas proximidades imediatas da cidade de Cuenca, capital da província de Azuay, e representa quase a totalidade das terras agrícolas de alto potencial que ficam na vizinhança de Cuenca. A zona hortícola estudada, denominada San Joaquín, corresponde a San Joaquín mesmo (margens do rio Tomebamba e Ianuncay), a parte dos solos planos de Baños e La Unión (rios Yanuncay e Huichilly) e vale Tarquí (rio Tarquí). Todos são terrenos localizados entre 2.600 e 2.700 metros sobre o nível do mar, com pendentes suaves de mais ou menos 3 por cento na maior parte da área.

A zona localiza-se a 5 quilômetros do centro de Cuenca, 250 quilômetros de Guayaquil e 450 quilômetros de Quito. A rede vial de penetração é densa e todas as microáreas são acessíveis a caminhões durante qualquer época do ano. Além disso, há eletrificação completa e existem estações de corrente trifásica.

A zona de San Joaquín não só abastece a cidade de Cuenca, mas também outras províncias e particularmente Guayaquil. Não existe nenhuma informação de ordem quantitativa referente aos fluxos de abastecimento de hortaliças às cidades de Cuenca, Guayaquil ou Quito.

vf

//

1.1.3.1 Area plantada

A superfície agrícola total é de 1.110 hectares, dos quais sob rotação de hortaliças se encontram 330 hectares, que representam aproximadamente 42 por cento da superfície total dedicada ao cultivo de hortaliças (tomates não incluídos) da província de Azuay.

Dos 330 hectares cultivados com hortaliças, 280 hectares são cultivados com rego, permitindo rotações hortícolas intensivas com mais de duas colheitas ao ano (em média se colheitam aproximadamente 880 hectares/ano). Portanto, os períodos vegetativos permitem até três colheitas ao ano; muito frequentemente as sementeiras seguem as colheitas com uns dias de preparação do solo, sem descanso.

A couve é a hortaliça de maior área colhida (32 por cento), depois vêm a alface (16 por cento), cenoura (16 por cento), beterraba (14 por cento), cebola (9 por cento) e couve-flor (5 por cento). Os alhos e outras hortaliças cobrem a diferença.

Dos cultivos que nos interessam no presente estudo, a zona de San Joaquín representa 79 por cento da superfície colhida de cenoura na província de Azuay, 3,3 por cento da de alhos e 2,7 por cento da de cebolas.

1.1.3.2 Rendimento médio dos cultivos

Os rendimentos médios observados na zona de estudo são os seguintes:

- alhos	4	TM/ha
- cebolas	8 a 10	TM/ha
- cenouras	6	TM/ha

1.1.3.3 Superfície média das explorações

Os produtores são minifundiários especializados e recebem a maior parte de seus ingressos através dos cultivos hortícolas. Na zona não se conta com nenhuma agrupação campesina organizada, tanto em nível de produção como de comercialização de produtos hortícolas.

1.1.4 Consumo1.1.4.1 Guayaquil

No estudo de 1983 do "Depósito Frigorífico em Guayaquil" da JUNAC, menciona-se que os únicos dados disponíveis sobre o consumo per capita são os estabelecidos por AITEC em 1974 e pela JUNAC em 1975 e que se mostram no Quadro no. 2. Se por falta de dados se consideram como constantes estes consumos até 1995, as quantidades totais de hortaliças para o estabelecimento de Guayaquil serão as que se mostram nesse mesmo Quadro.

//

//

Em Guayaquil e na costa grande parte do abastecimento de hortaliças provém da província do Guayas e se completa majoritariamente com a de Manabí. As províncias de Tungurahua, Chimborazo e Azuay são as de maior importância para o abastecimento de Guayaquil em hortaliças de clima temperado. O abastecimento também pode ser completado por produções procedentes de Imbadura, Pichincha, Cañas e Bolívar.

No que diz respeito às batatas, segundo o estudo da JUNAC de 1975 sobre o "Diagnóstico da situação atual da rede frigorífica", as batatas para Guayaquil províam majoritariamente das províncias de Canar e Bolívar.

#### 1.1.4.2 Cuenca

A informação sobre o consumo de hortaliças de Cuenca foi tirada do estudo: "Centro de armazenamento de frutas e hortaliças em Cuenca, Província do Azuay" (JUNAC, 1983). Para os cálculos se levou em conta que a taxa de crescimento anual da população para os anos 1974-1980 foi de 4,1 por cento. As projeções do INEC para os anos 1981-1995 são de 4,4 por cento, igual que para as demais cidades do país. O crescimento da população das zonas rurais foi de 2,7 por cento para os anos 1974-1980 e o INEC o estima em 2,6 por cento para os anos 1981-1995, o que significará um reduzido aumento do autoconsumo. O crescimento da população é o fator responsável mais evidente do aumento da demanda, mas se observa também um aumento do consumo de hortaliças que corresponde a uma evolução no modo de vida. Também intervêm outros fatores primordiais, como o aumento do ingresso disponível da classe média e a elasticidade da demanda com referência ao preço. Se houvesse uma racionalização dos circuitos de distribuição, isso conduziria a uma diminuição de preços e a demanda deveria aumentar.

Por outro lado, a partir da superfície dedicada ao cultivo de alhos (164 hectares), cebolas (217 hectares) e cenouras (32 hectares) na província de Azuay em 1980 e estimada pela Universidade Estatal de Cuenca, calcularam-se os volumes de produção, aplicando os rendimentos indicados no ponto 1.1.2.2. Calculou-se o volume de produção para 1982 a partir da aplicação de uma taxa de crescimento anual de 4,5 por cento. Obteve-se posteriormente a produção total comercializável que corresponde a 85 por cento do total e do volume obtido se tomou 32 por cento que constitui o abastecimento à cidade de Cuenca. Com estes resultados foram calculados os consumos de alhos, cebolas e cenouras na cidade de Cuenca e as projeções a 1995 que aparecem no Quadro no. 3.

vf

//

### 1.1.5 Importações

As importações são muito reduzidas e aparecem no Quadro no. 4. As lentilhas são o principal produto e em 1981 se importou 1.813 toneladas métricas dos Estados Unidos e do Chile por um valor de US\$ 1,5 milhão.

### 1.1.6 Exportações

As estatísticas de comércio exterior da Junta do Acordo de Cartagena não registram exportações do Equador nas hortaliças, matéria do presente trabalho. Por outro lado, no estudo do "Centro de armazenamento de frutas e hortaliças em Cuenca, Província de Azuay" (JUNAC, 1983), assinala-se que devido ao baixo nível técnico da produção não é possível obter produtos de qualidade que pudessem competir no mercado exterior. Do mesmo modo, fatores como os progressos atualmente utilizados e a não aplicação de normas de qualidade impedem supor que a curto prazo se possam realizar exportações.

### 1.1.7 Preços

Os preços em nível de sítio, atacadista e consumidor aparecem no Quadro no. 5, bem como os das importações CIF. Não se pode encontrar tendências nos mesmos devido a que somente se dispõe de três anos. No entanto, observa que há um incremento geral de preços nas batatas, tomates, ervilhas secas, lentilhas e feijão. No caso dos alhos há uma inconsistência no ano 1979 onde o preço em nível de sítio é superior aos outros dois; algo semelhante ocorre com os feijão em 1978, onde o preço em nível de sítio é superior ao atacadista; no entanto, neste caso se poderia dever a que o preço atacadista se refere ao "panamito" e o de sítio a feijão em geral.

## 1.2 Política comercial

No Quadro no. 9 mostra-se um estudo tarifário e paratarifário em novembro de 1984 preparado gentilmente pela Junta do Acordo de Cartagena para os fins específicos do presente estudo. Na coluna sobre gravames do programa de liberação para a Colômbia (Co), Peru (Pe) e Venezuela (Ve), observa-se que a Venezuela ainda mantém tarifas apesar de que estes deveriam estar a zero em 31 de dezembro de 1983 por ser produtos que se encontram na Lista A (desgravação automática). Por outro lado, as medidas paratarifárias correspondentes aparecem na coluna de restrições GRAN, entre as quais somente se mencionam aquelas importantes que efetivamente supõem uma decisão do Executivo nacional: 1. Licença prévia; 2. Proibição de importação; 3. Importação reservada ao Executivo Nacional; e 4. Cláusula de salvaguarda agropecuária.

Na coluna gravames a terceiros países aparecem os níveis das tarifas aplicadas ad valorem (sem considerar as sobretaxas e outros gravames internos) para os cinco países-membros do Grupo Andino. Por outro lado, as correspondentes medidas paratarifárias se mostram na coluna restrições a terceiros países.

//

### 1.3 Grau de tecnologia

No estudo sobre "Centros de armazenamento de frutas e hortaliças em Cuenca, Província de Azuay" (JUNAC, 1983), menciona-se que a grande maioria dos produtores utilizam sementes melhoradas e adubos orgânicos (galináceos) e outras matérias decompostas. O arado do solo é feito basicamente com bois, mas começou-se a usar motocultivadores. Menciona-se também que os rendimentos indicados no ponto 1.1.2.2 poderiam chegar a um ótimo de 18 TM/ha de cebolas e 16 TM/ha de cenouras, e que a margem de intensificação desses cultivos é significativa, sendo mais de 50 por cento do rendimento ótimo uma meta possível de alcançar com mínimos melhoramentos.

Os aspectos técnicos que falta superar estão relacionados com o uso de produtos químicos, tais como a promoção do uso de adubos químicos e produtos fitossanitários. Adicionalmente, o emprego de rotações culturais adequadas para solucionar parte dos problemas fitossanitários existentes, em particular se tem que evitar a repetição de hortaliças da mesma família botânica.

## 2. Estrutura empresarial do setor em nível de empresa atacadista

### 2.1 Guayaquil

O principal mercado atacadista dedicado a hortaliças é o que fica situado entre as ruas Machala, Pedro Gómez, Antepara e Ayacucho, que funciona três vezes por semana desde as zero horas até as 7,30 horas. O Mercado Sur é também atacadista, mas mais especializado em frutas. Oficialmente estão registrados 130 atacadistas em frutas e hortaliças e 42 atacadistas em tubérculos.

No estudo: "Depósito frigorífico em Guayaquil" (JUNAC, 1983), menciona-se que a comercialização das frutas, hortaliças e tubérculos se caracteriza por:

- Uma cadeia bastante longa de intermediários entre o produtor e o consumidor, especialmente quando as escalas de produção e de consumo são pequenas. O produto pode passar por seis ou sete intermediários antes de chegar ao consumidor.
- Uma má estimativa de pesos. Os compradores do campo avaliam os preços "a olho".
- A qualidade irregular da maioria dos produtos que chegam ao consumidor é devida ao uso de recipientes não adequados.
- A falta de informação sobre os preços vigentes nos mercados de consumo.

Por outro lado, os atacadistas urbanos compram o carregamento na plataforma dos "caminhões atacadistas" e no momento que o recebem o vendem a outros atacadistas de menor poder econômico. Alguns têm depósito onde podem armazenar os produtos para vendê-los mais tarde. Os atacadistas dos mercados Sul e Central recebem 60 por cento das frutas e hortaliças que ingressam a Guayaquil, segundo o estudo da JUNAC.

vf

//

//670

## 2.2 Quito

A cidade de Quito dispõe na atualidade de dois mercados atacadistas. Um é moderno e localizado a 16 quilômetros ao sul da cidade, mas que não funciona com plena capacidade devido a que por ser de recente criação, muitos atacadistas continuam instalados no antigo mercado. Espera-se que as autoridades municipais tomem a curto prazo medidas pertinentes para obrigar todos os atacadistas a concentrarem-se no novo mercado.

## 2.3 Cuenca

Na cidade de Cuenca o mercado "Hermano Miguel" é o que cumpre a função de mercado atacadista. Nele funcionam intermediários e atacadistas especializados em um ou dois produtos. As vendas se realizam entre intermediários e atacadistas e só aproximadamente 10 por cento do volume recebido se vende diretamente a consumidores.

Segundo o levantamento CONSULPLAN (1982) existiriam 59 atacadistas, dos quais 39 dispõem de um local de venda. Ademais se realizam feiras durante 160 dias ao ano, onde trabalham pelo regular 112 comerciantes com uma banca cada um. O volume comercializado por cada atacadista é muito reduzido, razão pela qual têm que carregar uma margem elevada para poder subsistir.

No estudo: "Centro de armazenamento de frutas e hortaliças em Cuenca, Província do Azuay" (JUNAC, 1983), menciona-se que com base nos levantamentos realizados aos produtores, entrevistas com técnicos do MAG e nas observações feitas durante as visitas aos mercados de Cuenca se pode considerar o seguinte:

- 35 por cento do volume se vende no mesmo campo a intermediários "caminhões armazenadores" que levam os produtos diretamente ao mercado de Cuenca ou outros lugares de consumo como o de Guayaquil e também cidades da costa.
- 55 por cento do volume é transportado pelo produtor aos mercados de Cuenca. Os produtos são geralmente levados ao mercado Hermano Miguel de 3 às 6 horas. Se as quantidades levadas são importantes, o produtor poderá vender diretamente seus produtos a um caminhão atacadista; no caso contrário terá que vender a pequenos intermediários especializados na concentração da oferta.
- 10 por cento dos produtos é vendido pelo produtor diretamente ao consumidor urbano. Para isso se dirige a um mercado majoritário para apresentar seus produtos à venda.

O atacadista está muito especializado, distribuindo apenas dois ou três produtos. As vezes está mais especializado que os abastecedores, o que supõe que para igual volume deve recorrer a vários abastecedores para um mesmo produto. Com esta especialização, o atacadista não pode fornecer a um cliente como uma coletividade, supermercado ou comércio especializados, um sortimento completo de produtos. O mesmo cliente terá que comprar seu sortimento ou se não adquirir de um novo intermediário, quem comprará os produtos que deseja este cliente.

//

### 3. Medidas de promoção de exportações

No estudo sobre "O setor agropecuário e os instrumentos de comércio" da Junta do Acordo de Cartagena (novembro de 1983) menciona-se que durante os últimos anos os países-membros experimentaram importantes progressos no esboço e aperfeiçoamento de suas políticas de fomento às exportações não tradicionais. No caso do Equador, o âmbito jurídico está estabelecido pela Lei sobre Câmbios Internacionais e seu Regulamento, Lei Orgânica de Aduanas, Regulamento e Concordâncias e Lei de Regime Monetário.

#### 3.1 Incentivos fiscais

Os artigos de exportação não tradicional estão isentos do imposto de 5 por cento às transações mercantis e à prestação de serviços, bem como do pagamento de qualquer outro imposto sobre as vendas, sejam eles departamentais ou municipais.

#### 3.2 Incentivos tarifários

##### 3.2.1 Gravames à exportação

As exportações não tradicionais estão isentas de gravames.

##### 3.2.2 Gravames à importação de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital usados na elaboração de manufaturas destinadas à exportação

A importação de matérias-primas que não se produzam no país e que estejam destinadas a elaborar bens de exportação têm isenção total de direitos, selos e impostos. Por outro lado, a importação de maquinarias e equipamentos auxiliares destinados à fabricação de bens de exportação têm isenção total dos direitos tarifários.

O regime de devolução condicionada de tributos (draw-back) consiste no retorno parcial ou total dos impostos aduaneiros ou internos, com exceção do imposto às transações mercantis, pagos com cargo às matérias-primas e demais insumos estrangeiros utilizados na produção, elaboração ou acondicionamento de mercadorias quando as mesmas sejam exportadas.

#### 3.3 Incentivos financeiros

O Fundo de Promoção de Exportações (FOPEX) financia a exportação de produtos não tradicionais segundo as seguintes operações a curto prazo:

- a) Crédito ao produtor. Financia o capital de trabalho destinado à produção de mercadorias para a exportação, desde a compra de matérias-primas até a formação de existências;
- b) Crédito ao produtor ou intermediário. Financia as despesas de pré e pós-embarque e o custo da mercadoria durante o prazo que origina a venda de exportação;
- c) Desconto de letras de câmbio e promissórias à ordem, originadas em exportação;

vf

//

/1672

- d) Concessão de adiantamentos sobre cartas de crédito ou outros documentos;
- e) Concessão de créditos para estudo de mercado, viagens, publicidade e promoção; e
- f) Desconto de certificados de depósito emitidos para armazéns gerais de depósito.

O FOPEX concede créditos até de 80 por cento do valor das exportações, com exceção do desconto de letras de câmbio e promissórias à ordem que se encontrem avalizadas por um banco, em cujo caso pode financiar o total da operação. O financiamento pode alcançar até 50 por cento para estudos de mercado, viagens, etc. O prazo de concessão do crédito não pode exceder 360 dias, contados da data de sua outorga.

O Banco Central de Reserva do Equador dispõe de três mecanismos para financiar exportações não tradicionais:

- a) Os adiantamentos para futuras exportações, que financiam a 180 dias por adiantado;
- b) O mecanismo de fundos financeiros, que se orienta a financiar a atividade produtiva de exportação; e
- c) Os redescontos comuns orientados a financiar transporte e armazenamento de mercadorias.

#### 3.4 Incentivos cambiais

O Banco Central do Equador cambia moeda estrangeira em dois mercados paralelos. As cotações dos dois mercados são as seguintes:

- 60 sucres/dólar no mercado oficial
- 90 sucres/dólar no mercado livre

Quando se trata de exportações, o Banco Central do Equador compra 50 por cento das divisas à cotação do mercado oficial e 50 por cento restante à cotação do mercado livre.

O Banco Central do Equador vende à taxa de câmbio oficial as divisas necessárias para a importação de bens classificados na Lista I das anexas ao Regulamento à Lei sobre Câmbios Internacionais. Essa Lista compõe-se em grande parte por insumos industriais.

#### 3.5 Outras modalidades de apoio institucional

A Direção-Geral de Promoção de Exportações do Ministério de Indústrias, Comércio e Integração (MICEI) desempenha, entre outras, as seguintes funções:

- a) Capacita ao exportador mediante cursos, seminários, etc.;
- b) Informa sobre os requisitos e condições de exportação;

//



//

- c) Organiza missões comerciais;
  - d) Analisa e avalia a oferta exportável;
  - e) Efetua estudos de mercado;
  - f) Fornece informação sobre as oportunidades comerciais no exterior;  
e
  - g) Publicita o exportador no exterior.
- 

vf

//

EQUADOR - VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO, PRODUÇÃO, SUPERFÍCIE COLHIDA E RENDIMENTOS DE HORTALIÇAS

	1978	CRESCIM. %	1979	CRESCIM. %	1980	CRESCIM. %	1981	CRESCIM. %	1982	CRESCIM. %	1983
VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO EM MILHARES DE DOLARES (1)											
Batatas	41.834,0	-25,8	31.022,0	27,0	39.396,0	21,2	47.734,0	6,3	50.757,0	-	s/d
Tomates	10.548,0	-12,0	9.284,0	18,0	10.951,0	11,0	12.158,0	-13,0	10.577,0	-	-
Cebolas	5.643,0	8,2	6.106,0	14,0	6.962,0	39,9	9.737,0	-0,9	9.645,0	-	-
Feijão	9.320,0	23,4	11.502,0	13,4	13.038,0	12,9	14.724,0	-4,0	14.129,0	-	-
PRODUÇÃO EM MILHARES DE TM											
Batatas	343,2	-25,8	254,5	27,0	323,2	21,2	391,6	6,3	416,4	-	s/d
Tomates	36,7	-12,0	32,3	18,0	38,1	11,0	42,3	-13,0	36,8	-2,2	36,0
Alhos	1,1	0,0	1,1	72,7	1,9	5,3	2,0	0,0	2,8	0,0	2,8
Cebolas	24,4	8,2	26,4	14,0	30,1	39,9	42,1	-1,0	41,7	-2,4	40,7
Cenouras	10,7	-15,0	9,1	1,1	9,2	20,7	11,1	0,0	11,6	0,0	11,6
Ervilha seca	4,5	46,7	6,6	13,6	7,5	-1,3	7,4	-1,4	7,3	-	s/d
Lentilhas	0,4	0,0	0,4	0,0	0,4	-	-	-	-	-	s/d
Feijão	18,8	23,4	23,2	13,4	26,3	12,9	29,7	-4,0	28,5	-	s/d
SUPERFÍCIE COLHIDA EM MILHARES DE HA.											
Batatas	29,8	-9,7	26,9	13,0	30,4	3,9	31,6	11,1	35,1	-	s/d
Tomates	3,0	-16,7	2,5	8,0	2,7	7,4	2,9	-20,7	2,3	4,3	2,4
Alhos	0,2	0,0	0,2	100,0	0,4	0,4	0,4	0,0	0,5	0,0	0,5
Cebolas	2,8	10,7	3,1	6,5	3,3	42,4	4,7	0,0	4,7	-2,1	4,6
Ervilhas secas	8,6	52,3	13,1	6,9	14,0	0,0	14,0	-10,7	12,5	-	s/d
Lentilhas	0,8	-12,5	0,7	0,0	0,7	-	-	-	-	-	s/d
Feijão	39,1	13,6	44,4	8,6	48,2	11,0	53,5	-4,7	51,0	-	s/d
Cenouras							1,3	-	1,4	0,0	1,4
RENDIMENTOS EM TM/HA.											
Batatas	11,5	-17,4	9,5	11,6	10,6	17,0	12,4	-4,0	11,9	-	s/d
Tomates	12,4	3,2	12,8	11,7	14,3	3,5	14,8	7,4	15,9	-6,3	14,9
Alhos	5,5	0,0	5,5	-12,7	4,8		5,0		5,2	1,9	5,3
Cebolas	8,8	-2,3	8,6	4,7	9,0	-1,1	8,9	-1,1	8,8	1,1	8,9
Ervilhas secas	0,5	0,0	0,5	0,0	0,5	0,0	0,5	20,0	0,6	-	s/d
Lentilhas	0,5	20,0	0,6	0,0	0,6	-	-	-	-	-	s/d
Feijão	0,5	0,0	0,5	0,0	0,5	20,0	0,6	0,0	0,6	-	s/d
Cenouras							8,6	-	8,5	-2,4	8,3

(1) Tipo de câmbio de paridade de 1983.

Fonte: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC, Lima, 1982.

- Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC, Lima, 1984.

- Equador. Depósito Frigorífico em Guayaquil. JUNAC, 1983.

s/d: Sem dados.

//

Quadro 2

EQUADOR - CONSUMO DE HORTALIÇAS EM GUAYAQUIL

	Consumo per capita		Consumo total		
	AITEC 1974 kg/ano	JUNAC 1975 kg/ano	1981	1985	1995
			Milhares de TM		
Batatas	44.8		44.3	52.6	81.8
Tomates	14.3	9.2	10.6	12.7	19.7
Cebola vermelha	18.0	No disp.	20.9	24.8	38.6
Cebola branca	5.6	No disp.	6.5	7.7	12.0
População (milhares)			1159.0	1376.0	2141.0

Fonte: Equador. Depósito Frigorífico em Guayaquil. 1983.

Quadro 3

EQUADOR - CONSUMO DE HORTALIÇAS EM CUENCA

	Produção comercializada				Consumo per capita			
	1982	1985	1990	1995	1982	1985	1990	1995
	Milhares de TM				kg/ano			
Alhos	77	87	109	136	0.36	0.38	0.42	0.47
Cebolas	580	661	824	1027	2.72	2.89	3.20	3.53
Genouras	56	63	79	99	0.26	0.27	0.30	0.34
População (milhares)					212.5	228.4	257.3	286.1

Fonte: Equador. Centro de Armazenamento de Frutas e Hortaliças em Cuenca, Província do Azuay. JUNAC 1983.

//

## Quadro 4

EQUADOR - IMPORTAÇÕES

PRODUTO	ORIGEM	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$
BATATAS	Peru					1	1				
(sementes)	EUA							1	1		
	T. Mundo					1	1	1	1		
TOMATES	C.E.E.							1	1		
	T. Mundo							1	1		
CEBOLAS	EUA					1	1				
	T. Mundo					1	1				
CENOURAS	T. Mundo							1	1		
LENTILHAS	Chile					1326	717	645	338		
	EUA					442	204	1168	1167		
	T. Mundo					1767	922	1813	1504		
FELJÃO	T. Mundo							183	30		

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. 1982.

- Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC. 1984.

Quadro 5  
EQUADOR - PREÇOS

	US\$/TM						
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
<b>BATATAS</b>							
Sítio	166.7	188.4	197.6	-	-	-	-
Atacadista Quito (chola la.)	185.2	195.8	213.8	-	-	-	-
Consumidor Quito (chola la.)	212.0	229.0	256.0	-	-	-	-
<b>TOMATES</b>							
Sítio	190.6	198.0	248.0	-	-	-	442.0
Atacadista Quito (de primeira)	235.0	253.4	304.0	-	-	-	s/d
Consumidor Quito (de primeira)	388.0	493.0	536.0	-	-	-	789.2
Importações CIF	-	-	-	1.000.0	-	-	-
<b>ALHOS</b>							
Sítio	1.209.7	1.150.8	1.154.8	-	-	-	-
Atacadista Quito	-	854.5	1.282.8	-	-	-	-
Consumidor Quito	2.510.0	996.0	1.644.0	-	-	-	-
<b>CEBOLAS</b>							
Sítio (vermelha)	240.6	226.0	259.6	-	-	-	-
Atacadista Quito (vermelha)	252.2	618.2	598.4	-	-	-	-
Consumidor Quito (vermelha)	290.0	730.0	732.0	-	-	-	639.8
Importações CIF	-	-	1.000.0	-	-	-	-
<b>ERVILHAS VERDES</b>							
Sítio	583.8	379.6	432.0	-	-	-	-
Atacadista Quito	1.329.0	640.2	498.1	-	-	-	-
Consumidor Quito	-	908.0	1.744.0	-	-	-	1.733.0
<b>ERVILHAS SECAS</b>							
Sítio	533.0	618.8	665.6	-	-	-	-
Atacadista Quito	649.0	695.8	717.3	-	-	-	-
Consumidor Quito	731.0	749.0	800.0	-	-	-	1.632.7

Quadro 5 (Cont.)

	US\$/TM							
	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	
<b>LENTILHAS</b>								
Sítio	803.9	878.8	1.038.4	-	-	-	-	
Atacadista Quito	1.471.8	1.659.6	1.874.4	-	-	-	-	
Consumidor Quito	1.771.0	1.806.0	2.128.0	-	-	-	-	
Importações CIF	-	521.8	929.6	-	-	-	-	
<b>FEIJÃO</b>								
Sítio	585.8	658.0	734.8	-	-	-	-	
Atacadista Quito ("panamito")	564.4	781.3	-	-	-	-	-	
Consumidor Quito ("panamito")	626.0	837.0	-	-	-	-	-	
Importações CIF	-	-	-	163.9	-	-	-	

Nota: - Os preços a nível de sítio, atacadista e consumidor converteram-se a dólares correntes a partir das moedas nacionais de cada país, utilizando os tipos de câmbio que aparecem no Anexo I.

- As importações CIF são em dólares correntes e provêm do quadro 4.

- Os preços de 1984 cobrem o período janeiro-maio (Ministério da Agricultura, 1984).

- 1 dólar = 57,831 sucres (média janeiro-maio 1984). Estatísticas Financeiras Internacionais (FMI).

Fonte: Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC, 1982.

Quadro 6

EQUADOR - IMPORTAÇÕES DE CONSERVAS DE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Em volume físico e monetário - Anos 1979-1980-1981)

Produtos	1979		1980		1981	
	Volume T	Valor Milhares sucres	Volume T	Valor Milhares sucres	Volume T	Valor Milhares sucres
Conservas de legumes	0,5	24,9	0,058	5,0	4	154
Concentrado de tomate	2.234,0	36.752	2.036	31.125	-	-
Molho de tomate	-	-	-	-	91,7	1.188
Molho de pimenta e molho de alho	0,003	0,12	0,093	3,7	0,026	1
Conserva de alimentos vários	0,6	53,5	0,4	30,0	0,085	4,5

Fonte: Ministério de Indústrias, Comércio e Integração (MICEI), Guayaquil.

//

//

Quadro 7

EQUADOR - EXPORTAÇÕES DE CONSERVAS DE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Em volume físico e monetário - Anos 1979-1980 e 1981)

Produtos	1979		1980		1981	
	Volume T	Valor Milhares sucres (1)	Volume T	Valor Milhares sucres (2)	Volume T	Valor Milhares sucres (3)
Conserva de legumes	-	-	250,6	7.518	650,0	19.500
Molho de tomate	155	10.533	168,0	12.516	106,0	8.402
Conserva de alimentos vários	2.416	69.400	1.780,0	59.906	2.033,7	92.574

(1) 1 dólar: 25,000 sucres.

(2) 1 dólar: 25,000 sucres.

(3) 1 dólar: 25,000 sucres.

Fonte: Ministério de Indústrias, Comércio e Integração (MICEI), Guayaquil.



//

Quadro 8

INFORMAÇÃO BÁSICA DAS EMPRESAS DE CONSERVAS CENSADAS

Empresa	Ano de fundação	Capital social	Pessoal	Capacidade instalada	% utiliz. instalac.	Mistura produtiva
SIPIA	1981	3.000.000	12	400 TM	61%	Geléias, milho doce, suco de fruta, vegetais
CONSERVERA DEL VALLE	n.d.	n.d.	n.d.	20.000 TM	n.d.	Geléias, ketchup, sucos de fruta
IASA	n.d.	36.000.000	52	n.d.	n.d.	Ketchup, maionesa, mostarda, geléias, sucos de fruta
SANTAMARIA	n.d.	n.d.	n.d.	1.600 TM	31%	pêssegos em calda, geléias, sucos de fruta
LA EUROPEA	1940	16.000.000	113	3.100 TM	n.d.	Produtos da carne, conservas de frutas e vegetais, geléias
ECUANDES	1979	1.600.000	25	n.d.	n.d.	Ketchup, molho de pimenta
FRUVECA	1974	2.000.000	11	240 TM	n.d.	Molhos, pêssegos em calda
INDAC	1972	10.000.000	19	500 TM	75%	Pêssegos em calda, sucos de fruta
ALIMENTOS ECUADOR	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	Ketchup, geléias
DESARROLLO AGROPECUARIO	1968	65.000.000	100	4.000 TM	-	Licores e molhos
ECUAJUGOS	1981	n.d.	n.d.	20.000 TM	23%	Sucos de frutas
INDUSTRIA CONSERVERA	n.d.	n.d.	n.d.	2.900 TM	44%	Sucos de frutas, fruta e vegetais em latados, ketchup, geléias

Fonte: Consultora SOMEA (Comércio Cooperação Técnica JUNAC-CEE).

681  
//

Quadro 9

ESTUDO TARIFÁRIO E PARATARIFÁRIO SOBRE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Informação atualizada em novembro de 1984)

NABANDINA	NABALALC	Descrição	Gravames						Restrições										
			Programa de liberação			Gravames terceiros países			Restrição GRAN*			Restrições terceiros países*							
CO	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE		
07.01.01.01	07.01.001	Batatas para semadura	0	0	0	10	25	10	1	15	-	-	-	3	-	1	-	3	
07.01.01.02	07.01.002	Batatas para consumo	0	0	5	20	25	50	1	20	-	-	2	-	3	-	2	1	3
07.01.89.02	07.01.004	Alhos frescos ou refrigerados	0	0	0	20	20	0	20	50	2	-	-	3	2	2	-	3	
07.01.89.03	07.01.005	Cebolas frescas ou refrigeradas	0	0	3	20	25	50	20	30	2	4	2	-	3	2	2	2	3
07.01.89.04	07.01.003	Tomates frescos ou refrigerados	0	0	4	20	25	50	20	50	2	4	2	-	3	2	2	2	3
07.01.89.05	07.01.006	Cenouras frescas ou refrigeradas	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.01.89.99	07.01.099	Aspargos frescos ou refrigerados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.01.89.99	07.01.099	Espinafres frescos ou refrigerados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.02.00.00	07.02.001	Ervilhas cozidas ou sem cozinhar, congeladas	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.02.00.00	07.02.002	Aspargos cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.02.00.00	07.02.003	Espinafres cozidos ou sem cozinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	3
07.05.01.00	07.05.101	Ervilhas para a semadura	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.111	Grão-de-bico para a semadura	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	1	2	-	-	3
07.05.01.00	07.05.121	Lentilhas para a semadura	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	1	2	-	-	3

//

//

Quadro 9 (Cont.)

NABANDINA	NABALALC	DESCRIÇÃO	Gravames Programa de liberação			Gravames terceiros países			Restrição GRAN*			Restrições terceiros países*					
			CO	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE		
07.05.89.01	07.05.109	Ervilhas	0	0	1	20	15	50	15	15	2	-	2	-	2	-	-
07.05.89.02	07.05.119	Grão-de-bico	0	0	3	20	25	50	30	20	2	-	2	-	2	1	2
07.05.89.03	07.05.129	Lentilhas	0	0	0	20	15	50	15	15	2	-	-	-	2	-	-

(\*) Regime aplicável à importação de mercadorias do Grande e terceiros países

Código      Descrição

- 1      Licença prévia
- 2      Proibida importação
- 3      Importação reservada ao Executivo Nacional
- 4      Cláusula de salvaguarda agropecuária

Fonte: Junta do Acordo de Cartagena. Lima, Peru. 1984.

vf

//  
67  
88  
89

VENEZUELAINTRODUÇÃO

O presente estudo foi preparado com base na informação disponível na Junta do Acordo de Cartagena e que se menciona na bibliografia correspondente.

1. Análise econômica do setor legumes e hortaliças no período 1978-19821.1 Análise das variáveis de mercado1.1.1 Produção

A batata, junto com o tomate, tem o valor bruto de produção mais importante, tendo crescido 27 por cento nos rendimentos por hectare e de 8 por cento na superfície colhida (Quadro no. 1). Os principais estados produtores são Lara, Trujillo, Mérida e Aragua.

Nos tomates há uma queda de 2 por cento no valor bruto no período, devido à redução em uma quantidade similar na superfície colhida, já que os rendimentos não sofreram variação. Os principais estados produtores são Lara, Aragua e Carabobo.

As cebolas tiveram um crescimento de 57 por cento no valor bruto de produção, devido em sua totalidade a um incremento similar na superfície colhida uma vez que os rendimentos são os mesmos do começo e no fim do período. Os principais estados produtores são Lara e Falcón.

O feijão diminuiu em 20 por cento seu valor bruto de produção, que se explica por uma diminuição de 28 por cento na superfície colhida, neutralizada em parte por um incremento dos rendimentos, que passaram de 400 para 500 quilogramas por hectare (25 por cento). Devemos destacar que o feijão ocupa o duplo, o triplo ou mais de superfície colhida que as batatas e tomates, os dois cultivos de maior valor bruto de produção.

1.1.2 Consumo1.1.2.1 Hortaliças

No estudo "Depósito Frigorífico em San Cristóbal" (JUNAC, 1983), foi feito um cálculo do consumo de hortaliças em geral, bem como o das batatas, tomates, alhos e cebolas na Venezuela. O consumo de hortaliças, que não inclui a batata, mostra-se para os anos 1978, 1979 e 1980 no Quadro no. 2. Aí vemos que o consumo aparente está entre 23,6 e 26,5 quilogramas de hortaliças por

//

habitante por ano. No período 1975-1980 a oferta de hortaliças apresentou um ritmo de crescimento de 10,1 por cento anual; por outro lado, o consumo per capita incrementou-se em 38,4 por cento no mesmo período, apresentando uma taxa anual de crescimento de 6,7 por cento.

#### 1.1.2.2 Batatas

Como no caso das hortaliças, pode-se considerar a oferta equivalente à produção nacional; neste caso se deduzirá previamente 8 por cento por diminuições e desperdícios e 12 por cento de consumo no sítio (sementes-alimentação dos animais). O consumo aparente per capita de batatas para os anos 1978 e 1982 se mostra no Quadro no. 3, notando-se que não há uma variação no período ao ter aumentado a produção com a conseguinte redução de importações.

#### 1.1.2.3 Tomates, alhos e cebolas

O consumo aparente de tomates, alhos e cebolas se mostra nos Quadros nos. 4, 5 e 6. No caso dos tomates há uma leve redução no período, enquanto que nos alhos e cebolas mantêm-se os níveis de consumo. O comércio exterior é reduzido nestes produtos, exceto em 1981, quando se importou 10.900 toneladas métricas de cebolas para neutralizar a diminuição da produção.

#### 1.1.3 Importações

No período 1978-1982 praticamente se importou todas as hortaliças matéria do presente estudo; as mais importantes são o feijão, que alcança valores de importação anuais que vão de 19,4 a 57,6 milhões de dólares, principalmente provenientes do Chile, Estados Unidos e Argentina, segundo se observa no Quadro no. 7. No segundo grupo de importações estão as ervilhas, batatas e lentilhas.

#### 1.1.4 Exportações

As exportações são muito inferiores às importações, destacando as cenouras e tomates, segundo se aprecia no Quadro no. 8.

#### 1.1.5 Preços

Os preços em nível de sítio, atacadista e consumidor aparecem no Quadro no. 9, bem como as importações CIF e exportações FOB. Não se podem encontrar tendências nos mesmos devido a que somente se dispõe de três anos; não obstante, nota-se um incremento geral de preços nas batatas, tomates e alhos. Há algumas inconsistências nas ervilhas secas e feijão, já que há preços em nível de sítio que são superiores aos do atacadista e consumidor, que poderiam explicar-se por diferenças no produto ou algum subsídio.

vf

//

## 1.2 Política comercial

No Quadro no. 10 mostra-se um estudo tarifário e paratarifário em novembro de 1984, preparado gentilmente pela Junta do Acordo de Cartage na para os fins específicos do presente estudo. Na coluna sobre gravames do programa de liberação para a Colômbia (Co), Peru (Pe) e Venezuela (Ve), observa-se que a Venezuela ainda mantém tarifas apesar de que es tas deveriam estar a zero em 31 de deembro de 1983 por ser produtos que se encontram na Lista A (desgravação automática). Por outro lado, as medidas paratarifárias correspondentes aparecem na coluna de restrições GRAN, entre as quais apenas se mencionam aquelas importantes que efetiva mente supõem uma decisão do Executivo Nacional: 1. Licença prévia; 2. Proibição de importação; 3. Importação reservada ao Executivo nacional; e 4. Cláusula de salvaguarda agropecuária.

Na coluna gravames a terceiros países aparecem os níveis das tari fas aplicadas ad valorem (sem considerar as sobretaxas e outros gravames internos) para os cinco países-membros do Grupo Andino. Por outro lado, as correspondentes medidas paratarifárias se mostram na coluna restri ções a terceiros países.

## 2. Medidas de promoção de exportações

No estudo sobre "O Setor Agropecuário e os Instrumentos do Comércio" da Junta do Acordo de Cartagena (novembro de 1983) menciona-se que durante os últimos anos os países-membros experimentaram importantes progressos no esboço e aperfeiçoamento de suas políticas de fomento às exportações não tra dicionais. No caso da Venezuela, o âmbito jurídico está estabelecido pela Lei que cria o Fundo de Financiamento das Exportações (FINEXPO), de 28 de setembro de 1983, bem como pela Lei de Incentivos à Exportação, de 24 de abril de 1975, e seu Regulamento, e pela Lei Orgânica de Aduanas de 18 de setembro de 1978 e seu Regulamento D 1647, de 16 de abril de 1982.

### 2.1 Incentivos fiscais

#### 2.1.1 Reembolso tributário

O Bono de Exportação é um documento ao portador, livremente negociável, incondicionalmente para o pagamento de impostos nacio nais. E emitido pelo Ministério da Fazenda com caráter de crédito fiscal e isento do imposto sobre a renda.

As taxas do incentivo fiscal consignadas no Banco de Exporta ção flutuam entre um mínimo de 11 por cento e um máximo de 30 por cento sobre o valor FOB líquido de exportação, segundo o gru po de valor agregado nacional em que se encontre classificado o artigo. Para o maior valor agregado, maior taxa de incentivo. Existem sete níveis de valor agregado nacional. Os produtos agrí colas classificam-se no Grupo no. 7, correspondendo-lhe uma per centagem de 30 por cento.

//

//

### 2.1.2 Impostos indiretos

As exportações estão isentas de gravames.

## 2.2 Incentivos tarifários

### 2.2.1 Gravames à exportação

As exportações estão isentas.

### 2.2.2 Gravames à importação de matérias-primas, produtos intermédios e bens de capital usados na elaboração de manufaturas destinadas à exportação

Existe isenção total ou parcial dos direitos aduaneiros de matérias-primas destinadas à fabricação de artigos de exportação. Há devolução total ou parcial dos direitos de importação pagos quando se trata de matérias-primas ou semi-elaboradas e partes ou peças que sejam incorporadas ao produto exportado (draw-back). Há reposição de mercadorias importadas (matérias-primas, semi-elaboradas e químicas) destinadas à exportação. Adicionalmente, há admissão temporária para aperfeiçoamento ativo.

### 2.2.3 Zonas francas

No estado Falcón encontra-se a Zona Franca Industrial de Paraguaná e na Ilha Margarita há um porto livre.

## 2.3 Incentivos financeiros

### 2.3.1 O Fundo de Financiamento das Exportações (FINEXPO)

O FINEXPO constitui a base financeira para o desenvolvimento de um sistema de assistência creditícia às exportações não tradicionais para aquelas empresas cujos produtos contenham um valor agregado nacional mínimo de 30 por cento.

As atividades financiáveis pelo FINEXPO são as seguintes:

- a) O pré-investimento, compreendendo nessa os estudos de mercados externos, além dos estudos de pré-factibilidade e factibilidade para projetos de exportação;
  - b) O investimento fixa em empresas dedicadas à classificação, preparação e empaque de produtos agrícolas para a exportação;
  - c) O capital de trabalho, incluindo insumos, mão-de-obra e outros serviços conexos com a atividade produtiva exportadora;
  - d) Os requerimentos de efetivo dos exportadores quando se tratar de exportações sob contrato e com um prazo determinado;
  - e) A exportação em si, incluindo os prêmios de seguros e o pagamento de fretes;
  - f) Crédito ao importador de produtos venezuelanos no estrangeiro;
- e

//

vf

g) A exportação de projetos tais como obras de infra-estrutura e instalações industriais. Os prazos máximos são de vinte anos.

Os financiamentos podem ser de curto prazo (até 180 dias), médio prazo (entre 180 dias e dois anos) e longo prazo (entre dois e cinco anos).

O financiamento pode dirigir-se tanto a produtores como a exportadores.

#### 2.3.2 Seguro de crédito à exportação

O seguro de crédito à exportação é um instrumento de Comércio Exterior manejado pelo FINEXPO e cujo objeto consiste em cobrir os riscos comerciais, as moras prolongadas e insolvências, os riscos políticos e extraordinários dos créditos que outorgam os exportadores de bens e serviços originados no país. A cobertura do crédito à exportação não alcança em nenhum caso 100 por cento, podendo cobrir riscos comerciais até 80 por cento e riscos políticos e extraordinários até 90 por cento, sem prejuízo do disposto na Lei Geral de Seguros e Resseguros.

#### 2.4 Incentivos cambiais

Segundo Convênio Cambial no. 1 entre o Executivo Nacional e o Banco Central da Venezuela, com data de 24 de fevereiro de 1984, autorizam-se taxas de câmbio diferenciais da seguinte ordem:

- 4,30 bol/dólar para a importação de alimentos e medicinas, bem como para o pagamento de juros da dívida privada externa produzidos até 31 de dezembro de 1983 e para o envio de remessas a estudantes.
- 7,50 bol/dólar para o pagamento de juros da dívida externa registrada com posterioridade a 31 de dezembro de 1983, bem como para a importação de bens e serviços não declarados e para os fretes e seguros produzidos por essas importações.
- segundo o mercado livre, para a compra por parte do Banco Central das divisas provenientes da exportação de bens e serviços. No entanto, quando se trata da exportação de bens ou serviços que contêm insumos importados, o Banco Central aplica à quarta parte das divisas que correspondam a esses insumos a mesma taxa de câmbio que se haja aplicado para sua importação, correspondendo ao resto a taxa do mercado livre.

#### 2.5 Outras modalidades de apoio institucional

O Instituto de Comércio Exterior (ICE) se encarrega de:

- a) Realizar estudos, fazer relatórios, apresentar propostas acerca do comércio exterior;
- b) Analisar os assuntos relacionados com alfândegas;

//



//

- c) Aprovar os programas de financiamento e crédito do instituto de promoção do comércio exterior; e
  - d) Estudar, planejar e coordenar a execução de todas as atividades vinculadas com a participação oficial da Venezuela em fêrias e exposições e outros eventos internacionais.
-

Quadro 1

VENEZUELA - VALOR BRUTO DE PRODUÇÃO, SUPERFÍCIE  
COLHIDA E RENDIMENTOS DE HORTALIÇAS

	Crescim.		Crescim.		Crescim.		Crescim.		1982
	1978	%	1979	%	1980	%	1981	%	
.....									
Valor bruto de produção em milhares de dólares (1)									
Batatas	22527.0	12.0	25236.0	4.0	26253.0	-13.8	22633.0	26.4	28618.0
Tomates	28468.0	12.0	31886.0	-10.1	28659.0	-8.9	26120.0	6.6	27838.0
Cebolas	9346.0	43.8	13443.0	25.8	16918.0	-35.0	10992.0	33.8	14705.0
Feijão	10517.0	-6.1	9877.0	5.1	10380.0	-2.6	10105.0	-16.7	8413.0
.....									
Produção em milhares de TM									
Batatas	170.5	12.0	191.0	4.0	198.7	-13.8	171.3	26.4	216.6
Tomates	149.1	12.0	167.0	-10.1	150.1	-8.9	136.8	6.6	145.8
Alhos	2.2	50.0	3.3	9.1	3.6	-22.2	2.8		
Cebolas	51.1	43.8	73.5	25.9	92.5	-35.0	60.1	33.8	80.4
Cenouras	27.3	4.0	28.4	2.8	29.2	4.5	30.5		
Ervilhas secas	1.7	0.0	1.7	-5.9	1.6	0.0	1.6	-6.3	1.5
Feijão	23.0	-6.1	21.6	5.1	22.7	-2.6	22.1	-16.7	18.4
.....									
Superfície colhida em milhares de HA									
Batatas	15.6	6.4	16.6	6.6	17.7	-12.4	15.5	9.0	16.9
Tomates	8.7	12.6	9.8	-11.2	8.7	1.1	8.8	-3.4	8.5
Alhos	0.6	33.3	0.8	25.0	1.0				
Cebolas	2.6	46.2	3.8	21.1	4.6	-21.7	3.6	13.9	4.1
Ervilhas secas	3.4	0.0	3.4	-5.9	3.2	-3.1	3.1	3.2	3.2
Feijão	52.5	-5.1	49.8	0.4	50.0	-12.2	43.9	-13.7	37.9
.....									
Rendimentos em TM/HA									
Batatas	10.9	5.5	11.5	-2.6	11.2	-0.9	11.1	15.3	12.8
Tomates	17.2	-1.2	17.0	1.2	17.2	-9.9	15.5	10.3	17.1
Alhos	3.7	10.8	4.1	36.6	5.6				
Cebolas	19.8	-1.0	19.6	2.6	20.1	-15.9	16.9	16.6	19.7
Ervilhas secas	0.5	0.0	0.5	0.0	0.5	0.0	0.5	0.0	0.5
Feijão	0.4	0.0	0.4	25.0	0.5	0.0	0.5	0.0	0.5
.....									

(1) Tipo de câmbio de paridade de 1973. Fundo Monetário Internacional.

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. Lima, 1982.

- Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC. Lima, 1984.

- Venezuela. Depósito Frigorífico em San Cristóbal. JUNAC. 1983.

//

Quadro 2VENEZUELA - CONSUMO APARENTE DE HORTALIÇAS

	1978	1979	1980
Produção: milhares de TM	309.3	357.4	371.2
Importações: milhares de TM	9.7	11.7	11.4
Exportações: milhares de TM	6.3	7.7	7.4
Oferta: milhares de TM	312.7	361.4	375.2
Consumo: kg/habitante/ano	23.6	26.4	26.5
População: 1000 habitantes	13.265	13.695	14.138

.....  
 Fonte: Depósito Frigorífico em San Cristóbal. JUNAC. 1983.

Quadro 3VENEZUELA - CONSUMO APARENTE DE BATATAS

	Milhares de TM				
	1978	1979	1980	1981	1982
Produção	170.5	191.0	198.7	171.3	216.6
Menos mermas 8%	13.6	15.3	15.9	13.7	17.3
Menos sementes e alimento do gado 12%	20.5	22.9	23.8	20.6	26.0
Mais inventário inicial CMA	3.0	3.8	1.4	8.4	sin inf.
Mais importações	17.6	29.6	18.3	10.8	0.3
Menos exportações			0.5	0.2	0.1
Oferta total	157.0	186.2	178.2	156.0	173.5
Menos inventário final CMA	3.8	1.4	8.4	sin inf.	sin inf.
Oferta aparente	153.2	184.8	169.8	156.0	173.5
.....					
Consumo: kg/habitante/ano	11.5	13.5	12.0	10.7	11.5
População: 1000 habitantes	13.265	13.695	14.138	14.602	15.069

.....  
 Fonte: Venezuela. Depósito Frigorífico em San Cristóbal. JUNAC. 1983.

O quadro original da fonte foi modificado em função dos dados provenientes dos quadros 1, 7 e 8 do presente estudo.

//

Quadro 4VENEZUELA - CONSUMO APARENTE DE TOMATES

	Milhares de TM				
	1978	1979	1980	1981	1982
Produção	149.1	167.0	150.1	136.8	145.8
Importações (+)	.0	0.2	0.1	0.1	.0
Exportações (-)			0.9	0.5	1.4
Oferta	149.1	167.2	149.3	136.4	144.5
.....					
Consumo: kg/habitante/ano	11.2	12.2	10.6	9.3	9.6
População: 1000 habitantes	13.265	13.695	14.130	14.602	15.069
.....					

Fonte: Idem ao quadro 3.

Quadro 5VENEZUELA - CONSUMO APARENTE DE ALHOS

	1970	1979	1980	1981
	Produção	2.2	3.3	3.6
Importações (+)	.0	0.3	0.1	1.4
Exportações (-)				.0
Oferta	2.2	3.6	3.7	4.2
.....				
Consumo: kg/habitante/ano	0.2	0.3	0.3	0.3
População: 1000 habitantes	13.3	13.7	14.1	14.6
.....				

Fonte: Idem ao quadro 3.

Quadro 6VENEZUELA - CONSUMO APARENTE DE CEBOLAS

	Milhares de TM				
	1970	1979	1980	1981	1982
Produção	51.1	73.5	92.5	60.1	80.4
Importações (+)	0.9	0.8	1.2	10.9	0.8
Exportações (-)			0.5	0.3	1.4
Oferta	52.0	74.3	93.2	70.7	79.8
.....					
Consumo: kg/habitante/ano	3.9	5.4	6.6	4.8	5.3
População: 1000 habitantes	13.265	13.695	14.130	14.602	15.069
.....					

Fonte: Idem ao quadro 3.

//

## Quadro 7

## VENEZUELA - IMPORTAÇÕES

PRODUTO	ORIGEM	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$
BATATA (semente)	Colômbia							31	18	156	88
	Chile									1	1
	EUA					432	278	4317	2105	52	25
	C.E.E.					4367	2817	5536	2987	6444	3524
	T. Mundo					17278	8639	27457	13896	29695	13255
BATATA (consumo)	EUA					4311	1665	498	200	1	1
	C.E.E.							3003	510	48	22
	T. Mundo	17597	7287	29637	12977	18268	5215	10831	2585	330	160
TOMATES	Colômbia							28	12		
	Argentina					32	1				
	EUA							30	17		
	C.E.E.					77	47			1	1
	T. Mundo	2	1	217	134	147	88	113	63	37	29
ALHOS	Colômbia							41	100	56	159
	Peru									187	354
	México									37	66
	Chile					1	1			5	10
	EUA							998	1805	400	669
	C.E.E.					48	117				
	T. Mundo	37	13	251	487	54	132	1372	2397	1087	1727
CEBOLAS	Colômbia							1706	996		
	Chile							70	56		
	EUA					1198	868	6167	3149	822	609
	C.E.E.					1	1				
	T. Mundo	895	554	823	451	1198	868	10914	5377	822	609
CENOURAS	Colômbia					3006	354	402	59		
	México					45	118	5	12		
	Chile							4	9		
	EUA					114	147	434	387		
	C.E.E.					109	142	36	130		
	T. Mundo					3338	876	8236	2601		
ERVILHAS (secas)	EUA					7345	3619	12720	6626	13308	6816
	C.E.E.					68	26	28	14	18	14
	T. Mundo	15384	6410	17440	6413	18369	7516	18939	9550	16181	7831

//

## Quadro 7 (Cont.)

PRODUTO	ORIGEM	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$
.....											
GRÃO-DE-BICO	Peru									20	13
	Argentina					20	16	72	54	53	48
	México					1462	1295	665	579	291	243
	Chile					225	185	555	394	90	73
	EUA					75	65	26	24	173	125
	C.E.E.					609	485	728	527	667	502
	T. Mundo	2252	1986	1222	1094	2727	2305	2247	1727	1959	1484
.....											
LENTILHAS	Peru									25	16
	Chile					1349	1392				
	EUA					2918	3089	3325	2672	4851	2933
	C.E.E.					274	250	18	13	1	1
	T. Mundo	3767	2697	3375	2756	5210	5321	3683	2941	5588	3349
.....											
FEIJÃO	Colômbia					2595	2310	3131	2714	594	297
	Peru					101	67	55	43	411	272
	Argentina					3099	2035	16826	10767	16478	7048
	Brasil					1	1				
	Chile					25740	15116	41766	31077	38959	13039
	EUA					15151	10644	13721	10934	8872	6050
	C.E.E.					117	89	115	92	591	222
	Japão									20	15
	T. Mundo	37380	19419	48261	27293	50057	32346	78438	57611	67749	27682
.....											

Fontes: - Listas Estatísticas de Comércio Exterior. JUNAC. Lima, 1984.  
 - Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC. Lima, 1984.  
 - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. Lima, 1982.

//

## Quadro 8

## VENEZUELA - EXPORTAÇÕES

PRODUTO	DESTINO	1978		1979		1980		1981		1982	
		TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$	TM	MILH. US\$
BATATAS(semente)	T. Mundo					9	2				
BATATAS(consumo)	C.E.E.					1	1				
	T. Mundo					464	200	229	117	67	114
TOMATES	T. Mundo					929	813	544	480	1366	1564
ALHOS	T. Mundo							1	3		
CEBOLAS	Colômbia									706	104
	C.E.E.					1	1				
	T. Mundo					503	337	280	181	1410	837
CENOURAS	C.E.E.					4	3				
	T. Mundo					3934	4301	6633	9760	185	316
FEIJÃO	T. Mundo					252	96			1	1

Fontes: - Listas Estatísticas de Comércio Exterior. JUNAC. Lima, 1984.  
 - Estatística Agropecuária Andina 1983. JUNAC. Lima, 1984.  
 - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. Lima, 1982.

//

Quadro 9  
VENEZUELA - PREÇOS

	1978	1979	US\$/TH 1980	1981	1982
BATATAS					
Sítio	209.7	230.6	421.7		
Atacadista Caracas (branca)	244.6	339.9	570.8		
Consumidor Caracas (branca)	289.0	401.0	755.0		
Importações CIF	414.1	434.5	285.5	238.7	484.8
Exportações FOB			431.0	510.9	170.0
TOMATES					
Sítio	449.6				
Atacadista Caracas (Maçã 1a.)	630.9	825.2	889.9		
Consumidor Caracas (Maçã 1a.)	820.0	1172.0	1384.0		
Importações CIF	500.0	617.5	598.6	557.5	783.8
Exportações FOB			875.1	882.4	1144.9
ALHOS					
Sítio	1605.1	2243.4	3256.8		
Atacadista Caracas (de primeira)	1749.6	2584.0	5101.9		
Consumidor Caracas (de primeira)	1840.0	4594.0	6677.0		
Importações CIF	351.4	1940.2	2444.4	1747.1	1588.8
Exportações FOB				3000.0	
CEBOLAS					
Sítio (branca)	320.6	652.3	356.4		
Atacadista Caracas (branca)	517.2	952.4	673.3		
Consumidor Caracas (branca)	673.0	1181.0	1013.0		
Importações CIF	619.0	548.0	724.5	492.7	740.9
Exportações FOB			670.0	646.4	593.6
ERVILHAS SECAS					
Sítio (de primeira)	521.8	582.4	652.3		
Atacadista Caracas (amarela)	563.8	482.9	540.5		
Consumidor Caracas (amarela)	932.0	939.0	957.0		
Importações CIF	416.7	367.7	409.2	504.3	484.0
GRÃO-DE-BICO					
Atacadista Caracas (importado)	1171.8	1167.2	1262.7		
Consumidor Caracas (importado)	1405.0	1500.0	1619.0		
Importações CIF	881.9	895.3	845.3	768.6	757.5
LENTILHAS					
Atacadista Caracas (de primeira)	1064.9	1005.7	1206.7		
Consumidor Caracas (de primeira)	1281.0	1361.0	1573.0		
Importações CIF	716.0	817.0	1021.3	798.5	599.3
FEIJÃO					
Sítio ("caraota negra")	661.6	834.0			
Atacadista Caracas ("caraota negra")	605.7	718.5			
Consumidor Caracas ("caraota negra")		652.0			
Importações CIF	519.5	565.5	646.2	734.5	408.6
Exportações FOB			381.0		1000.0

Notas: - Os preços em nível de sítio, atacadista e consumidor converteram-se a dólares correntes a partir das moedas nacionais de cada país, utilizando os tipos de câmbio que aparecem no Anexo 1.

- As importações CIF e exportações FOB são em dólares correntes e provêm dos quadros 7 e 8.

Fontes: - Estatística Agropecuária Andina 1970-1980. JUNAC. Lima, 1982.

- Lista Estatística de Comércio Exterior. JUNAC. Lima, 1982.



Quadro 10

ESTUDO TARIFARIO E PARATARIFARIO SOBRE LEGUMES E HORTALIÇAS

(Informação atualizada a novembro 1984)

NABANDINA	NABALALC	Descrição	Gravames Programa de liberação						Gravames terceiros países						Restrição GRAN*						Restrições terceiros países*					
			CO	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	
07.01.01.01	07.01.001	Batatas para a sementeira	0	0	0	10	25	10	1	15	-	-	-	-	3	-	1	-	1	3	-	-	-	-		
07.01.01.02	07.01.002	Batatas para consumo	0	0	5	20	25	50	1	20	-	-	2	-	3	-	2	1	3	3	-	2	2	1		
07.01.89.02	07.01.004	Alhos frescos ou refrigerados	0	0	0	20	20	0	20	50	2	-	-	-	3	2	2	-	3	3	2	2	-	3		
07.01.89.03	07.01.005	Cebolas frescas ou refrige radas	0	0	3	20	25	50	20	30	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.01.89.04	07.01.003	Tomates frescos ou refrige rados	0	0	4	20	25	50	20	50	2	4	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.01.89.05	07.01.006	Cenouras frescas ou refrige radas	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.01.89.99	07.01.099	Aspargos frescos ou refrige rados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.01.89.99	07.01.099	Espinafres frescos ou refrige rados	0	0	3	20	25	50	20	15	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.02.00.00	07.02.001	Ervilhas cozidas ou sem co zinhar, congeladas	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.02.00.00	07.02.002	Aspargos cozidos ou sem co zinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.02.00.00	07.02.003	Espinafres cozidos ou sem co zinhar, congelados	0	0	6	20	25	70	20	20	2	-	2	-	3	2	2	2	-	3	2	2	2	-		
07.05.01.00	07.05.101	Ervilhas para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	5	-	-	1	2	5	-		
07.05.01.00	07.05.111	Grão-de-bico para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	5	-	-	1	2	5	-		
07.05.01.00	07.05.121	Lentilhas para a sementeira	0	0	0	10	9	0	1	10	1	-	-	-	-	1	2	5	-	-	1	2	5	-		

//

Quadro 10 (Cont.)

NABANDINA	NABALALC	Descrição	Gravames Programa de liberação			Gravames terceiros países			Restrição GRAN*			Restrições terceiros países*						
			CO	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE	BO	CO	EQ	PE	VE			
07.05.89.01	07.05.109	Ervilhas	0	0	1	20	15	50	15	15	2	2	2	2	2	2	-	-
07.05.89.02	07.05.119	Grãos-de-bico	0	0	3	20	25	50	30	20	2	2	2	2	2	1	2	-
07.05.89.03	07.05.129	Lentilhas	0	0	0	20	15	50	15	15	2	2	2	2	2	2	-	-

07  
 05  
 03

BIBLIOGRAFIA

1. Bolivia. Depósito Frigorífico en La Paz. Junta del Acuerdo de Cartagena / La Comisión de las Comunidades Económicas Europeas. Lima, 1983.
2. Bolivia. Centro de Acopio de Hortalizas en la Zona de Vinto. Junta del Acuerdo de Cartagena / La Comisión de las Comunidades Económicas Europeas. Lima, 1983.
3. Ecuador. Centro de Acopio de Frutas y Hortalizas en Cuenca. Provincia del Azuay. Junta del Acuerdo de Cartagena / La Comisión de las Comunidades Económicas Europeas. Lima, 1983.
4. Ecuador. Depósito Frigorífico en Guayaquil. Junta del Acuerdo de Cartagena / La Comisión de las Comunidades Económicas Europeas. Lima, 1983.
5. Situación y Perspectivas de la Agroindustria de Transformación de Frutas y Hortalizas en Ecuador. Junta del Acuerdo de Cartagena. Diciembre 1984.
6. Venezuela. Depósito Frigorífico en San Cristóbal. Junta del Acuerdo de Cartagena / La Comisión de las Comunidades Económicas Europeas. Lima, 1983.
7. Venezuela. Estudio sobre las Hortalizas en Venezuela. Banco Central de Venezuela. Caracas, 1973.
8. Estadística Agropecuaria Andina 1970-1980. Junta del Acuerdo de Cartagena. Lima, 1982.
9. Estadística Agropecuaria Andina 1983. Junta del Acuerdo de Cartagena. Lima, 1984.
10. Listados Estadísticos de Comercio Exterior. Junta del Acuerdo de Cartagena. 1984.
11. Las Perspectivas del Comercio de Productos Agropecuarios en el Grupo Andino y los Convenios de Abastecimiento. Junta del Acuerdo de Cartagena. Lima, 1983.
12. El Sector Agropecuario y los Instrumentos del Comercio. Junta del Acuerdo de Cartagena. Lima 1983.
13. Cuadro Resumen de los Principales Incentivos a las Exportaciones no Tradicionales. Información Actualizada al 31 de julio de 1984. Junta del Acuerdo de Cartagena. Lima, 1984.

Anexo 1TIPO MEDIO DE CAMBIO POR ANO SEGUNDO PAISES

(Moeda nacional por US\$ dólar)

ANOS	BOLIVIA	COLOMBIA	EQUADOR	PERU	VENEZUELA
1970	11.880	18.352	20.917	38.70	4.4983
1971	11.880	19.932	25.000	38.70	4.5007
1972	13.295	21.866	25.000	38.70	4.4000
1973	20.000	23.637	25.000	38.70	4.3045
1974	20.000	26.064	25.000	38.70	4.2845
1975	20.000	30.929	25.000	40.80	4.2850
1976	20.000	34.694	25.000	57.43	4.2899
1977	20.000	36.775	25.000	83.31	4.2925
1978	20.000	39.095	25.000	156.34	4.2925
1979	20.393	42.550	25.000	224.55	4.2925
1980	24.510	47.280	25.000	288.65	4.2925

Fonte: F.M.I. - International Financial Statistics, anuário Dezembro de 1981.

Elaboração: Unidade de Estatística - JUNAC.